

Hesio Pessali

ALFREDO CHAVES

UMA VISÃO
HISTÓRICA E POLÍTICA

2ª edição



*Câmara Municipal de
Alfredo Chaves*

Hesio Pessali

ALFREDO CHAVES

| Uma visão histórica e política |

2ª edição

Alfredo Chaves (ES)
2015

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta publicação
poderá ser armazenada ou reproduzida por qualquer meio sem autorização
por escrito da Câmara Municipal de Alfredo Chaves.

Copyright 2015

CÂMARA MUNICIPAL DE ALFREDO CHAVES

Rua Cais Costa Pinto, 62 - CEP 29240-000 - Bairro Geovani Breda - Alfredo Chaves (ES)

(27) 32691653

secretaria@camaraalfredochaves.es.gov.br | www.camaraalfredochaves.es.gov.br

PRESIDENTE

Gilson Luiz Bellon (PSB)

1º VICE-PRESIDENTE

João Bosco Costa (PSB)

1º SECRETÁRIO

Charles Gaigher (PSB)

2º VICE-PRESIDENTE

Serafino Antônio Simoni (PSB)

2º SECRETÁRIO

Primo Armelindo Bergami (PP)

DEMAIS VEREADORES

André Sartori (PPS), Fernando Alves (PSB), Narcizo de Abreu Grassi
e Paulo Munaldi (PPS)

P475a Pessali, Hesio

Alfredo Chaves: uma visão histórica e política / Hesio
Pessali. Alfredo Chaves, ES ; 2015; 2ed.

226 p. ; il. 21 cm.

Inclui bibliografia

1. Alfredo Chaves - História. 2. Alfredo Chaves -
Política e Governo. I. Pessali, Hesio. II. Câmara Municipal
de Alfredo Chaves. III. Título.

CDD 320.9

PESQUISA

Teresa Cristina Xavier (1ª edição)

FOTOS

As fotos sem menção de autoria provêm do acervo de
Rita Destefani através de cessão de arquivos familiares

CAPA

Conteúdo Gestão de Ideias / Arq. Secom (PMAC)

EDITORACÃO

Bios

IMPRESSÃO

GSA Gráfica e Editora

Agradecimentos

Aos funcionários da Câmara Municipal de Alfredo Chaves, da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves, do Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Espírito Santo, do Arquivo Público Estadual, da Biblioteca da Universidade Federal do Espírito Santo, da Biblioteca Estadual; ao Sindicato Patronal Rural de Alfredo Chaves e a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta obra.

Às jornalistas Teresa Cristina Xavier e Laiz Fidalgo por sua dedicação e apoio na atualização e na revisão desta obra.

Sumário

Palavra do presidente	7
Prefácio	8
Apresentação	9

PARTE I

A colonização.....	13
A autonomia	29
A atualidade.....	57

PARTE II

Personagens da vida política	95
------------------------------------	----

PARTE III

Gestão parlamentar.....	159
Presidentes da Câmara e vereadores	177
Prefeitos e vice-prefeitos	183
Distâncias entre a sede e o interior	187
Fé e história	189
Cronologia.....	195
Retratos da história.....	201
Referências	221

Palavra do presidente

Com muita honra e satisfação pude, à frente da gestão da Casa de Leis de Alfredo Chaves, dar continuidade a este brilhante trabalho, idealizado pelo nobre colega João Bosco Costa e que hoje chega à sua segunda edição, revisada e atualizada.

Acredito na História como uma importante ferramenta do saber, propulsora da construção de um novo presente e de um futuro cada vez melhor. Por isso, fiz questão de levar adiante a iniciativa deste livro, que certamente é um legado para o nosso município.

Resultado de um aprofundado trabalho de pesquisa, esta obra reconta a trajetória da formação do nosso povo, narrando fatos inusitados e curiosos, e traz também um diálogo entre a vida social e política do município, com destaque para os principais atores dessa História e seus feitos.

Dedico este livro a todos os alfredenses, afinal, cada cidadão, de maneira particular, é um potencial agente de transformação e desenvolvimento da nossa tão amada terra. Boa leitura, e que o passado nos inspire a continuar avançando cada dia mais.

Gilson Luiz Bellon
Presidente da Câmara Municipal

Prefácio

Louvável. Essa é minha opinião sobre este trabalho realizado pela Câmara Municipal de Alfredo Chaves, em resgatar os fatos e acontecimentos sociais e políticos do município que marcam desde o início da colonização até os dias atuais.

Os relatos que seguem irão emocionar, intrigar e fazer pensar os leitores dessa obra que muito contribui para a cultura alfredense. Dessa forma, é uma honra fazer parte deste projeto e poder contribuir com ele, pois também sou alfredense e essa é a terra que escolhi para viver.

Alfredo Chaves possui saudosas personalidades e fatos riquíssimos que foram esquecidos com o tempo e nunca poderão ser apagados da nossa história. Essa obra veio para consolidar esses fatos e contribuir para que as futuras gerações também usufruam desses acontecimentos.

Os capítulos a seguir nos trazem muitas informações, curiosidades e marcantes relatos que foram construídos por homens e mulheres que ajudaram no desenvolvimento dessa terra. Este livro, além das ricas informações, nos presenteia com fotos, retratando a nossa história, a formação de nossa cidade e a integração dos três poderes políticos e da comunidade. A leitura desta obra é uma verdadeira viagem à história construída por cada um de nós alfredenses e um desfrute de conhecimento que ficará para sempre em nossas memórias.

Roberto Fortunato Fiorin
Prefeito de Alfredo Chaves

Apresentação

“Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado”. O alerta é da professora e ilustre historiadora brasileira Emília Viotti da Costa, que nos convida a refletir sobre a necessidade de se manter viva a História do nosso povo, que é irrefutavelmente também não apenas a nossa própria história, mas o caminho que norteará os próximos passos da humanidade.

Por isso, esta é uma obra tão especial e relevante para o município de Alfredo Chaves e para o Espírito Santo. Além de promover uma viagem no tempo, fazendo um registro das nossas origens e resgatando as memórias e trajetórias do nosso povo, este livro documenta o desenvolvimento desta querida terra e pontua como poderes públicos e personagens políticos têm atuado para continuar a escrever os capítulos da nossa história.

Este livro é fruto desse anseio em se materializar uma História que está a cada dia mais viva e que se constrói ininterruptamente com a contribuição de todos os cidadãos. Sucesso já em sua primeira edição, esta nova edição vem atender à demanda manifestada por bibliotecas e outros acervos de pesquisa e por alfredenses que aqui vivem, ou que se mudaram, mas não perderam o vínculo com a origem.

Muito além de recortes históricos, fatos e curiosidades, resultado de uma pesquisa aprofundada e exaustiva, que esta obra seja inspiração para que a atual e as futuras gerações possam continuar avançando, podendo olhar

para trás e identificar erros e acertos, fazendo deles uma oportunidade de escrever novos capítulos — ainda mais felizes e bem-sucedidos — na nossa história.

João Bosco Costa
Idealizador da obra

PARTE I

A colonização

O município de Alfredo Chaves ocupa 615,79 km² na parte superior da bacia do Rio Benevente, equivalentes a 53% dos 1.159 km² que a compõem, na Região Sul do Estado do Espírito Santo. Na metade inferior da bacia estão os municípios de Guarapari, Iconha, Piúma e de Anchieta, onde fica seu estuário, na extremidade de um dos maiores manguezais do Estado.

Como único meio de comunicação da região, até o final do século XIX, o Rio Benevente fez com que a área da bacia tivesse, no início, uma história comum. Quando ainda a divisão política não havia fragmentado a região, o que interessava era até onde o curso do rio e as picadas abertas em suas margens pudessem levar.

As chuvas caem abundantes, numa variação que vai de 1.700 mm na foz até 900 mm no maciço montanhoso do norte do município, onde estão as principais nascentes. O clima tropical úmido dotou a região de floresta densa. Na parte inferior, navegável na época da colonização, o desnível em relação ao mar não passa de 16 m. A partir do ponto em que começam os afloramentos rochosos no leito do rio, um quilômetro acima da cidade de Alfredo Chaves, inicia-se um desnível que sobe o platô onde está a maior parte do município e chega a altitudes acima de 1.500 m.

A razão pela qual o rio recebeu esse nome é controversa. Nos primeiros mapas da região seu nome era Rio Aldeia, e provavelmente tinha relação com o aldeamento indígena criado pelos jesuítas, entre eles o Padre José de Anchieta. A aldeia recebeu o nome de Rerigtibá – em tupi-guarani a palavra significa que a foz era abundante em ostras.

Como o manguezal se estendia por um bom trecho rio acima, os arraiais que se formavam já ficavam a certa distância da aldeia principal. Esse prolongamento da ocupação rio acima foi importante ponto de apoio para as expedições de exploração e, mais tarde, as incursões em busca de ouro nas serras das cabeceiras. Até o século XVII, pequenas caravelas subiam parte do estuário.

Em 1º de janeiro de 1759, a aldeia foi elevada à condição de vila e passou a se chamar Vila Nova de Benevente, nome que, no século seguinte, foi adotado também para o rio. Para explicar a mudança são citadas três hipóteses. Uma delas coloca em sua origem o nome do italiano Domenico Benevento, que explorou a parte inferior do seu curso.

Outra seria a cidade de Benevento, na região da Campânia, sul da Itália. Mas não existe, aparentemente, nenhum fato que ligue a cidade de Benevente e, por extensão, o rio, a essa cidade italiana, que fica distante do litoral. Outra hipótese seria uma relação com a vila de Benavente, no distrito de Santarém, a leste de Lisboa e seu porto.

A exploração do rio

A costa do Espírito Santo, à época da chegada dos portugueses ao Brasil, era, provavelmente, a mais densamente povoada. A força de trabalho indígena disponível contribuiu, entre outras razões, para o sucesso das iniciativas jesuíticas que, ao longo da costa, estabeleceram núcleos de próspera atividade econômica.

A região da foz do Rio Benevente e o interior de sua bacia hidrográfica eram habitados pelos puri-coroados e teminimós. Foram eles os guias dos jesuítas nas expedições que subiram o rio, e de outros exploradores portugueses que teriam chegado até suas nascentes em busca do suposto ouro no maciço montanhoso das cabeceiras.

Os padres teriam explorado não só o Benevente na sua parte navegável, mas também seus afluentes, até onde era possível subir de canoa. Um deles foi o Rio Corindiba, que desemboca no rio principal a dez quilômetros abaixo de Alfredo Chaves, na margem esquerda. Por ele teriam subido até onde o trecho navegável se encontra com as corredeiras da localidade de Cabeça Quebrada, hoje município de Guarapari.

Dessas incursões ficou também a versão de outra rota que deixava o Corindiba na altura do povoado de São Vicente, em Anchieta, e entrava no território de Alfredo Chaves por Jacutinga, encontrava-se com o curso já não mais navegável do Rio Caco do Pote e chegava até suas nascentes na Serra da Aricanga. Porém tal rota, se de fato existiu, foi apagada pela implacável natureza dos trópicos.

Os jesuítas foram expulsos da colônia em 1759 pelo Marquês de Pombal. Havia 17 deles na Capitania, que foram embarcados de volta para Portugal no dia 22 de janeiro do ano seguinte. Foram fechados o Colégio de Vitória e as residências de Muribeca, Araçatiba, Itapoca, Iiritiba e Reis Magos. Sua saída fez entrar em decadência tanto as iniciativas de exploração geográfica quanto as de produção econômica, nas quais se incluía a extração de madeira.

O enfraquecimento da atividade reaproximou do litoral grupos que haviam recusado a convivência no aldeamento. Mais ao sul do Estado, esse avanço para o interior usando o curso dos rios ajudou a transformar as áreas abertas em prósperas fazendas de café. Na bacia do Benevente e áreas próximas isso não chegou a acontecer. Assim, meio século depois, voltaram a ser registrados conflitos, um deles ao sul de Benevente: em 1817, botocudos e colonos entraram em combate na foz do Rio Pongal, em Piúma. Seis índios morreram e cinco colonos ficaram feridos.

Na fazenda de Augusto José Alves e Silva, o primeiro colonizador a se fixar na região de Alfredo Chaves, e cujas terras avançavam por florestas desconhecidas e áreas não demarcadas, também ficaram relatos semelhantes. Eles falam de ameaças, e até do sequestro temporário de um escravo. Em represália, o fazendeiro prendeu uma índia e a manteve em cativeiro até ela fugir.

Os imigrantes italianos nenhum contato tiveram com os índios. Seu contato foi apenas com histórias ouvidas no núcleo inicial em Alfredo Chaves e um ou outro fragmento da cultura indígena: uma machadinha de pedra no vale do Rio Batatal e pedaços de cerâmica cinco quilômetros a nordeste da sede, e que deram o nome ao povoado de Caco do Pote.

Alguns acidentes geográficos e povoações ganharam nome indígena, como a Pedra do Gururu, abaixo da qual se estende a cidade.

A Colônia do Rio Novo

Em 1834, o major da Guarda Imperial Caetano Dias da Silva fundou a Associação Colonial do Rio Novo. A Colônia tinha uma área aproximada de 40 mil hectares que foram divididos em 713 lotes. Boa parte deles, na região sul da Colônia, estava em áreas já abertas, constituídas por fazendas de café abandonadas.

Nela Caetano Dias da Silva investiu os lucros de sua atividade anterior como traficante de escravos. Mas os recursos não foram suficientes para desbravar a maior parte constituída de mata e assentar colonos e, em 7 de outubro de 1861, ela foi encampada pelo Governo Imperial. Caetano Dias da Silva continuou à frente da Associação.

Dom Pedro II, em viagem pelo Espírito Santo, visitou a Colônia em 1860. Outras consequências de sua visita foram a ampliação do território, que incorporou a área atual de Alfredo Chaves, a troca da direção e a mudança do nome: o empreendimento passou a se chamar Imperial Colônia

do Rio Novo, abrangendo as bacias dos rios Novo, Pongal e Benevente, e parte da bacia do Itapemirim.

Dos cinco territórios em que a Colônia se dividia, um estava inteiramente localizado nas terras do futuro Município de Alfredo Chaves, o Quarto Território, onde fica o povoado ainda hoje conhecido por este nome. Em 1875, ele já recebia os primeiros imigrantes, todos procedentes do Vêneto, que a Itália tomou da Áustria em 1866. Dos outros, dois estavam parcialmente localizados no que seria no futuro o território alfredense.

No Quinto Território, o mais afastado da sede da Colônia, três barracões esperavam os imigrantes, o mais próximo onde fica hoje o povoado de Quinto Velho. Os primeiros colonos, vindos da Lombardia e do Vêneto, chegaram em outubro de 1876.

A região mais próxima da sede da Colônia recebeu também alguns reduzidos contingentes de outras nacionalidades, sendo ingleses os de maior número.

A Fazenda Quatinga

O núcleo que veio a dar origem à cidade de Alfredo Chaves tem início na família de Augusto José Alves e Silva (Augustão) e Macrina Rachel Conceição, filha de portugueses. Ele fora soldado da Primeira Companhia do Segundo Esquadrão da Imperial Guarda de Honra do imperador Pedro II, que lhe fez doação de uma sesmaria de 500 alqueires de terra. A propriedade ia do Rio Joeba, afluente da margem direita do Benevente, até o interior montanhoso de Alfredo Chaves, já na parte superior do Rio Benevente, e Augusto lhe deu o nome de Fazenda Quatinga.

Os dois, ambos de Campos dos Goitacases, haviam se conhecido na Corte, no Rio de Janeiro, onde ela trabalhava como camareira. Com os escravos que trouxeram, derrubaram a mata e iniciaram o cultivo do café e a criação de gado. A sede da fazenda foi instalada na margem direita do

rio, em um morro à esquerda da que é hoje a saída da ligação de Alfredo Chaves com a BR-101. Macrina e Augusto tiveram os filhos Augusto, Francisco Augusto, Antonio e Rita Augusta.

Depois que Augustão faleceu, sua filha Rita Augusta fez doação de uma área para os antigos escravos da fazenda. O pedaço de terra doado situava-se no morro onde hoje se localiza o cemitério, e lá os ex-escravos construíram rústicas habitações. A aglomeração recebeu o nome de povoado de Nossa Senhora da Assumpção. Mais tarde, o nome foi trocado por Nossa Senhora da Conceição, que é hoje a padroeira da cidade e cuja festa se celebra a 8 de dezembro.

Em 1870, chegava ao Rio de Janeiro um italiano que viria a ter uma influência marcante na história da região. Giuseppe di Agostino Togneri, espírito aventureiro, deixou na Itália os pais, donos de uma fortuna considerável em terras e vinhedos, e partiu para o Brasil, que estava disposto a conhecer viajando, vendendo joias e outros requintes da Europa para os ricos proprietários das fazendas de café e de engenhos.

Naquele ano, em 20 de setembro, o rei Vittorio Emanuele II proclamava a criação do Reino da Itália, mas o país estava arrasado. Os saques dos exércitos austríaco e francês haviam acabado com a agricultura e os camponeses amedrontados abandonavam a lavoura. O país passava fome. As cidades, aumentadas com a chegada dos órfãos da guerra, viviam em situação caótica. As promessas de um melhor futuro numa nova terra vinham trazer esperança.

Giuseppe Togneri

Giuseppe di Agostino Togneri é anterior à época da imigração italiana clássica, que começou no Espírito Santo com a chegada de 396 imigrantes trazidos pelo agente Pietro Tabacchi em 1875. Vinha por própria conta, como muitos europeus – e Tabacchi era um deles – empurrados pela

instabilidade política e econômica de uma Europa em transição e atraídos por tudo o que se falava da América: uma terra onde o europeu faz fortuna.

Togneri não queria as capitais, cheias de homens de negócios. Procurava o interior, onde os fazendeiros ajuntavam dinheiro e não tinham em que gastar. Tomou o vapor e desceu em Anchieta, de onde começou, numa prancha movida a braço por escravos, uma viagem até o fim do trecho navegável do Rio Benevente. Avistou a casa de Augusto José Alves e Silva, pediu pousada e ali se instalou.

Com o dinheiro que trouxe, comprou parte da herança dos futuros cunhados – terra e escravos – e se tornou fazendeiro. Quatro anos depois, em 1º de junho de 1874, casou-se com Rita Augusta Alves e Silva na igreja matriz de Benevente e recebeu como dote a parte da filha de Augusto. Giuseppe di Agostino Togneri, filho do Conde Cavaliere Agostino Togneri e nascido a 4 de abril de 1846 em Segromino in Monte, Comuna de Barga, Província de Lucca, Região da Toscana, tinha 28 anos.

Mais tarde, terminada a construção da sede, o casal se estabeleceu numa área então chamada Crubixá (hoje Quente-frio), dentro da fazenda Quatinga. Instalou venda, sistema de pilar café a monjolo, construiu um terreiro quadrado para secar café, moinho de fubá, e puxou água do córrego para um tanque circular de peixes.

Era uma revolução para o padrão das propriedades de então que, além de pequenos plantios – mandioca, banana, inhame e produtos de horta para consumo – e criação de animais domésticos, concentravam suas expectativas de renda no plantio de café e criação de gado para venda. Togneri completava a ocupação das pranchas e canoas que desciam o rio: na volta elas traziam o que precisavam os colonos italianos que estavam chegando.

Na época, alternava-se o sistema do remo, que funcionava quando o rio estava calmo. Quando o rio estava mais cheio, a prancha era empurrada por varas grossas que alguns homens, postados de pé na ré da embarcação, enfiavam até o fundo do leito, encostavam a outra ponta na parte frontal

do ombro e empurravam contra o fundo. Esse movimento fazia a embarcação vencer a correnteza.

Os recém-chegados precisavam de tudo, e não tinham dinheiro. A desorganização do serviço de imigração, fartamente comentada nas cartas que do Brasil se dirigiam à Itália, não deixava dúvidas. Tudo era estranho na nova terra, e eles não eram aventureiros: traziam suas famílias. Passados os primeiros tempos de uma assistência precária e, às vezes, desonesta – os funcionários da imigração trocavam comida por objetos de valor trazidos da terra de origem, em vez de doá-la – esses recém-chegados se sentiriam mais seguros se encontrassem alguém que lhes inspirasse confiança. Togneri vinha do mesmo país, falava a mesma língua, tinha a mesma religião.

Conhecedor da integridade dessa gente imigrada do norte da Itália, ele começou por lhes abrir crédito ilimitado, porque sabia que seria usado com parcimônia: o colono levava o que quisesse, suas despesas e os preços eram anotados numa caderneta pessoal e ele o pagava uma vez por ano, quando colhia o café. Geralmente, ainda sobrava alguma importância.

O desembarque, legal ou clandestino, se dava em Benevente e Piúma, onde eram recebidos por um representante do Governo que mascava algumas palavras em italiano. Os recém-chegados cumpriam uma curta quarentena na Hospedaria Martinho, em Benevente, e eram levados de prancha rio acima até um barracão coberto com folhas de palmito na Fazenda Quatinga. A pressa em colocar o colono em contato com a terra e as poucas acomodações da hospedaria reduziam a quarentena a uma mera formalidade.

Os chegados em outubro de 1876, endereçados ao Quinto Território, fizeram esse percurso e chegaram ao destino no dia 1º de novembro. Seguindo uma tradição católica bem italiana, usaram o calendário religioso para dar ao local o nome de Todos os Santos, nome que permanece até hoje, no município de Guarapari. A Igreja Católica dedica este dia a todos os seus santos que não são contemplados com uma lembrança específica no seu calendário litúrgico.

Em 1877, Togneri vendeu um pedaço de sua propriedade para a Imperial Colônia do Rio Novo, em escritura lavrada em cartório de Beneven-

te a 18 de fevereiro. Pela Colônia, assinou seu diretor, Joaquim Adolpho Pinto Pacca. A parte adquirida pela Colônia já estava aberta, era um pasto, no lugar em que, aos poucos, foi se levantando a povoação de Alto Benevente, mais tarde Vila de Alfredo Chaves.

A tradição religiosa que definiu Nossa Senhora da Conceição como padroeira do município está ligada a esse italiano: consta a versão que ele trouxe da Itália uma imagem de Nossa Senhora esculpida em madeira, que foi colocada no altar da capela de estuque construída no morro doado a seus escravos alforriados. A capela foi destruída por um incêndio e a imagem encontrada entre os escombros.

Conflitos na Colônia

Grupos de imigrantes italianos continuavam chegando ao Espírito Santo, e as terras incultas de Alfredo Chaves eram o destino da maioria dos que desembarcavam em Benevente. Em 1888, a Colônia Imperial do Rio Novo tinha 5.201 habitantes, e o Núcleo do Castelo, dentro da Colônia e abrangendo a maior parte do território de Alfredo Chaves, contava com 3.139. Na sua criação, em 1880, eram pouco mais de mil habitantes, dos quais cerca de 900 eram italianos. Densidade semelhante à do Rio Novo tinha a Colônia de Santa Isabel, formada por alemães, e com a qual, por muitos anos, o norte de Alfredo Chaves manteve intensa comunicação. Em 1888, ela tinha 2.405 habitantes.

O ritmo da chegada de imigrantes só decresceu depois do decreto do Governo Italiano, de 20 de julho de 1895, proibindo a vinda de colonos para a Província. Uma sobrinha do ministro Giulio Prinetti, do Ministério de Assuntos Exteriores, visitou os principais núcleos da imigração, inclusive Alfredo Chaves, na condição de jornalista, em 1892. Seus relatos, o fracasso do Núcleo Muniz Freire onde está hoje o Município de Ibiragu e

o relatório do cônsul Carlo Nagar, de 1891, levaram o ministro a assinar a proibição, que ficou conhecida como Interdito Prinetti.

A proibição levava em conta acontecimentos que se acumulavam desde os primeiros dias da chegada dos imigrantes. A assistência precária fez surgirem conflitos entre os colonos e as autoridades que, por vezes, recorreram à intimidação e ameaça para resolvê-los. O desentendimento tinha origem em promessas não cumpridas, arbitrariedades da administração, atraso na entrega de alimentos, mudança da destinação prometida, duras condições de trabalho, ausência de assistência médica.

Assim como já havia acontecido com os poloneses e os alemães, também aconteceu com os italianos em Ibiragu, nos portos de Vitória e Anchieta, em Santa Teresa e no Quinto Território. Neste último, diversas razões, entre elas o comportamento dos funcionários do Governo, que na ausência do administrador do território, Deolindo Maciel, cobravam pelo fornecimento de alimento, levaram a uma queixa geral. Para solucionar o problema, o diretor geral da colônia, Joaquim Adolpho Pinto Pacca, ameaçou prender os que considerou líderes da rebelião: Andrea Morosini, Battista Brambati e Giovanni Piva. A ameaça surtiu efeito e os colonos voltaram aos trabalhos de medição dos lotes e abertura de trilhas.

Conflitos também aconteceram em Matilde, onde a insatisfação pelas condições de vida dos colonos teve sua maior expressão na liderança de Maria Zanoló, imigrante que chegou adolescente com a família a Alfredo Chaves em 1880. Arregimentava colonos, escrevia ao Governo italiano, cobrava assistência à população. Sua atitude a colocou em conflito com a Igreja Católica, mas visitas consulares à região, embora tardias, foram resultado do seu empenho.

Para aperfeiçoar a administração do empreendimento colonizador, o ministro do Império Antônio Prado criou a Inspetoria Especial de Terras, em 1885. No Espírito Santo, ela foi substituída, sete anos depois, por quatro Comissões Distritais para continuar a demarcação das terras e o estabelecimento dos imigrantes, subordinadas a uma Comissão Central em Vitória.

Mesmo proibida, a entrada de imigrantes no Espírito Santo não foi interrompida. Eles desembarcavam no Rio de Janeiro e atravessavam o Rio Itabapoana, na altura da vila de Santo Eduardo, Município de Campos. Alfredo Chaves, pela possibilidade de conseguir terras, era o destino mais procurado, mas os imigrantes avançavam também para terras além da demarcação dos lotes coloniais. Na virada do século, eles já haviam atravessado o Rio Doce, transposto a barreira do maciço central do Estado e criado novos núcleos.

Mas os relatos de padres e jornalistas acabaram provocando outras medidas, além da proibição. O Estado recebeu diversas missões consulares em que representantes do Governo Italiano vinham oficialmente verificar as condições de vida de seus cidadãos emigrados.

Entre as queixas dos colonos estava o confisco de documentos. Embora fosse prática usada para suprir a falta de papéis oficiais para o registro de nascimento e casamento, foi utilizada também para impedir o retorno de imigrantes insatisfeitos. Não foram raros nos primeiros anos os casos de imigrantes que voltaram, mesmo ao preço de abandonar a terra da qual tinham posse, ainda que precária.

Uma dessas visitas foi a de Arrigo Zettiry, funcionário do Ministério dos Assuntos Exteriores, em 1902. O lugar em que mais se demorou foi Matilde e seus arredores, na área central do que tinha sido o Núcleo do Castelo, na época já extinto. Suas considerações detalhadas sobre o endividamento dos colonos, os baixos preços do café – exclusiva fonte de renda da quase totalidade – foram subsídio para governos estaduais posteriores, inclusive o de Jerônimo Monteiro, e desaceleraram uma imigração ainda significativa. Em 25 anos de imigração, a população do Espírito Santo havia mais que dobrado: na virada do século era de 209.783 habitantes.

Na verdade, o Governo brasileiro via no trabalho do imigrante uma maneira eficaz de encher o erário. Educação e, principalmente saúde, foram preocupações tardias. Bem antes delas, os núcleos que se formavam conheceram a presença do fiscal e do policial, cuja finalidade era de manter a lei e a ordem.

Também o Governo italiano respondeu tardiamente às queixas. Nos primeiros anos, a imigração era um alívio porque reduzia as demandas de uma população empobrecida. Os imigrantes italianos não vieram acompanhados de médico ou farmacêutico e professor, como em geral acontecia com os alemães. Esse papel era geralmente suprido pelos padres, que foram por décadas os fiéis depositários da confiança dos moradores dos núcleos isolados no meio da mata.

Assistência aos colonos

A vida na colônia tinha seu ritmo próprio e, por algumas décadas, até suas próprias leis. O avanço sobre a mata, o estabelecimento de novos povoados, a abertura de estradas, as iniciativas que movimentavam a economia se faziam sem o conhecimento e o interesse das estruturas administrativas do Estado, ausentes nesses enclaves abertos no meio da floresta.

De Todos os Santos, por meio de Giovanni Astori, e de São João haviam partido cartas pedindo aos bispos na terra de origem o envio de padres para assistência religiosa. E alguns deles se improvisavam em professores, médicos e engenheiros. O padre espanhol José Chivite ensinou aos colonos de Alfredo Chaves, por onde passava, o uso de ervas medicinais; construiu um relógio de sol, a que os colonos chamavam de meridiana, no Quinto Território; tirou o nível do terreno em várias localidades onde o proprietário queria puxar água de algum córrego para movimentar moinho de fubá; ensinou normas de higiene e cuidados básicos às parteiras.

As colônias se desestruturaram com a proclamação da República ou, antes disso, pela falência de sua própria administração. O Quinto Território, dois anos depois de chegado o primeiro grupo, foi desmembrado da Imperial Colônia do Rio Novo e incorporado a Guarapari, por ato da Assembleia Provincial de 24 de dezembro de 1878. A separação daria origem a uma disputa territorial com Alfredo Chaves, só encerrada em 1943. Sua

distância do centro da Colônia dificultava a gestão. A administração dos novos municípios, criados com a nova visão geopolítica republicana, pouco tinha a oferecer.

Nessa situação, o suprimento da colônia italiana em Alfredo Chaves se sustentava em três pontos. No Quinto Território, ainda nos primeiros anos, o comerciante e imigrante Antonio Brocco estabeleceu um comércio no qual vendia mercadoria aos colonos, comprava deles o café, que ele se-cava num terreiro dos quais um dos lados media 30 metros, e o revendia.

No lado oposto, no sudoeste, Cesare Magnago fez o mesmo no Quarto Território, onde a administração colonial montou um moinho de fubá. Os moinhos tornaram-se populares, e se multiplicaram pela necessidade de autonomia nas colônias isoladas. Na década de 20 eles eram 17 somente na parte acidentada do Rio Caco do Pote e seus córregos.

Enquanto Brocco fechava seu comércio por causa da dissolução de seu casamento – e o fechamento influenciou no declínio do Quinto Território – o Quarto Território expandia sua importância. Magnago colocou pila de café e de arroz, engenho de cana e quitungo de farinha, de cujo arrendamento tirava uma parte da produção, que alimentava sua casa comercial. E sua casa e estabelecimento se tornaram, mais tarde, parada noturna para quem viajava a cavalo para pegar o trem em Cachoeiro.

Antes mesmo, o Padre Marcellino Moroni D’Agnadello, primeiro missionário enviado da Itália pelo Bispo de Piacenza, Don Geremia Bonomelli, para assistir espiritualmente os colonos, percebeu a localização estratégica do Quarto Território: ele ficava a meio caminho entre os extremos da Colônia do Rio Novo.

A ideia do Padre Marcellino era construir ali – e ele se dispôs a levantar fundos para isso na Itália – uma instituição que ensinasse à primeira geração ítalo-brasileira as técnicas agrícolas necessárias numa terra muito diferente da planície do Rio Pó, onde a agricultura obedecia a outros critérios de clima, solo e estações. Sua ideia, porém, esbarrou nas divergências havidas entre os próprios colonos e, sem o entendimento necessário, ele desistiu.

Porém, mais que o comércio de Brocco ou de Magnago, a posição central do comércio de Togneri e a diversidade do que ele podia oferecer foram de fato o apoio mais consistente. Até porque Brocco e Magnago, na sua localização interiorana, abasteciam-se, na maior parte dos gêneros, na venda de Togneri daquilo que ele importava para Alfredo Chaves. Em 1888, para buscar o café comprado nas lavouras dos colonos, Togneri já tinha uma tropa de 50 animais de carga.

Mas o seu comércio não se reduzia ao café e mercadorias, varejo e atacado, importação e exportação. Sua “butica”, como os italianos chamavam a venda, era a única fonte disponível de medicina contra as doenças do clima tropical, que desde o início marcaram de cruces a beira das picadas. Togneri tinha um armário com glóbulos homeopáticos, que importava com suas mercadorias, e dos quais a população se valia contra a febre amarela. E antes que chegassem os produtos da indústria farmacêutica, os glóbulos brancos e açucarados da homeopatia e os chás foram a única medicina.

Seu comércio era um ponto de convergência. Como as viagens duravam geralmente um dia de ida e outro de volta, era costume fazer ali também o pernoite. E as noitadas regadas a vinho e canções da pátria que ficou do outro lado do grande oceano também ofereciam oportunidade para colonos de diferentes lugares se conhecerem e fecharem negócios.

O casarão preservado, visto à margem esquerda do Rio Benevente, foi construído em 1900. Em cima, ficava a residência. No térreo, o comércio, onde podiam ser encontrados artigos importados, principalmente da Itália e França.

O cultivo do café

Exceção feita ao pequeno enclave desbravado pela família de Augusto José Alves e Silva e seus escravos, no extremo sudeste do que é hoje o município, toda a área foi aberta pelo colono europeu. Aqui ele encontrou

e expandiu a incipiente lavoura de café, com as poucas mudas que a organização da colônia lhe ofereceu. Essa expansão se deve, em grande parte, a fazendas de café nos limites da colônia, que doaram sementes ou mudas, e ainda ensinaram os imigrantes a fazê-las.

Uma delas foi a fazenda Jacarandá, em Cabeça Quebrada, município de Guarapari. Seu proprietário, o tenente-coronel da Guarda Nacional José Gomes de Oliveira, doou sementes de café arábica e sementes e mudas de outros cereais para a colonização do Quinto Território. Colonos de regiões mais distantes desciam o Rio Benevente e iam encomendar mudas em fazendas de Anchieta ou Iconha. Na época combinada, voltavam para buscar. Geralmente faziam mais de uma viagem, carregando as mudas nas costas. Boa parte delas se perdia.

A administração da Imperial Colônia do Rio Novo, na verdade, ficou longe de atingir as metas oferecidas aos recém-chegados. A demarcação dos lotes, medida das mais elementares, nos lugares mais distantes era feita pelo agrimensor apenas na parte frontal do terreno, e indicada nas laterais e nos fundos. Desavenças posteriores, e até assassinatos, foram registrados em razão de disputa de terras causada por medição incompleta, linhas mal definidas e marcos fincados em lugar impróprio.

O interior do Núcleo do Castelo, região mais desconhecida do que o ponto aonde chegaram os imigrantes, e mais acidentada, foi cenário de apropriação de terra a força, de disputas causadoras de inimizades que duraram gerações e problemas de legalização fundiária.

Foi plantado o café arábica, próprio para altitudes médias. Nas regiões baixas e quentes, tornou-se necessária a renovação do plantio em intervalos mais curtos, e o novo plantio se fazia em nova terra desmatada. Esta é uma das razões pelas quais a região montanhosa do município ficou com maior cobertura florestal.

No período em que a ocupação da região já estava em processo, o Governo Imperial começou a abertura de uma segunda via de comunicação com o objetivo de atingir Minas Gerais, além da Estrada São Pedro de Alcântara. Ela começava em Anchieta, subia beirando o Rio Benevente,

passava por Alfredo Chaves e se desviava para oeste. Levava o nome de Estrada Dom Pedro II e, quando chegava à região de Monte Alverne, no norte de Castelo, as obras foram interrompidas pela instauração do regime republicano em 1889.

Muitos imigrantes trabalharam na sua construção. Outros passariam por ela quando parte da população da região foi buscar novas terras além do maciço rochoso que limita o norte de Alfredo Chaves e hoje faz divisa com os municípios de Vargem Alta e Domingos Martins.

Já em 1870, reconhecendo a necessidade da região, a Assembleia Provincial aprovou a destinação de 10 contos de réis para estender uma estrada, que subia alguns quilômetros acima de Anchieta, até o fim da parte então navegável do Benevente, margeando o rio, mas a estrada não chegou a ser aberta.

A autonomia

O Município de Alfredo Chaves foi criado em 24 de janeiro de 1891, por decreto do Executivo Estadual que o desmembrou do Município de Anchieta. A autonomia municipal não foi de grande valia no início. O território era desconhecido, exceto nos raros povoados e nas trilhas abertas entre eles pelos colonos. A administração não dispunha de recursos, nem financeiros nem humanos, para criar em torno de si uma unidade. A que existia havia sido criada pelos colonos recém-chegados e que continuavam a chegar: eles tinham a mesma origem, cultivavam os mesmos valores, se comportavam de modo parecido.

Antes da emancipação, o povoado de Alto Benevente já havia trocado de nome. Por sugestão de um vereador de Anchieta, e com a aprovação do homenageado, foi dado ao lugar, em 2 de abril de 1881, o nome do Inspetor Geral de Terras e Colonização do Império, Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves. Sua passagem pela região, em 1878, foi marcada pelo esforço para apaziguar conflitos na administração da Colônia, principalmente no trato com os imigrantes. Formado engenheiro militar, foi deputado, ocupou os ministérios da Guerra (1885-86) e da Marinha (1886-87). Ao ser consultado sobre a sugestão da homenagem, concordou e agradeceu. Com o advento da República, deixou a política.

A primeira medida que o novo município pôde tomar foi demarcar e cadastrar os proprietários do terreno onde ficava a vila de Alfredo Chaves. A urbanização só viria aos poucos, quando as sucessivas administrações foram definindo o contorno físico da vila e os espaços públicos. O ordenamento seguiu, em linhas gerais, a planta desenhada em 1883 por Giuseppe di Agostino Togneri, que mais tarde viria a ser prefeito.

Já a partir de 1890, começava o movimento migratório de Alfredo Chaves em direção a terras mais ao oeste. Ao mesmo tempo, mais famílias continuavam a chegar, geralmente atraídas por parentes. As terras menos férteis de algumas partes do oeste e do norte e a quantidade de famílias sem terra, acomodadas na casa de parentes e trabalhando à meia, foram as causas principais da dispersão.

Já não havia lotes e nem o apoio precário que existiu nos primeiros anos. Quem vinha, confiava na sorte, no amparo de parentes se os tinha, e nas possibilidades oferecidas pela nova pátria. Essas famílias, saídas na maioria da região de Matilde e povoados mais ao norte, trilharam a pé a estrada que ia até o Caxixe Frio, com a mudança nas costas. Por ela seguiram as famílias que se estabeleceram em Venda Nova. Também era de Alfredo Chaves a maioria das famílias de origem italiana que se estabeleceram no atual Município de Vargem Alta, na parte sul do Município de Marechal Floriano e na região de Pedreiras, hoje Pedra Azul.

Calcula-se que esse primeiro êxodo de Alfredo Chaves moveu para fora do município aproximadamente 250 famílias. Um segundo esvaziamento demográfico aconteceria a partir da Segunda Guerra, dessa vez com destino à nova fronteira que se abria com a ocupação do Norte do Estado para o cultivo do café e extração de madeira.

Contribuiu para dar terra e trabalho a esses imigrantes e seus filhos a iniciativa de um padre da Congregação de Santo Agostinho, a qual havia, no final do século XIX, estabelecido uma residência em Guarapari, cuja paróquia administrava, e em Cachoeiro de Itapemirim. O padre Manoel Simon, de origem espanhola, pediu dinheiro e autorização aos seus superiores e adquiriu a Fazenda do Centro, próxima ao povoado que é hoje

a cidade de Castelo. A escritura foi lavrada em cartório de Cachoeiro de Itapemirim no dia 24 de novembro de 1909.

A fazenda, na verdade diversas fazendas que o proprietário reuniu ao redor da propriedade principal, pertencia aos descendentes do major Antonio Vieira Machado da Cunha e estava em estado de abandono. Ao padre se juntou um sócio, José Mariano Sobrinho, e ambos concordaram em atrair para ela a mão de obra ainda disponível no centro-norte de Alfredo Chaves. Parte da fazenda foi logo medida e loteada, e os lotes, a maioria de dez alqueires, distribuídos aos colonos, que teriam um prazo para pagar o terreno com a colheita do café. Mais de 100 famílias deixaram a parte norte de Alfredo Chaves e atenderam ao convite. Muitas não completaram o pagamento.

Do ponto de vista financeiro a empreitada foi um fracasso, mas foi bem-sucedida enquanto tentativa de solução de um problema social emergente, que desestabilizava famílias e concentrava população numa área sem recursos suficientes para mantê-la.

A primeira crise

Mal havia sido criado o município, e o país mergulhava numa crise financeira com reflexos sobre o preço do café, e isto incidiu diretamente na economia da região. A virada do século, a partir de 1895, foi de estagnação econômica. Cafezais ficaram abandonados, o comércio declinou e a população empobreceu. A sede não se expandiu e o novo governo pouco se fez presente em seu território.

No interior, porém, as mudanças se fizeram sentir menos. Acostumadas a uma economia de subsistência, na qual pouco dependiam do que chegava de fora, as famílias estavam habituadas a tirar da terra o próprio sustento. A colônia se manteve e desenvolveu, onde os cafezais se transformaram em capoeira, a chamada lavoura branca (cereais e leguminosas).

Com um pouco de esforço, o interior sobreviveu bem à crise que durou mais ou menos uma década. Nesse período, era comum os colonos descerem até a sede levando nas costas ou no lombo de animais produtos como farinha de mandioca, carne de porco, galinhas, fubá de milho, arroz pilado e feijão, que vendiam ao pequeno comércio ou trocavam por outras mercadorias. A administração municipal deu alguma organização a esse comércio criando na sede uma feira, em 1896.

A virada do século marcou também a definição dos lugares onde se desenvolveu a maioria das vilas e povoados existentes hoje. Famílias já bem assentadas, propriedades estruturadas, a primeira geração de brasileiros natos de procedência europeia construiu casas mais sólidas. Algumas se mantêm conservadas, menos como habitação e mais como herança histórica.

As primeiras capelas, componente necessário numa comunidade católica de origem italiana, foram refeitas. As paredes de barro, substituídas por estrutura sólida de pedra cortada e reboco consistente. Essas igrejas, algumas com alterações substanciais na fachada mas com a mesma estrutura, são as que se veem hoje nas comunidades do interior: sempre no centro dos povoados e, conforme o relevo, num lugar elevado.

Nesse período, os lugares onde desde a chegada se enterravam os mortos também foram transformados em cemitérios estruturados, com alinhamento de covas, muro, portal, nichos e uma cruz central. Às vezes até curiosidades como inscrição bíblica na entrada. O da vila de Sagrada Família, na reforma de 1923, recebeu sobre o portal a frase latina “Reverteris ad locum tuum” (“Voltarás ao teu lugar”).

Os cemitérios não tinham, e nem têm, com exceção da sede, relação com a administração municipal, ao contrário do que acontece nas cidades. Sua construção era feita em terreno da Mitra Diocesana – geralmente doado por algum imigrante para a construção da igreja – e com a permissão da mesma. A manutenção, perpetuação de jazigos familiares e administração são feitas diretamente pelas comunidades até hoje.

Numa disposição de 1931, a administração municipal afirmava o caráter público de todos os cemitérios, a começar do da sede, no bairro

Macrina, mas admitia a existência dos particulares, desde que estivessem regularizados junto à Prefeitura.

A construção da ferrovia

Enquanto a crise desacelerava a economia, na região central do município algo de novo estava acontecendo. Construía-se a ligação da estrada de ferro de Vitória com a que chegara do Rio de Janeiro a Cachoeiro de Itapemirim. A escolha do trajeto não parecia racional: uma região ainda pouco habitada e extremamente acidentada, se comparada à faixa litorânea, mais povoada e plana.

Só que o café expandia sua fronteira cada vez mais no interior e era necessário implantar uma logística que fizesse essa produção chegar aos portos. A economia do Estado era extremamente dependente do café que exportava e esse se produzia distante dos locais de embarque. A receita crescia ou baixava de acordo com o número de sacas que saíam pelo porto.

O café também foi a motivação para a abertura de outras estradas, como a que transpôs o maciço montanhoso de Santa Teresa. No lombo de animais, vinha das vastas lavouras da região o produto que era embarcado em Cachoeiro de Santa Leopoldina em canoas, rumo ao porto de Vitória.

Como aconteceu em Santa Teresa, a riqueza da nova colônia também atraiu bandos de jagunços vindos de Minas Gerais e, por alguns anos, eles aterrorizaram a população de Matilde e aglomerações vizinhas. Só foram afastados quando a densidade e organização da população desestimularam esse tipo de cangaço.

Em Cachoeiro de Itapemirim, o café descia o rio. Como também em Alfredo Chaves, no Rio Benevente. No caso da ferrovia, além do suporte ao escoamento do café, havia a possibilidade de estabelecer com o Rio de

Janeiro uma ligação mais rápida em relação à que era feita, então, por mar. O trem atendia os dois objetivos.

A construção da estrada de ferro, pelo Governo do Estado, foi feita a dinamite e braço dada a pouca tecnologia disponível na época, a falta de mão de obra e o relevo acidentado – na divisa de Alfredo Chaves com Vargem Alta a ferrovia ultrapassa os 600 metros de altitude. Foi contratada uma companhia inglesa que havia acumulado experiência na abertura de caminhos de ferro nas colônias da Inglaterra. A oferta de trabalho na construção da ferrovia, administrada pelo engenheiro inglês Charles Bloomer Reeve, foi uma alternativa para os imigrantes tardios, e a vila que hoje é Matilde era, na época, um amontoado de casas de estuque habitadas pelas famílias desses trabalhadores.

As estações de Araguaia e Matilde foram inauguradas em 15 de março de 1902. Mas, mergulhado em crise financeira e pressionado por dívidas externas, o Governo Estadual interrompeu a empreitada e, cinco anos depois, vendeu o pedaço acabado para a Leopoldina Railway, que havia construído e explorava o trecho de Cachoeiro de Itapemirim ao Rio de Janeiro. A ferrovia incompleta, que ainda hoje mantém o trajeto original, ia de Argolas, em Vila Velha, a Matilde, num percurso de 81 quilômetros.

A Leopoldina Railway, em três anos, completou a ligação ferroviária com Cachoeiro de Itapemirim e estabeleceu em território de Alfredo Chaves mais uma estação, a de Engano, no povoado que em 1964 passou a se chamar Ibitiruí. Anos depois, quase na divisa com o que é hoje o Município de Vargem Alta, foi construída uma parada, a de Ipe-Açu, onde fica o ponto mais elevado da linha.

A inauguração do novo trecho se fez onde as duas linhas se tocavam, em Matilde, em 27 de junho de 1910. Do primeiro trem que chegou ao povoado, desembarcou ninguém menos do que o presidente da República, Nilo Peçanha. Mais do que uma homenagem ao lugar ou ao empreendimento, o presidente quis prestigiar os ingleses, cujas empreiteiras, na época, construíam estradas de ferro por todo o sudeste e sul do Brasil. Por sua posição central, no trajeto entre Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, a

estação de Matilde se diferenciava das demais pelo seu porte. Tinha ampla plataforma de embarque, residência para o chefe da estação e um virador: era o único ponto da linha em que a locomotiva podia virar e retornar.

O mais grave acidente ferroviário do Estado aconteceu nessa ferrovia, em 23 de dezembro de 1950. O noturno – trem exclusivamente de passageiros – vinha do Rio de Janeiro para Vitória com uma composição de 11 vagões. No quilômetro 445, próximo da estação de Engano (hoje Ibitiruí), em trecho de declive e curva, o primeiro vagão descarrilou e toda a composição saiu dos trilhos. Dezenove passageiros morreram.

A estrada de ferro, que é administrada pela Ferrovia Centro Atlântica, deveria ser desativada e os trilhos retirados, por resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) de 05 de julho de 2013. Mas a mobilização dos prefeitos dos municípios por onde ela passa impediu a desativação. E novamente se tenta a volta do trem a Matilde, através de um pedido para que a agência autorize a extensão do projeto Trem das Montanhas, que sobe a serra aos domingos e vai de Viana até a estação de Araguaia. Uma viagem experimental já foi realizada e a solicitação está sendo estudada.

Um interior sofisticado

A ligação ferroviária, uma vez completa, revolucionou a comunicação no interior do município. Se um dos objetivos era conectar a região produtora com os terminais de exportação, ele foi alcançado. Após a época de colheita, geralmente de maio a junho nas terras altas, a plataforma das estações amanhecia com pilhas de sacos de café à espera do trem de carga que passava bem cedo. Antes da ferrovia, foi intenso o movimento de tropas de burro levando café para o porto de Vitória, saindo do norte de Alfredo Chaves e passando pela Colônia de Santa Isabel, numa viagem em que a ida e a volta duravam uma semana.

O trem fez expandir a fronteira agrícola e foi, até a década de 50 do século passado, o principal meio de transporte de mercadoria e passageiros do município, até chegarem as rodovias. Não que a navegação do Rio Benevente, em canoas e pranchas, tivesse sido esquecida – na década de 20 Alfredo Chaves tinha três cais de embarque. Mas pelo menos metade da safra do município chegava agora ao porto carregada pelos vagões do trem.

Estava aberto um caminho para a capital do Estado e a do país, e não se dependia mais de uma viagem a Anchieta para pegar o vapor, ou de longa e cansativa jornada a pé ou a cavalo. Bastava deixar os animais no pasto de algum morador, que geralmente não cobrava por essa guarda provisória, e embarcar no vagão de passageiros. A capital ficava a algumas horas. Matilde foi se tornando um lugar sofisticado.

O relato deixado em seu diário pelo imigrante Vittorio de Monti revela que, embora a sede política fosse Alfredo Chaves, no extremo sudoeste do município, o desenvolvimento era bem mais acentuado na região central, ao redor de Matilde, transformado pela ferrovia em polo econômico e cultural. Matilde era um centro de negócios, e teve o primeiro hotel do município, o Hotel dos Viajantes, ao lado da ponte sobre o Rio Benevente e da linha do trem. Seus hóspedes eram principalmente representantes comerciais de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim que iam fechar negócios e abastecer o comércio.

Matilde teve o segundo time de futebol do município,, médicos e dentistas. Teve cinema e banda de música. Na verdade, a ferrovia trazia para a região atividades até então concentradas nas cidades. A poucos quilômetros de Matilde, uma fábrica de gravatas, artigo mais que essencial para a moda da época, foi instalada em Iiritimirim. Em Araguaia, uma livraria.

Matilde foi transformada em sede de distrito em 12 de dezembro de 1919, na mesma data em que o Legislativo Municipal erigiu a povoação de São João em sede de distrito também. A comunicação criada pela via férrea continuou fazendo de Matilde o centro de referência de uma grande região e passagem obrigatória para quem tinha algum interesse na capital. Com a chegada do automóvel ao município na década de 20 e depois que

o Governo de Florentino Avidos intensificou a abertura de estradas, uma linha regular de táxi passou a existir entre a estação de trem e a sede.

Ao mesmo tempo em que atraía visitantes, a região perdeu população. Muitos que haviam resistido a se mudar para o oeste, acabavam indo trabalhar, como meeiros ou como trabalhadores temporários na colheita, em lavouras de café na região ao redor de Cachoeiro de Itapemirim. Em geral, em fazendas anteriores à imigração italiana, até porque os imigrantes instauraram o regime da pequena propriedade, explorada pela mão de obra familiar, sem lugar para meeiros.

Além do êxodo para outras lavouras, Matilde também viu muitos de seus moradores saírem, atraídos pela vida urbana. Pequenos comerciantes ousados mudaram-se para Vitória e arredores, na tentativa de fazer fortuna numa atividade que, na capital, oferecia mais oportunidades. Ali abriram casas de comércio de artigos variados, bares, pensões, e se tornavam referência de quem ia da colônia.

O trem antecipou as atividades de instrução e, na ausência da iniciativa do poder público, os próprios moradores se improvisaram em professores e mais tarde passaram a solicitar a ajuda do Governo da Itália, da mesma forma como haviam pedido a presença do padre nos primeiros anos. A primeira escola, porém, construída pelos colonos e onde uma imigrante se improvisava professora, foi fechada pelo poder público, que nela instalou o posto policial.

Mas a relação com a terra de origem se consolidou e, mais tarde, enquanto Alfredo Chaves recebia a visita do Inspetor de Instrução, em Matilde desembarcava o Ispettore delle Reggie Scuole Italiane all'Estero (Inspetor das Reais Escolas Italianas no Exterior) para inspecionar as escolas de Matilde e Carolina. Quando vinha, trazia livros, porque o Governo Italiano tinha um serviço de impressão para prover de literatura italiana as escolas nas áreas que seus emigrantes ocuparam.

O pioneirismo no desenvolvimento se manteve, enquanto o trem era o meio de transporte mais confortável, rápido e eficiente, e as rodovias funcionavam como uma teia ainda suplementar de comunicação. Porém,

a expansão e modernização das rodovias e produção de veículos, a partir da década de 50, mudaram o cenário, e o transporte ferroviário entrou em decadência em todo o país. Mas a aura criada em torno de Matilde, durante algumas décadas, se manteve, a ponto de o vereador José Bellon Filho, eleito pelos votos do distrito, em 21 de outubro de 1963 apresentar na Câmara um projeto visando transferir a sede para Matilde. Se aprovado, seria enviado para apreciação na Assembleia Estadual. Teve quatro votos numa Câmara Municipal de nove vereadores.

Em menor escala, outros lugares se sofisticaram. Na década de 30, em Sagrada Família, um grupo de teatro se manteve por vários anos, encenando em véspera de festas religiosas dramas clássicos e peças sacras num palco montado ao lado da escola. O espetáculo era avisado com antecedência nas igrejas e a vila tinha noites movimentadas. Além do teatro, times de vôlei masculino e feminino faziam a diversão da torcida nos domingos em que não havia futebol. Além do teatro e do esporte, a banda de música. A maioria dos músicos era autodidata, com exceção de alguns que tiveram curto aprendizado em Alfredo Chaves.

Na sede, a família Franzotti, de tradição musical, criou sua própria banda, aproveitando-se da passagem de um circo em que figuravam alguns músicos. O regente Francisco “Requinta” Serrano ficou na cidade e um dos seus filhos foi incorporado à banda, entre elementos das famílias Franzotti e Saudino. A primeira apresentação, que aconteceu em praça pública, foi em 1º de abril de 1916, com instrumentos trazidos de São João. Além das apresentações na cidade, era convidada para tocar em festas no interior.

Dois anos depois, era criada a Banda Jerônimo Monteiro, regida pelo professor Edmundo Ramalho. Sem interrupção, dessa época em diante, até a década de 50, sempre houve uma banda de música em Alfredo Chaves.

Fé e desenvolvimento

Outro distrito que teve um desenvolvimento notável e autônomo em relação à sede foi o de São João. Mas sua razão era outra, a influência da religião. Já no início da divisão dos lotes entre os colonos, o imigrante Giuseppe Bergami fez doação de uma área de 2.489 m² para a construção da igreja, e mais tarde registrou a doação em cartório. Doações para esse fim foram prática comum em toda a colônia. E São João teve o primeiro grande templo do município: media 29 metros de comprimento, dez de largura e oito de altura.

Devido a essa facilidade, era ponto de visita obrigatória dos padres missionários que vieram da Itália dar assistência religiosa, e depois deles os espanhóis da Ordem de Santo Agostinho. As visitas, fossem ocasionais ou fossem em alguma festa do calendário, eram avisadas com antecedência, e para lá afluía a população da região para aproveitar essas raras ocasiões. Indiretamente, a religião produzia outros benefícios.

O serviço de correios chegou assim que se completou a ligação ferroviária entre Matilde e Cachoeiro de Itapemirim, porque a proximidade da via férrea facilitava o despacho da mala postal. Na década de 20 veio o telefone a magneto. São João tinha selaria, ferraria, sapataria e três padarias que também vendiam outros gêneros de varejo. Foi feito o traçado urbano para manter o alinhamento dos prédios e o ordenamento das construções. Um gerador de corrente contínua permitiu instalar algumas lâmpadas na rua e na igreja. Por essa época, o povoado recebeu a visita do cônsul-geral da Itália, vindo do Rio de Janeiro, em visita aos principais núcleos da imigração.

São João tornou-se paróquia antes mesmo que a sede do município. Enquanto o distrito construía um templo até suntuoso para as condições de lugar e época, a capela da sede dava sinais de abandono. E a razão era que, atraídos pela perspectiva de bons resultados no trabalho das lavouras, raros foram os imigrantes que ficaram na sede ou redondezas. E assim, em

1918, a paróquia de Guarapari foi desmembrada em duas, e a Diocese de Vitória indicou para vigário em São João o padre Xavier Pouret, da ordem agostiniana.

No município, esta foi a única localidade que comemorou, em 1928, o cinquentenário do início da colonização, e o fez com pompa. A festa foi civil e religiosa, ao mesmo tempo: missa solene e banda de música contratada de Cachoeiro de Itapemirim. Os colonos da primeira geração ainda vivos posaram para uma foto, ao lado do padre Antonio Marcigaglia, salesiano nascido na Itália que havia sido vigário anos antes, mas que na época dirigia o Colégio Salesiano de Jaciguá, hoje no município de Vargem Alta.

Litígio com Guarapari

Dois anos após o assentamento dos colonos no Quinto Território da Imperial Colônia do Rio Novo, o território foi desmembrado, deixou de receber o amparo, embora precário, do governo, e foi incorporado por decreto ao Município de Guarapari. Na época, não havia motivo para um conflito de limites, que eram mal conhecidos, numa terra pouco povoada e que, a princípio, ainda não gerava riquezas.

O Quinto Território tinha ligações históricas com Alfredo Chaves. Por aqui os habitantes haviam passado e parado, na trajetória do porto de Anchieta até o assentamento. Com Alfredo Chaves, a parte inferior do território fazia a relação comercial, inclusive da venda do café, bastando descer o vale. Já Guarapari ficava a uma distância maior, sem caminhos e com diversas serras a dificultar a passagem.

O problema só passou a existir em 1900. Horácio Gomes de Oliveira e Heliodoro Silva, proprietários de uma meia sesmaria que se estendia até a região abaixo do Quinto Território, a dividiram em lotes e puseram os terrenos a venda. Muitos colonos já haviam descido o vale, afastando-se

do núcleo original, porque as terras próximas já tinham proprietários e estavam sendo cultivadas.

Um dos colonos a adquirir um lote nas novas terras foi Pedro Zerbini, que estabeleceu uma casa de comércio de dois andares, onde vendia gêneros e intermediava a venda de café. Mas, como todo núcleo que se formava tinha a igreja como polo de atração, ele logo construiu uma de madeira, depois substituída por outra de paredes de pedra, no povoado hoje conhecido como Figueira. Na época, São Pedro da Figueira Grande, porque o marco que identificava o lugar era uma gigantesca árvore à beira do caminho.

Dois quilômetros acima, outro povoado se formava com a dispersão do Quinto Território. E em vez de uma capela de madeira, se começava um templo com paredes de pedra, com a permissão do bispado de Vitória, no centro de uma área de meio alqueire doado por Paola Comandola, viúva de Giacomo Bruschi. Figueira queria se unir a Alfredo Chaves. Sagrada Família, o outro novo aglomerado, queria Guarapari.

O Distrito de Sagrada Família foi criado em 1914, e a marcação de seus limites, por Guarapari, gerou um atrito com a administração de Alfredo Chaves, segundo a qual o município vizinho avançava sobre terras que não lhe pertenciam. A demarcação deixava para Guarapari uma área que incorporava o povoado de Figueira e descia até o de Santa Marinha d'Airosa, hoje Caco do Pote. Uma queixa foi dirigida pela Câmara Municipal ao presidente do Estado, Marcondes de Souza, mas ficou sem resposta.

Outra petição da Câmara, em 1916, teve negada a solicitação de incorporar a Alfredo Chaves a área em litígio. Colombo Guardia, enquanto deputado, apresentou em 1924 um requerimento à Assembleia Legislativa para uma revisão dos limites, e também não foi atendido. Mais uma tentativa foi feita durante o governo do interventor João Punaro Bley, que recebeu a solicitação levada em mãos por uma comissão municipal. Prometeu estudar detalhadamente a questão e, anos depois, deixou o governo sem se pronunciar.

Por ter sido elevada à condição de vila em 1918, e por causa do litígio, desde a década de 20 Sagrada Família ganhou destaque policial. As administrações se alternavam, dependendo do prestígio político de cada prefeito, no controle do policiamento. Em 1933, na administração de Celestino Quintanilha em Alfredo Chaves, destacamentos de ambos os municípios quase se enfrentam a um quilômetro ao sul de Sagrada Família. Ao ser avisado de que uma emboscada o esperava, o comandante dos soldados enviados de Guarapari, que chegavam a cavalo, levantou um lenço branco na ponta do sabre, em sinal de paz.

As disputas envolvendo o controle da igreja de Figueira começaram assim que o comerciante Pedro Zerboni, algum tempo depois de concluída a construção, mudou-se com a família para Cachoeiro de Itapemirim. Depois dele outros saíram e Figueira se esvaziou aos poucos. Com pouca manutenção, o telhado do templo desabou em 1943. A distância relativamente pequena de Alfredo Chaves, a estrada de rodagem inaugurada em 1928 e as facilidades para assistência médica e comércio de café, principalmente, haviam aos poucos apagado a vinculação oficial com Guarapari.

Finalmente, atendendo a uma solicitação do prefeito Lauro Ferreira da Silva Pinto, seu amigo de juventude e colega de faculdade, o interventor Jones dos Santos Neves, em decreto de 31 de dezembro de 1943, reconheceu o fato consumado. O distrito foi definitivamente incorporado ao território de Alfredo Chaves.

De Guarapari restou em Sagrada Família o nome do prefeito Deoclécio Borges, dado a uma rua. E a solidez da ampla igreja de pedra, em estilo neoclássico, tanto ela quanto seus altares de madeira esculpidos a mão por José Alves do Espírito Santo e seus dois filhos Alfredo e Álvaro, oriundos de Perocão, Guarapari.

O comando político

A nomeação pela Assembleia Estadual, em 1891, do primeiro prefeito, Joaquim da Costa Pinto, que já fora subdelegado de Polícia, foi acompanhada da indicação dos auxiliares que compunham o Conselho de Intendência: Antônio Soares Pinto (presidente), Eduardo Pessanha Igreja, João Francisco Simões Cordeiro e José Togneri. Quatro urnas, nas localidades de Iiritimirim, São João, Matilde e na sede, elegiam representantes que compunham a Intendência Municipal.

No primeiro ano de mandato, o administrador indicado já se viu às voltas com o descontentamento popular. Reunida em praça pública, em 19 de dezembro de 1891, a pequena população da sede exigiu a substituição do antigo aparato policial-judiciário. Assim, foram substituídos os ocupantes dos cargos de comissário de polícia e juiz territorial (mais tarde chamado juiz de paz). A própria população orientou o preenchimento dos cargos. Para comissários foram indicados João Francisco Simões Cordeiro, Antônio Soares Pinto, Feliciano Gonçalves Ferreira e Augusto José Alves. E para juiz, Pedro Perpoli, Joaquim Domingos Alcântara e Adriano Gaigher.

Na época da sua transformação em sede de município, Alfredo Chaves já havia sido dotada do serviço de Correio, instalado em 1882, e da instrução pública. Uma das medidas da administração foi melhorar o cais do Rio Benevente, e a rampa de acesso foi substituída por uma escada de terra com degraus de toras de madeira lavrada. A população do município, em 1895, chegava a 5.843 habitantes e as casas passavam de mil. Da primeira divisão administrativa constavam os distritos da sede, Rio Quatinga, Matilde e São João.

Outros benefícios foram sendo adicionados: pouco tempo depois da emancipação, a Coletoria, como era chamado o posto de arrecadação fiscal; em 1903, o telégrafo; por essa mesma época, a primeira farmácia. O primeiro médico a fixar residência foi Américo Luiz Homem, em 1915:

recebia os clientes em sua casa e atendia a chamados em domicílio. Antes dele, outros permaneceram no município por temporada.

De 10 a 12 de novembro de 1899 passou a cavalo por Alfredo Chaves com destino a Cachoeiro, José de Mello Carvalho Moniz Freire, preparando a candidatura para seu segundo mandato, que começaria em 1900, como presidente do Estado. Foi o primeiro a visitar o município.

Em 2 de agosto de 1908, o Comando Militar da Guarda Nacional no Estado nomeou seus oficiais Antonio da Silva Cardoso e José Togneri para organizar o serviço de alistamento militar no município.

Após a eleição municipal de 12 de julho de 1909 ocorreu a primeira greve no município em protesto pelo encalhe de tantos doces e pães que haviam preparado para o dia da eleição. Devido a divergências partidárias, foi baixíssimo o comparecimento na junta eleitoral da sede, e grande o prejuízo de padeiros e doceiros.

O futebol chegou em 1910, trazido do Rio de Janeiro por Carlos Soares Pinto, que mais tarde seria prefeito. Com alguma frequência, seu pai Antônio Soares Pinto ia ao Rio de Janeiro visitá-lo no Colégio Militar, na Urca. No bonde que ia até a escola, pai e filho passavam pelo bairro de Botafogo, onde estava a sede do clube do mesmo nome, à Rua General Severiano, e esse contato motivou o rapaz a trazer a novidade.

Numa dessas idas comprou um jogo de camisas e uma bola de couro. O Alfredense Foot-Ball Club foi fundado em 15 de agosto de 1910, e sua camisa tinha as cores vermelha e branca. A facção política oposta organizou outro time e, por algum tempo, os rivais tinham apenas um ao outro como adversário. Com o nome de Sociedade Alfredense Foot-Ball Club, o time receberia da Prefeitura, como doação, um prédio para sua sede, em 9 de maio de 1930, e se filiaria à federação estadual em 2 de maio de 1949 com o nome de Esporte Clube de Alfredo Chaves. Aos poucos o futebol foi se expandindo pelo interior: Matilde em 1918; Ribeirão do Cristo em 1919; Sagrada Família em 1925, com o time Ordem e Progresso, fundado pelo comerciante Mário Pires.

O primeiro jornal de Alfredo Chaves, O Imparcial, “noticioso e literário”, circulou pela primeira vez em 10 de janeiro de 1909. Era impresso três vezes por mês, tinha quatro páginas e seu proprietário e fundador foi Joel Reis Carvalho (filho). Uma delas era preenchida com reclames (anúncios), com publicidade de casas de comércio locais, de Vitória e até do Rio de Janeiro, onde os comerciantes de Alfredo Chaves faziam suas encomendas, alguns pagavam uma espécie de previdência privada e os filhos de algumas famílias abastadas iam estudar. O jornal tinha assinantes no interior, geralmente casas de comércio, e seu maior número estava em São João e Matilde. Era representante do Diário da Manhã, de Vitória, do qual fazia a distribuição de exemplares para os assinantes, cobrava e remetia o valor das assinaturas.

Como a maioria dos jornais da época, em nada se parecia com a mídia diária impressa atual. Não tinha manchetes e, na primeira página, publicava literatura (trechos de clássicos ou a produção literária dos próprios leitores). Misturava poesia, anedotas, aniversários, recados, discretos elogios à beleza de alguma pretendida, provérbios, chegada de visitantes ao lugar, avisos da Coletoria sobre prazos de recolhimento de taxas e impostos, cobrança de assinantes em atraso, receitas, queixas da população (animais soltos, banhos no rio “em completa nudez”), e notícias regionais, nacionais e internacionais recolhidas dos jornais que recebia, com compreensível atraso em relação à data dos acontecimentos.

Foi substituído, mais tarde, por O Atalaia, de propriedade de Braz Amigo, e cujo primeiro número circulou em 1º de novembro de 1916. Era quinzenal e se definia como “literário, noticioso e católico”. Abstinha-se de entrar no mérito da discussão política, seja do ângulo partidário ou da administração pública. Em seu lugar, publicava textos de caráter moralizante. O aspecto gráfico e o conteúdo social e noticioso assemelhavam-se aos de seu antecessor.

Treinamento militar

Colombo Guardia, que por diversas vezes ocupou a Prefeitura como titular ou substituto, descendia de uma família de origem espanhola que se estabeleceu em Cachoeiro de Itapemirim. Mudou-se para Alfredo Chaves, onde comprou uma propriedade que ficou conhecida como La Guardia, perto do povoado de Nova Estrela, e fez carreira política, tornando-se conhecido por uma administração de iniciativas.

Uma delas foi a urbanização da área central, então Praça Floriano Peixoto e hoje Colombo Guardia, que já tinha um coreto para comícios e retretas da banda. Ao redor dele, tomando toda a praça, uns moradores soltavam animais para pastar, outros reclamavam. Também era o lugar onde os que vinham do interior amarravam a montaria. Uma cerca foi erguida enquanto a praça era reformada e os proprietários de animais proibidos de usá-la da forma como faziam antes.

Em 1917, por influência da Primeira Grande Guerra que se desenrolava na Europa, o intendente Antônio Soares Pinto Júnior conseguiu do Exército a autorização para uma Linha de Tiro (mais tarde denominada Tiro de Guerra), instalada em 25 de novembro. Nos finais de semana vinha a Alfredo Chaves um oficial com patente de tenente e iniciava os rapazes com idade entre 17 e 18 anos na arte de combater.

Foi estabelecida como área fixa de treinamento, durante anos, o local onde hoje está o bairro Siribeira por ser, na época, um brejo, que era atravessado pelos recrutas com lama até o peito e fuzil levantado sobre a cabeça. O espetáculo sempre atraía a atenção e no fim de semana era um divertimento para a população, que se postava à beira do pântano e se divertia com a vida dura dos rapazes.

A Linha de Tiro ficou até o Estado Novo e, logo após a Revolução de 1930 que levou Getúlio Vargas ao poder, notou-se uma acentuada preferência por recrutar rapazes do interior, onde se concentrava maciçamente

a população de origem italiana, já na sua segunda geração de nascidos no Brasil.

No início de 1918, a Prefeitura contratou por 22 contos de réis o empreiteiro Simão Carone, imigrante sírio, para construir a primeira ponte sobre o Rio Benevente porque já havia moradores estabelecidos do outro lado do rio, que era atravessado de canoa. Do outro lado havia também um grande território, oficialmente administrado por Guarapari, mas cuja população tinha Alfredo Chaves como referência, pela proximidade. A ponte foi erguida sobre grossos pilares de pedra e com vigas de madeira. Sua solidez foi testada pelo tempo e as enchentes anuais, e se encontra em uso.

Na segunda década do século XX, imigrantes de origem síria começaram a frequentar Alfredo Chaves, em sua maior parte como comerciantes informais percorrendo o interior do município. Seu número aumentou durante e depois da Primeira Grande Guerra. Essa atividade informal foi o primeiro passo para sua integração com a população e, alguns deles, em poucos anos, já eram proprietários de algum comércio estabelecido.

Alvos da desconfiança inicial da população de origem italiana, por seus hábitos e língua diferentes e pelo nomadismo, a fixação no comércio acabou por promover a integração inclusive familiar e, dessa forma, vários deles estabeleceram comércio no interior. José Antônio Charbel, que casou com uma italiana da família Maioli, foi um dos maiores comerciantes de café no município. O primeiro automóvel adquirido por um cidadão alfredense foi apresentado à cidade pelo imigrante sírio José Jorge, em abril de 1929. Dois meses antes, em 25 de fevereiro, ele havia apresentado, aos olhos de uma população curiosa, a primeira motocicleta.

Os primeiros caminhões, à moda da época, sem carroceria e apenas com vigas transversais onde cada um montava um tablado, haviam chegado antes, por causa da demanda criada pelo transporte do café. Em 1926, Alfredo Chaves recebeu do Governo do Estado uma reserva para numeração de placas de identificação dos veículos. A placa previa apenas dois dígitos.

Dois imigrantes vindos do Município de Santa Teresa (José Franzotti e Sílvio Casotti), associaram-se e montaram a Cervejaria Alfredense, em lugar próximo do rio, dentro da cidade, em 1927. Por alguns anos, ela abasteceu o município e ainda remetia pequenos estoques para Anchieta. Com a dissolução da sociedade, os novos sócios transferiram a indústria para Matilde, e deram ao produto o nome de cerveja Apolo. As dificuldades de importação de insumos impostas pela Segunda Guerra decretaram seu fechamento.

Água, luz e telefone

Em 21 de maio de 1924, a Vila de Alfredo Chaves foi elevada à categoria de cidade. A década que precedeu a crise iniciada em 1929 foi de uma economia exuberante, que se manifestava não apenas no aspecto bem cuidado da cidade como também na fartura que caracterizou o padrão de vida no interior. E o espírito religioso do imigrante deixou nas igrejas o testemunho desses anos de abundância: são as telhas francesas, os lustres, a quantidade de imagens e outros objetos sacros, muitos deles encomendados no exterior.

Importava-se queijo do reino. Fotógrafos percorriam o interior fazendo o registro fotográfico de famílias. Mascates ganhavam dinheiro vendendo peças de tecido. Os filhos e netos de imigrantes puderam refazer o guarda-roupas à moda dos antepassados, do jeito como se vestiam os imigrantes quando chegaram, muitos dos quais ainda estavam vivos – e esse reviver foi alimentado pela passagem do cinquentenário dos primeiros desembarques.

A comunicação no interior era feita por uma teia de trilhas abertas pelos comerciantes que intermediavam o comércio do café entre o produtor e o atacadista que o levava para Anchieta. Nessa década, a chegada do carro e a política rodoviária do presidente do Estado Florentino Avi-

dos transformaram muitos desses caminhos primitivos em estradas. Seu mandato coincidiu com parte dos mandatos de Colombo Guardia e Olival Brígido Vieira Pimentel. O município contratava um empreiteiro e este alargava o caminho já batido há muitos anos por tropas de burro, animais de montaria e pedestres. Em 1928, foram abertas as estradas para Matilde e Sagrada Família.

Na maioria dos casos, o empreiteiro conseguia motivar a população à beira da estrada e ganhava mão de obra gratuita aos sábados, quando cada família mandava um representante e se fazia um mutirão semanal, o “ajuntamento”. E os caminhões que transportavam café também levavam passageiros em cima da sacaria. A facilidade dessa convergência para a sede ajudou a criar uma noção de identidade municipal, uma integração entre interior e cidade e um reconhecimento maior do poder público por parte das comunidades do interior que, até então, por necessidade, haviam desenvolvido uma autossuficiência que alimentou o distanciamento político-administrativo.

Em 1922, o município inaugurava uma pequena hidrelétrica, aproveitando-se do desnível do Rio Benevente que deixava de ser navegável a um quilômetro acima da sede. A eletricidade substituiu os lampiões a querosene instalados no final do século XIX. Foi a época em que também São João e Sagrada Família (então pertencente a Guarapari) ganharam algumas lâmpadas iluminando a rua principal e a igreja, de hidrelétricas caseiras de corrente contínua, que se acendiam no escurecer e se apagavam no máximo às 8 horas da noite, quando todos se recolhiam.

A primeira transmissão do rádio no país se deu em 1922, no Centenário da Independência, mas essa tecnologia demorou a chegar. E quando chegou, seu suporte foi a energia das pequenas hidrelétricas. Elas iluminaram vilas, povoados e propriedades até a década de 70, quando chegaram ao interior os programas de eletrificação rural.

A fartura de café e de água favoreceu o surgimento de uma indústria informal no interior: as pilas de café. Geralmente instaladas pelos intermediários na venda do produto, elas reduziam o peso e o volume da produção

a transportar e agregavam valor ao café vendido ao atacadista. Duraram até a década de 50, quando o cansaço da terra e a redução das matas disponíveis para a derrubada já apontavam para a decadência da lavoura.

Ainda em 1922 a sede foi servida por uma incipiente rede de abastecimento de água, que também se valia do desnível do Rio Benevente. Com ela também foi implantada uma reduzida rede de esgoto que, de início, coletava os efluentes de apenas duas ruas centrais.

Em 1º de agosto de 1923, Colombo Guardia inaugurava na sede uma rede de telefone a magneto, cujo ramal principal ia até São João, com postos instalados em dez localidades do interior. Matilde já tinha telefone, instalado na estação do trem. E em Sagrada Família, o comerciante Antonio Alberto Souza criou uma rede de telefonia que ligava sua principal casa de comércio com as filiais em Caco do Pote (Município de Alfredo Chaves), São Miguel (Guarapari) e Jabaquara (Anchieta). A crise financeira que reduziu o volume de negócios também se encarregou de desmontar a rede de telefonia: em 1931, a Prefeitura determinou o recolhimento do material sucateado que havia na maioria dos postos da rede.

A exuberância do Carnaval também é característica dessa época. Blocos desfilavam fantasias requintadas pela rua. Pulava-se ao som de marchinhas executadas pela banda. Dançava-se nos salões dos clubes Abacate, na Rua da Palha, popular e aberto a toda a população, no qual predominavam descendentes dos antigos escravos, vestindo as cores verde e amarela; do Alfredense, à Rua Getúlio Vargas, no centro, para onde iam grupos que reuniam as famílias da elite política e financeira, vestindo fantasias nas cores vermelha e branca, e competindo por um primeiro lugar; e o Resedá, da classe média, à Rua Buarque de Macedo (hoje Avenida Lauro Ferreira Pinto), e que também recebia eventualmente foliões do interior, que não eram sofisticados para estar com a elite e nem haviam desenvolvido convivência com a classe popular urbana.

Também é desse período a modesta ferrovia que ligou a sede de Alfredo Chaves a Anchieta passando por Jabaquara. Movida a lenha, trilhos de bitola estreita, no máximo três vagões, deslocava-se lentamente próxima

ao curso do rio, levando passageiros, cana, café, carga geral e operários da usina de açúcar Paineiras, inaugurada em 1919 em Jabaquara. Era uma sociedade de proprietários.

Após a crise financeira que se prolongou pela década de 30, a usina reduziu a produção. Com o início da Segunda Guerra, em 1939, passou a ter dificuldades em exportar. Em 1942, os sócios proprietários decidiram transferir suas instalações para o Município de Itapemirim, e a estação em Alfredo Chaves foi utilizada como cadeia pública e o terreno vendido a particulares. Condenada ao abandono, foi demolida na década de 70.

A expansão das atribuições do poder público municipal, na medida em que se estreitava a comunicação da sede com o interior, revelou nesse período iniciativas destinadas a organizar a gestão pública. E isto se deu tanto no sentido de expandir a autoridade para além dos núcleos principais quanto de aproveitar os recursos nunca até então disponíveis, para importar inovações que já haviam chegado à capital e a cidades que o dinheiro do café enriquecera, como Cachoeiro de Santa Leopoldina e Cachoeiro de Itapemirim. A década de 20 fortaleceu o ensino público, multiplicou a rede de transportes, acentuou o controle sobre o comércio em expansão através da melhoria da fiscalização.

Pelo censo de 1920, o Espírito Santo, então com 31 municípios, tinha 20.941 propriedades rurais. Destas, 665 estavam em Alfredo Chaves, que ocupava o décimo primeiro lugar no ranking, mesmo sem a extensa área em litígio com Guarapari. Também eram mencionados o nome do proprietário e a localização da propriedade. O censo registrava a existência dos distritos da sede, Matilde, São João, Santa Marinha D'Airosa (extinto em 1938 e anexado à sede) e São Marcos (também extinto, anexado à sede em 1943 e substituído por Sagrada Família). Não se fez menção ao primitivo distrito de Rio Quatinga, já anteriormente também anexado à sede.

Na década de 30 o município ingressou na era do crédito agrícola, assistência técnica à lavoura e vacinação do gado, criado nas regiões baixas próximas da sede. A assistência técnica incluía até mesmo o combate à

formiga: em 1938 o município relatava ao Estado a extinção de mil formigueiros no ano anterior.

Nas terras frias começou-se a experimentar vários cultivos próprios de clima temperado. Insistiu-se mais em trigo, batata inglesa e algodão. Este vingou, por algum tempo na região de Matilde deu algum resultado, e os flocos eram exportados por Vitória via linha de trem. Desde a década de 20 estava instalada em Matilde uma estufa para estocagem dos casulos até serem levados de trem para beneficiamento em Vargem Alta. Como incentivo, a Prefeitura pagava aos produtores e depois recebia da fábrica. E na sede, o município iniciou a construção de uma fábrica de beneficiamento (raspa) de mandioca, que seria administrada pela Cooperativa dos Lavradores de Alfredo Chaves.

Com a retomada da produção do café, passada a crise do início dos anos 30, a comercialização exigiu mais estradas. Pelos números constantes dos relatórios dos prefeitos à época, a terça parte do orçamento do município era empregada na sua conservação e abertura, e construção de pontes.

São dessa década os primeiros registros de uma política social: a Prefeitura remunerava um médico para atender a indigentes e pagava a passagem dos que precisavam ser encaminhados à Santa Casa de Misericórdia em Vitória. Também passou a custear a manutenção de presos carentes, com roupa e comida.

Em 1938, foi feito o primeiro levantamento cartográfico do município. A Biblioteca Municipal foi inaugurada em 3 de novembro de 1940. Nesse ano, a sede tinha em torno de 400 crianças em idade escolar. Por outro lado, no interior, das 28 escolas apenas 14 tinham professor.

E no relatório sobre a administração de 1940, o prefeito Adílio Valadão afirmava: “Vem se notando o despovoamento do município na zona rural”, e dava como causa a procura de novas terras no Norte do Estado.

Limites e comarca

Da mesma forma como pressionou para que os Estados resolvessem suas questões de limites, o Governo de Getúlio Vargas orientou que o mesmo se fizesse com os municípios. A preocupação foi repassada para os chefes do Executivo, o que levou o prefeito Joel da Escóssia a buscar entendimento com o prefeito de Anchieta para definir limites mal demarcados. Havia dúvidas entre os moradores de uma área da região de Joeba, a respeito da Prefeitura à qual deveriam encaminhar suas demandas. Aproveitou-se a oportunidade para reafirmar os limites já consagrados, e que chegam a uma distância bem próxima à sede de Alfredo Chaves.

Os limites do norte do município continuaram indefinidos ainda por muito tempo: área montanhosa, extensa cobertura florestal, situação fundiária confusa desencorajavam o início de qualquer trabalho. Geralmente aceitava-se como limite as últimas encostas da bacia hidrográfica do Rio Benevente, o que, genericamente, já era uma definição. Parte da área do distrito de Ribeirão do Cristo, então pertencente ao Município de Domingos Martins, foi mais tarde incorporada a Alfredo Chaves.

As Câmaras Municipais tiveram seu papel reduzido, como em toda ditadura. Retirou-se dela qualquer atribuição executiva e o Estado Novo criou em cada Estado as Inspetorias Municipais. De 1937 a 1945, a elas os dirigentes municipais endereçavam sua sumária prestação de contas a cada início do ano. Os prefeitos passaram a ser indicados pelo Executivo estadual.

A Comarca de Alfredo Chaves foi criada em 30 de junho de 1892, extinta em 25 de setembro de 1900 e novamente criada em 21 de maio de 1924, englobando o território de Iconha. Entre 1900 e 1924 fazia parte da Comarca de Vitória. Em 11 de novembro de 1938, Iconha passou à jurisdição da Comarca de Anchieta, e Guarapari deixou a Comarca de Anchieta e passou para a jurisdição de Alfredo Chaves. Esta situação durou cinco anos: em 31 de dezembro de 1943 retornou a condição anterior,

e Alfredo Chaves voltou a abranger o Município de Iconha. O desmembramento de Alfredo Chaves, que deu a Iconha autonomia judiciária, aconteceu em 1964: a comarca foi criada em 2 de abril e instalada em 28 de agosto.

Em 1941, um auto-ônibus de propriedade de Colombo Guardia, com capacidade para dez passageiros, começou a fazer a linha Alfredo Chaves–Guarapari duas vezes por semana. Nesse mesmo ano, a Prefeitura registrava a existência de sete caminhões, alguns deles no interior, e cuja maior utilização era o transporte de café para Vitória.

Haydée Nicolussi

Em 1930 mudou-se de Vitória para o Rio de Janeiro o industrial João Nicolussi, levando a família. O Rio de Janeiro era a última e derradeira mudança de um imigrante de espírito empreendedor que nasceu no ano de 1878 em Mori, Província de Trento, no Norte da Itália, emigrou para o Brasil onde chegou em 1897, estabeleceu-se em Alfredo Chaves, transferiu-se para Vila Velha e depois para Vitória.

Em Alfredo Chaves explorou o transporte de mercadorias pelo Rio Benevente e casou-se em 1905 com Francisca Bourguignon. Haydée, nascida em 14 de dezembro de 1905, foi a primogênita entre cinco irmãos. De pai e mãe cultos, a permanência na capital colocou-a em contato com as letras, e seus primeiros textos foram sonetos filosóficos, publicados na revista Vida Capichaba, que circulou de 1923 a 1955. Passou a enviar seus textos para o Rio de Janeiro, e eles eram publicados na revista O Cruzeiro.

Enquanto seu pai instalava uma indústria, construía um ramal da linha de bonde, levantava um edifício, ela formava-se professora, no tradicional Colégio do Carmo, e ousava intrometer-se num universo quase que restrito ao sexo masculino. Na mudança para o Rio, foi trabalhar numa seguradora, o que certamente não era sua vocação. Haydée Nicolussi já era

um nome conhecido e, num centro de maiores oportunidades, seu mundo passou a ser o das redações dos jornais, que na época dedicavam generoso espaço à literatura.

Adotou a profissão de jornalista. Durante a ditadura de Getúlio Vargas, foi presa e conviveu na cela da prisão com Olga Benário, mulher do líder comunista Luiz Carlos Prestes. Já havia se tornado conhecida pelos artigos em que defendia o socialismo como forma ideal de organização da sociedade, o que a colocou na mira do regime.

A infância foi tema de muitos dos seus escritos. Os primeiros anos em Alfredo Chaves, a convivência com irmãos e primos, os passeios da família continuaram presentes em seus poemas, crônicas, ensaios e contos por toda a vida. Em 1943 publicou um livro de poemas, “Festa na sombra”, mas a maior parte de sua obra está no Jornal do Brasil (RJ), Correio da Manhã (RJ), O Cruzeiro (RJ), A Gazeta (SP), Diário de Notícias (RJ), O Estado de São Paulo (SP), Tribuna da Imprensa (RJ), O Jornal (RJ), A Noite (RJ).

Pela primeira vez, depois que foi solta pela ditadura, em 1932, e outras vezes mais tarde, voltou a Alfredo Chaves, onde ficou a maior parte dos seus parentes. Nessas vindas, hospedava-se na casa da prima e maior amiga da infância, Mercedes Franzotti Gallerani, na Chácara do Vintém. Sua última viagem foi em novembro de 1969. Faleceu em 17 de fevereiro de 1970.

Como ela, outro alfredense de origem se destacaria pela produção literária no Rio de Janeiro: José Madeira de Freitas, nascido em 1893. De família ligada à magistratura, preferiu a Medicina, que estudou no Rio de Janeiro, mas dedicou-se à literatura e ao desenho. Tirou seu pseudônimo (Mendes Fradique) de uma obra do escritor português Eça de Queiroz (A Correspondência de Fradique Mendes). Publicou livros; pertenceu à Academia Espírito Santense de Letras; expôs suas obras em várias capitais, entre elas Vitória, no Teatro Melpômene; colaborou com desenhos e caricaturas para jornais de São Paulo, Curitiba e Rio de Janeiro, onde faleceu em 1944.

Também a trajetória do cinema brasileiro tem a marca de um alfredense, Ludovico Persici. Filho dos imigrantes vênnetos Erasmo Persici e Maria Giori, nasceu em Alfredo Chaves em 1898. Na infância teve contato com o cinema, por meio de um viajante europeu que carregava uma máquina de projeção e algumas fitas.

O fascínio pela nova arte não estava nos planos da família, que o queria fabricante de joias, uma tradição familiar, e por isso foi mandado estudar no Rio de Janeiro. Passou também um tempo em Vitória mas foi em Castelo, para onde a família se mudou quando ele não tinha ainda 20 anos, que construiu um projetor primitivo.

Seu segundo e mais importante invento foi uma filmadora, que também revelava os negativos, projetava, media a extensão da fita e era portátil, e cuja patente ele registrou, em 1927, na Diretoria Geral de Propriedade Industrial, no Rio de Janeiro. Com a máquina, a que deu o nome de Aparelho Guarany, documentou cenas do cotidiano na região do Município de Castelo e de Belo Horizonte, onde foi morar na casa de um irmão, em 1930.

Mais tarde voltou a Castelo mas fixou residência em Matilde, falecendo em 1944. Seu invento se perdeu, e a técnica que desenvolveu permanece desconhecida.

A atualidade

A segunda metade do século XX começaria repetindo a que a precedeu: pouca integração entre os níveis da administração pública, onde a instância superior exercia mais uma função de controle do que de integração, planejamento e compartilhamento de recursos. Alfredo Chaves fez, na administração de Eurico Bonacossa, uma reforma urbana com ampliação de calçamento e rede de esgotos, com escassos recursos próprios.

Por essa época, em fevereiro de 1952, expirou o contrato que a Prefeitura tinha com a empresa Guardia, proprietária da usina que fornecia energia elétrica à cidade, e à qual não mais interessava continuar a prestação do serviço. O fornecimento tinha suas limitações, entre elas, a de se encerrar às 22h. Num feito raro, o prefeito conseguiu do Estado que comprasse a empresa e a entregasse, a título provisório, à administração municipal. A solução adequada poderia ter sido a construção de uma represa, em Iiritimirim, também com recursos do Estado, que iniciou a obra e não concluiu por corte de verbas.

A solução definitiva só viria nos anos 60, iniciada no mandato do prefeito Fiorino Puppín. A Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. (ESCELSA), criada em 1956, que já chegara até Guarapari, estendeu sua rede ao município, que presenciou durante toda a década de 70 o início e a expansão de um programa de eletrificação rural. As pequenas usinas familiares,

que desde a década de 20 haviam suprido as necessidades do interior, deixaram de existir.

Pelo censo de 1950, Alfredo Chaves tinha 10.064 habitantes, com uma densidade de 15,63 habitantes por km². A população rural representava 87,12%. O café era responsável por 55,02% da produção agrícola, e a indústria restringia-se ao beneficiamento de café e arroz, fabricação de aguardente, farinha de mandioca e fubá de milho. A sede tinha 25 estabelecimentos comerciais, dos quais quatro atacadistas e 21 varejistas. O censo apontava também 174 ligações de água a domicílios, 119 ligações de esgoto, um posto telefônico, uma agência postal-telegráfica, um cinema, um hotel, uma entidade desportiva, duas farmácias, dois dentistas, um médico e 36 unidades de ensino.

Em 1947, o deputado estadual Lauro Ferreira da Silva Pinto conseguiu do Governo Federal recursos para a instalação de um Posto Agropecuário. Com os recursos repassados ao município, o prefeito Orlando Franzotti adquiriu um terreno à margem esquerda do Rio Benevente, do outro lado da cidade. Em 24 de agosto de 1948, concluídas as instalações, para lá se transferiu com a família o funcionário do Ministério da Agricultura e executor das obras do posto, o agrônomo Ialmar Mota Vasconcelos. O aporte técnico do Governo Federal ampliou os horizontes da agricultura e, em 19 de agosto de 1951, era criada a Associação Rural de Alfredo Chaves, mais tarde transformada em Sindicato Patronal Rural de Alfredo Chaves. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais foi fundado em 1972.

Em 16 de dezembro de 1952, era inaugurado o Posto de Puericultura, da Legião Brasileira de Assistência (LBA), que mais tarde, quando extinta, fez doação do terreno e prédio à Prefeitura. No fim da década de 60, na administração de João Fregonassi, foi adquirido terreno composto por dois lotes, para a construção do Hospital Sant'Ana. Mais adiante, o hospital foi transferido para a Fundação Assistencial de Alfredo Chaves. Encerrou suas atividades em 2005. A estrutura básica do atual sistema de captação de água foi inaugurada em 31 de agosto de 1954, pelo Governo Jones dos Santos Neves.

A década de 60 presenciou certos avanços na gestão municipal: formação de um parque de maquinário para abertura e manutenção de estradas, e regularização da situação dos funcionários municipais no sistema previdenciário. Foi, porém, um período de estagnação político-partidária quando o Regime Militar instaurado em 1964 extinguiu os partidos existentes e criou novas siglas partidárias. Em Alfredo Chaves, como na maioria dos municípios de seu porte, situação e oposição posicionaram-se junto ao partido do Governo, a Arena. A fusão só revelaria sua artificialidade quando voltaram as eleições diretas, na campanha em que se elegeu governador Gerson Camata. Nesse momento, surgiu em Alfredo Chaves o PMDB, que elegeu Ruzerte Gaigher seu primeiro prefeito, em 15 de novembro de 1982, com 2.379 dos 4.912 votos apurados, e fez seus dois sucessores.

São da década de 60 a instalação de uma antena repetidora de sinal de TV; a instituição, em 1966, pela Câmara Municipal, do título de Cidadão Alfredense, tendo sido Lauro Ferreira da Silva Pinto, então prefeito, o primeiro a recebê-lo; a lei de 15 de julho de 1964, que criou concurso para bandeira, brasão e lema, o que só iria se efetivar sete anos mais tarde, na gestão de Darci de Paula Gaigher, que também criou, por projeto aprovado na Câmara em 15 de maio de 1971, o Dia do Município, comemorado na data de sua emancipação, e instituído feriado por lei municipal em 15 de junho de 1951. Em 28 de maio de 1971, foi instituída a Festa da Banana e do Leite, considerada o maior evento da cidade, e durante a qual se concede o título de Cidadão Alfredense.

Também nos anos 60 o município recebeu a visita dos Peace Corps Volunteers, chamados de Voluntários da Paz. Eram membros de uma organização criada nos Estados Unidos para atuar no Terceiro Mundo, principalmente no suporte à educação. Reformaram e construíram diversas escolas. Sua presença fazia parte de uma série de acordos entre os governos brasileiro e americano para a reformulação de políticas educacionais no Brasil.

A divisão administrativa que o município apresenta tem início na década de 50. Em 14 de outubro de 1958, a Câmara aprovou a criação dos distritos de Ribeirão do Cristo e São Bento de Urânia, implantados mais tarde depois de executados os serviços de topografia exigidos pela legislação. O último a ser criado foi Ibitiruí (ex-Engano). Eles vinham se somar à sede, Matilde, São João e Sagrada Família. Alfredo Chaves, a 81 km ao sul de Vitória, faz divisa ao norte com os municípios de Domingos Martins e Marechal Floriano, ao sul com Iconha e Rio Novo do Sul, a leste com Anchieta e Guarapari e a oeste com Vargem Alta. Sua área corresponde a 1,34% da área do estado.

A maior autonomia das prefeituras veio com o aperfeiçoamento gradual do Fundo de Participação dos Municípios, criado por emenda constitucional em 1º de dezembro de 1965. Por um lado, garantiu às administrações municipais a possibilidade de uma gestão mais eficiente nos investimentos em uma realidade próxima a elas e, por outro, começava a transferir, gradativamente, para o município atribuições onerosas que antes não lhe pertenciam. Em 16 de setembro de 2013, essa política foi complementada com o Fundo Estadual de Desenvolvimento Municipal, baseado em três motivações: dificuldade que os municípios têm em investir com recursos próprios, necessidade de mais agilidade na transferência de recursos do Estado para os municípios e promoção de um desenvolvimento regional mais equilibrado.

Foi a partir da década de 70, em um governo de gestão centralizadora, que os benefícios técnicos de que já se valiam as regiões metropolitanas e capitais começaram a chegar ao interior. Nesse período, Alfredo Chaves ganhou rede de telefonia comercial e domiciliar – em substituição ao posto público – e logo em seguida as redes DDD (Discagem Direta à Distância) e DDI, sua versão internacional. Alfredo Chaves foi o primeiro município do Estado a integrar a rede DDD.

A cidade teve um novo ciclo de crescimento, principalmente pelo deslocamento de famílias do interior, ampliando-se para além do que era considerado o centro histórico de Alfredo Chaves. Novas ruas foram aber-

tas e outras alargadas. Nessa década foi demolido o que havia sido o barracão original de recepção dos imigrantes. Com reformas ao longo do tempo, resistiu um século. Sua última função, à Rua Cais Costa Pinto, foi a de abatedouro municipal. Em 1976, o fórum da comarca, que funcionou no mesmo prédio da Prefeitura, passou a ter suas próprias instalações. E em 1989, a cidade teve sua primeira emissora de rádio, transmitindo em AM. Mais tarde ganharia uma outra, em FM.

As décadas seguintes foram marcadas por um reviver das origens. Entre dezenas de festas que comemoravam o centenário da imigração italiana e presenciavam a formação de grupos culturais – alguns de curta duração – a Câmara Municipal votou, em 11 de novembro de 1988, um projeto que devolvia a Crubixá o antigo nome de São João. A mudança fazia parte de uma valorização das origens e, ao mesmo tempo, de um desacordo da febre nacionalista do Estado Novo que, por todo o país, criou denominações novas em substituição às antigas, em nome de uma suposta brasilidade.

Em fevereiro de 1990, foi instalada em Alfredo Chaves uma agência do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB); em 20 de outubro de 1992, foi criada a Associação Pestalozzi; em 1993, surgia a Associação Comercial, Industrial e Agroindustrial de Alfredo Chaves (ACIAAC) e, em 19 de outubro de 1994, era criado o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), uma autarquia que vinha substituir um atendimento dado, até então, pela Prefeitura. E a rede viária, que começou a se expandir na década de 70, chega a cerca de quatro mil quilômetros, havendo outros quatro mil quilômetros de estradas internas nas propriedades.

O município teve sua Lei Orgânica aprovada em 16 de março de 1990, mesmo ano em que a Câmara Municipal redigiu e aprovou seu Regimento Interno. A Câmara só passaria a ter autonomia financeira a partir de 2000, com o repasse da verba prevista em lei. Até então, as despesas da Câmara estavam incluídas no orçamento do Executivo. A virada do milê-

nio encontrou o município em acentuado processo de urbanização da sede e dos principais distritos, com elevada mobilidade populacional.

O censo de 2000 registrava uma população de 13.616 habitantes. Já nos anos 90, se descobria o potencial turístico do interior e, ao mesmo tempo, de sua qualidade de vida, buscada por alfredenses em processo de retorno, ou pessoas de outras procedências à procura de frações de terreno para fixar moradia. Essa realidade veio a requerer medidas de planejamento de gestão em vários níveis, para um ordenamento da ocupação do solo e proteção dos recursos naturais.

Pelo Programa de Regionalização Turística do Espírito Santo, Alfredo Chaves foi incluído na Rota Costa da Imigração, com os municípios de Anchieta, Iconha, Itapemirim, Marataízes, Piúma e Presidente Kennedy. Dentro do município, a atividade turística se abre em três vertentes: o Vale da Aventura, que começa em Cachoeira Alta a 7 km da sede e abrange propriedades rurais de outras partes do interior, com rampa de voo livre, rapel, tirolesa, escalada e passeio de caiaque; o Caminho das Águas, que engloba toda a parte alta da bacia do Rio Benevente, incluindo as localidades de Carolina, Matilde, São Marcos, São Roque de Maravilha e Vila Nova de Maravilha.

A terceira é a Rota das Sete Maravilhas, criada em setembro de 2013 quando, por votação pela internet, foram escolhidas entre 14 atrações as “Sete Maravilhas” de Alfredo Chaves: a cachoeira Engenheiro Reeve, em Matilde; a Cachoeira do Quintino, em São Joaquim de Crubixá; a Vila de São Roque de Maravilha; a Rampa Natural de Voo Livre, em Cachoeira Alta; a Cachoeira Vovó Lúcia, em Ibitiruí; a Estação Ferroviária, em Matilde; e a igreja de Sagrada Família.

Em maio de 2003 circulou em Alfredo Chaves o informativo GAL (sigla de Grupo de Acompanhamento ao Legislativo). Trazia informações e comentários referentes aos assuntos debatidos na Câmara Municipal. A Campanha de Incentivo Fiscal, iniciada em 2005, troca nota fiscal por cupom e distribui prêmios em sorteio.

Em 16 de abril de 2008 começou a funcionar a Hidrelétrica São Joaquim, que utiliza as águas do Rio Benevente represadas na região de Cafundó, a noroeste da sede. Sua construção durou dois anos, e ela tem uma capacidade instalada de 21 mw. Na década de 50, uma tentativa de construir uma hidrelétrica, no mesmo local, para levar energia a uma indústria de Cachoeiro de Itapemirim, foi interrompida.

Em 2013, foi anunciada pelo Governo do Estado a contratação do projeto de uma rodovia ligando o povoado de São Marcos a Princesa, em Rio Novo do Sul, passando pelos distritos de Ibutiruí e Crubixá. A medida inclui no projeto Caminhos do Campo os dois únicos distritos do município ainda em 2015 sem rodovia asfaltada.

Planejamento de gestão

Em 2001, a Prefeitura foi procurada por um representante do Instituto Jutta Batista da Silva, com sede em Venda Nova do Imigrante, que informou do interesse da empresa Vale em financiar projetos na Região Serrana do Estado. As negociações levaram à produção de um diagnóstico da realidade socioambiental de Alfredo Chaves, bem como de outros dez municípios, feito a partir de uma programação de visitas técnicas por uma equipe conjunta para coleta de dados em toda a região.

Além de Alfredo Chaves, foram contemplados Afonso Cláudio, Castelo, Conceição do Castelo, Domingos Martins, Marechal Floriano, Santa Leopoldina, Santa Maria de Jetibá, Vargem Alta e Venda Nova do Imigrante. Mais tarde, foi incluído também o Município de Santa Teresa. Cerca de 1.500 pessoas dos municípios e do Governo do Estado participaram diretamente da elaboração do plano por meio de entrevistas, reuniões técnicas, seminários e oficinas de trabalho, durante um ano.

Do diagnóstico, foi redigido o documento Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Região Serrana do Espírito Santo (2004-2024). Já em

2005, foi iniciado um trabalho para elaboração do Plano Diretor do Município (PDM), junto à comunidade. As equipes capacitadas promoveram reuniões com a população para discutir as ações visando à produção do documento. Com população inferior a 20.000 habitantes, Alfredo Chaves não tinha obrigação de produzir seu PDM, porém ele se tornava necessário para a transformação dos dados do diagnóstico inicial e das reuniões posteriores com a comunidade em projetos viáveis para captação de financiamento.

O Plano Diretor de Alfredo Chaves foi aprovado em 2007. O PDM ficou composto de três documentos básicos: o Código de Obras, o Código de Meio Ambiente e o Código de Posturas, existente desde 1952, e que foi atualizado. Conforme a Lei Complementar nº 004/2007, do Plano Diretor do Município de Alfredo Chaves, o PDM é um instrumento global e estratégico da política de desenvolvimento local, sendo determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam na gestão da cidade.

A criação de uma lei de incentivo fiscal aumentou o número de empresas instaladas na cidade a partir de 2006. Em 2014, eram 29 indústrias, 75 estabelecimentos comerciais e 825 empresas prestadoras de serviço. Campanhas de reeducação tributária fizeram o Índice de Participação dos Municípios (IPM) saltar de 0,302 em 2005 para 0,394 em 2009 e 0,454 em 2012.

O censo de 2010 situou o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 0,710, classificado como alto, e em 24º lugar no Estado. Para 2014, o IBGE estimou uma população residente de 14.916 pessoas, tendo como data de referência 1º de julho, e uma densidade de 24,4 habitantes por km². Em 2013, mudanças na legislação fizeram o município perder os recursos vindos do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias (FUNDAP), o que passou a significar uma redução mensal de R\$ 300 mil na receita. Mesmo assim, em novembro de 2014, Alfredo Chaves foi um dos quatro, entre os 78 municípios, a não receber do Tribunal

de Contas do Estado sinal de alerta de risco de não cumprir as metas do orçamento.

A pedagogia da alternância

Desde o fim da década de 1950, os padres da Companhia de Jesus, que mantinham uma residência em Anchieta, passaram a dirigir a paróquia de Alfredo Chaves. Por essa época, fazia seu curso de Teologia numa instituição da Companhia no Rio Grande do Sul o seminarista Umberto Pietrogrande, nascido na Itália. Suas férias ele as veio passar em Anchieta, de onde saía para conhecer o interior. Assim chegou a Alfredo Chaves.

O município vivia a crise da queda da produção do café, que precedeu a erradicação dos cafezais improdutivos. Muitas famílias sem trabalho, principalmente se não eram proprietárias de terra e trabalhavam em regime de meia, migravam para municípios da periferia da capital. Os agricultores, desorientados e sem experiência em outro cultivo, não sabiam substituir o café como fonte de renda. Não havia alternativas a curto prazo para sair da crise. A sobrevivência na pequena propriedade não parecia mais viável.

Umberto Pietrogrande havia tomado conhecimento, na Itália, de uma proposta de ensino que vinculava a escola com a realidade do meio em que vivia a família do aluno. Era a escola-família, uma experiência adotada no norte italiano, inspirada nas Casas Rurais francesas, que tinha como elemento essencial de sua pedagogia o regime de alternância: o aluno passava um período na escola e outro com a família.

Assim que se ordenou padre, estabeleceu-se na residência dos jesuítas em Anchieta. Fez contato com os jesuítas, porém de origem e tradição espanhola, que dirigiam as paróquias vizinhas (Alfredo Chaves, Iconha e Rio Novo do Sul) e com lideranças rurais. Na sua concepção, qualquer iniciativa só teria resultados se houvesse uma movimentação comunitária.

Por isso, as primeiras atividades do grupo que se formou em torno da ideia foram ligadas à saúde e à educação, como a construção de fossa sanitária, uso de filtro de água, melhoria dos hábitos alimentares. Esse trabalho de base durou três anos.

Entre os contatos que o padre Umberto tinha na Itália havia pessoas que conheciam de perto a experiência da escola-família ou que, até mesmo, faziam parte dela. Por meio deles, enviou quatro rapazes da região, entre eles um de Alfredo Chaves, para um curso de dois anos na Escola Família Agrícola de Treviso, na Região do Vêneto, e dois no Instituto Agrário de Padova. Mais tarde foram também duas assistentes sociais e um agrônomo. Em 19 de março de 1985, esse intercâmbio teria sua contrapartida: 15 agricultores do Friuli, na região do Vêneto, vieram conhecer as atividades desenvolvidas em Alfredo Chaves.

Em 26 de abril de 1968, foi fundado em Anchieta o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), entidade mantenedora dos estabelecimentos de ensino criados dentro dos princípios da escola-família. A primeira escola foi aberta em Olivânia, município de Anchieta, e em seguida uma em Rio Novo do Sul e em Alfredo Chaves, onde foi declarada de utilidade pública pela Câmara Municipal em 14 de setembro do mesmo ano. A entidade passou a receber regularmente recursos do município.

Nos primeiros meses de 1969, a equipe se ocupou da proposta curricular para o regime de alternância das escolas. Em Alfredo Chaves, como nos outros municípios, começou a construção das instalações, com participação comunitária através de doação de materiais e horas de trabalho. Sua primeira turma de alunos era composta de 20 rapazes, todos com idade acima de 18 anos. A exigência era ter o ensino primário completo. Alguns deles, mais tarde, se tornaram monitores nas escolas.

Até 1972, a escola-família atuou como ensino informal. O reconhecimento só veio em 1972, quando foi dada ao ensino do Mepes a equivalência à quinta e sexta séries do Ensino Fundamental. Dois anos depois, outro avanço: o ensino do Mepes, fixado em três anos, passou a equivaler

ao que seriam mais tarde os quatro últimos anos do Ensino Fundamental. E o aluno recebia um certificado, não oficial, de agricultor técnico. Em 1983, iniciou-se um esforço para a implantação do Ensino Técnico Profissionalizante, de nível médio, mas a aprovação só veio duas décadas depois.

Em Alfredo Chaves, como também nos outros municípios, a realidade do ensino no interior era caracterizada pela presença da escola unidocente: uma professora se ocupava dos alunos da primeira à quarta série, e o ensino parava aí. Um benefício adicional da escola-família, ao abrigar nas suas instalações o jovem que vinha do interior, foi proporcionar-lhe a continuação dos estudos.

Pelo regime de alternância, o aluno passa um período na escola e outro com a família. Enquanto está em casa, deve fazer experiências colocando em prática as técnicas que aprende na escola: uso cuidadoso de agrotóxicos, horta, técnicas de manejo do gado, produção de composto orgânico, proteção de nascentes. Durante esse período com a família, o aluno recebe em casa a visita de monitores, que orientam e avaliam sua atividade. Muitas das atividades recomendadas aos alunos, de caráter ambiental, anteciparam a introdução de conteúdo que só começaria a frequentar a grade curricular das escolas duas décadas mais tarde.

Com a formação de várias turmas, fundou-se a associação de ex-alunos, uma entidade não apenas de caráter associativo. Em Alfredo Chaves, a associação empenhou-se em projetos que acompanhavam as propostas da escola, como o de reimplantação da apicultura no município na década de 80, agora em bases técnicas, e o incentivo à agricultura orgânica na década seguinte.

A partir do núcleo inicial de quatro escolas, a ideia ganhou adeptos no Estado, principalmente no norte, onde o Mepes recebeu apoio de várias prefeituras que queriam instalar em seu município essa modalidade de ensino. Além dessas escolas, há mais de uma dezena de escolas-família criadas e dirigidas por prefeituras.

Renovação da lavoura

As oscilações a que a produção agrícola sempre está sujeita reduziram os preços do café a níveis que comprometeram a viabilidade da monocultura na década de 60, e as safras no Espírito Santo tiveram seguidas quedas. O Instituto Brasileiro do Café (IBC), através do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), a partir de 1962 pôs em prática um plano de erradicação em regiões de baixa produtividade e condições climáticas inadequadas. Essa política foi intensivamente aplicada no Espírito Santo com a erradicação das lavouras improdutivas, cujos proprietários recebiam uma indenização. Nas terras altas, as lavouras de café da variedade arábica foram pouco afetadas.

Ao fracasso da lavoura se aliava a propaganda que aliciava mão de obra para a construção civil quando se iniciava a construção de siderúrgicas e do porto na Ponta de Tubarão, em Vitória. Foi um novo momento de esvaziamento populacional do município. O bairro de Campo Grande, no Município de Cariacica, foi o destino de um grande número de famílias de Alfredo Chaves.

Na terra liberada pelos cafezais foi introduzido o cultivo da banana, em diversas variedades. Em pouco tempo havia produção para ser colocada no mercado, porém sem uma estrutura para comercialização. Inicialmente, veículos de carroceria pequena levavam a banana em pencas e vendiam ao cento no Mercado da Vila Rubim ou em quitandas em Vitória. O Governo do Estado ainda não havia construído, no bairro de Campo Grande, a Central de Abastecimento (CEASA). Das variedades experimentadas, firmou-se no mercado consumidor a banana-prata, cujas lavouras se fizeram com mudas locais, de antigas touceiras espalhadas pelas propriedades.

O passo seguinte foi o abastecimento do mercado da cidade do Rio de Janeiro, concorrendo com a produção que já existia no próprio Estado do Rio. A banana era levada de Alfredo Chaves em pequenos caminhões com carga de seis a sete mil quilos. Por um período não maior do que cinco

anos, existiu produção significativa de banana-maçã, levada para São Paulo e Belo Horizonte, devido à preferência dos consumidores desses centros. A chegada do Mal do Panamá, que pouco afetou a produção de banana-prata, praticamente extinguiu a variedade maçã.

Da década de 70 ao início dos anos 90, a produção da banana-prata dominou as terras baixas do município. Os pequenos transportadores foram substituídos por empresas como Santiago, Araponga e Cooperativa de Produtores, em Alfredo Chaves; Estrela Dalva e Novo Rio, em Iconha, que também buscavam o produto em Alfredo Chaves. Havia dias em que mais de dez caminhões, com carrocerias de alta capacidade de carga, deixavam o município, já levando o produto em caixas, não mais em cachos.

No auge do ciclo da banana, 98% dessa fruta produzida no município era da variedade prata. O Espírito Santo exportou para outros Estados, em 1983, dez mil toneladas de banana. A maior parte procedia dos municípios de Iconha, Guarapari e, principalmente, Alfredo Chaves. O Rio de Janeiro absorvia 60% da produção capixaba. Também foram se aperfeiçoando os procedimentos de estocagem e transporte. A inauguração da rodovia estadual Lauro Ferreira Pinto, em 20 de outubro de 1979, ligando a sede à BR-101, deu impulso à comercialização.

Mas desde a década anterior se travava uma batalha fiscal entre o Governo do Estado de um lado, e produtores e comercializadores de outro. Uma determinação do Fisco Estadual estabeleceu, em 20 de abril de 1977, um preço mínimo para a comercialização da banana para fora do Estado, para efeito do cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM). Tanto o preço quanto a alíquota do imposto foram contestados. Produtores alegavam que eles reduziam tanto a margem de lucro que ameaçavam inviabilizar a produção. A polêmica se arrastou por alguns anos até o encontro de um consenso no Governo Gérson Camata (1982-1986).

O auge do ciclo da banana durou duas décadas, e seu declínio teve várias causas. Uma delas foi o rápido esgotamento do solo, porque boa parte das lavouras estava em terreno de acentuada declividade. Além de facilitar a erosão, essa condição dificultava a mecanização da lavoura e au-

mentava as etapas de manejo da fruta até esta chegar ao consumidor, cada vez mais exigente em matéria de apresentação do produto, agora não mais em bancas de quitanda, e sim em gôndolas de supermercados.

Além da queda da produtividade, outras razões foram o aumento do preço dos insumos, o aparecimento de novas doenças e o início do plantio em outras regiões, concorrendo com a produção capixaba, que viu se reduzir seu mercado. A produção da banana teve novo impulso a partir de 2005. Depois de 20 anos de pesquisa em sua Fazenda Experimental em Alfredo Chaves, o Incaper lançou a banana-vitória, da linhagem da banana-prata, porém mais resistente a doenças.

Alfredo Chaves é hoje o maior produtor da banana-vitória. Trezentos produtores, em 2014, em 800 hectares cultivados, produziram mais de 14 mil toneladas da fruta. O plantio da banana em geral, em 2013 ocupava 2.700 hectares com uma produção superior a 35 mil toneladas.

O Governo Federal voltou a incentivar o plantio do café já a partir de 1970, mas a euforia com o recém-descoberto mercado da banana retardou a introdução do plantio da variedade robusta (conilon), o que só viria a acontecer gradualmente nos anos 80, nas altitudes baixas. O café, somadas as variedades conilon e arábica, ocupava em 2013 cerca de mil famílias, com uma produção próxima de 110 mil sacas. Em 2014, o Incra registrou 2.239 propriedades no município.

A erradicação do café produziu, na época, outra transformação no perfil econômico do município. A produção de leite, antes doméstica, ampliou-se ocupando parte da área liberada pelos cafezais, principalmente na parte baixa. Trinta e seis produtores de Alfredo Chaves uniram-se e criaram, em 29 de outubro de 1962, a Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves (CLAC), que no primeiro dia de coleta reuniu 1.200 litros de leite. Antes dela, em 1952, havia sido instalada uma usina de beneficiamento de leite.

Nos primeiros anos, a Clac resfriava e entregava a produção à Cooperativa Central dos Produtores de Leite (CCPL) em Viana, passando mais tarde a industrializar uma parte. Em 1978, tinha uma produção diária média de 8.800 litros. Em 1989, a produção atingia 35 mil litros. Quando a

CCPL fechou, passou a revender a uma empresa de Minas Gerais e houve uma queda na produção.

Em março de 2004 ela estava em 17 mil litros, e 26 mil em 2005. Nesse ano, a cooperativa voltou a industrializar parte da produção, em torno de 35%, vendendo a outra parte à Selita, de Cachoeiro de Itapemirim, e a uma empresa do Rio de Janeiro. Em julho de 2010, mesmo sendo época de entressafra, a produção atingiu 29 mil litros. Nesse ano, o número de cooperativados chegou a 300, numa área de abrangência incluindo, além de Alfredo Chaves, os municípios de Anchieta, Guarapari, Iconha, Itapemirim, Piúma e Rio Novo.

A partir de 2009, foi observado um aumento da produção dos pequenos associados, como resposta a um trabalho de qualificação dos produtores embasado em melhoramento genético, controle sanitário e alimentação. Por sua vez, as cooperativas do Sul do Estado passaram a estabelecer parcerias entre si no sentido de cada uma concentrar-se nas atividades nas quais tem demonstrado competência.

A produção da cooperativa atingiu 32 mil litros em 2014, com 359 cooperados, dos quais 169 de Alfredo Chaves. O principal foco passou a ser o atendimento da merenda escolar para instituições do Estado e municípios, decisão facilitada porque 90% dos cooperados fazem parte do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Uma parte significativa da produção de leite é direcionada à fabricação de queijos nas agroindústrias, sob inspeção municipal. No município são 11 mil ha de pastagem e produção diária de 18 mil litros.

Terras altas

As propostas de diversificação da produção agrícola foram, no início, mais bem-sucedidas na região noroeste. A área do distrito de São Bento de Urânia, o mais extenso do município, já era produtora de hortaliças, co-

mercionalizadas na região da Grande Vitória. Um trabalho conjugado entre Prefeitura e Governo do Estado aprofundou essa diversificação e o distrito firmou-se como o maior produtor agrícola do município, com destaque para os cultivos de inhame e uva.

Uma variedade de inhame recém-descoberta, derivada, por mutação, do tradicional inhame “chinês”, revelou-se de uma produtividade 30% maior do que a variedade tradicional, de colheita precoce em relação à matriz e de menor exigência de insumos, o que elevou o município à posição de maior produtor de inhame do país. Os testes comprovaram a originalidade da variedade, registrada em abril de 2008 no Ministério da Agricultura. Foi dado início a seu registro de Indicação Geográfica junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), uma certificação que, quando concluída, agregará vantagens mercadológicas ao produto e à região. São Bento de Urânia passou a realizar a Festa do Inhame, em sua oitava edição em 2014.

A nova variedade, conhecida como “São Bento”, ou popularmente inhame branco, revelou-se adaptada a altitudes mais baixas, onde chega a ter duas colheitas ao ano. Há um interesse crescente de novos agricultores pelo cultivo, que passou a ser feito em terras de temperaturas médias mais altas, com expectativa de maior retorno. Seiscentas famílias produziram 35 mil toneladas numa área de 800 hectares em 2013.

Outro cultivo, na linha da diversificação, é o da uva, que foi trazido pela imigração italiana. A produção de vinho, com métodos aplicados no século XIX, era passada de pai para filho, uma tradição que aos poucos foi se esgotando. A Festa da Uva, no mês de janeiro, foi introduzida em São Bento de Urânia, em 1964, pelo vigário de Alfredo Chaves, o jesuíta espanhol Luiz Gonzaga Macia, como ele havia visto em sua terra natal. Durante muito tempo não teve o que a justificasse. A produção era escassa, geralmente de quintal, e a festa tinha pouco mais do que a fruta in natura para oferecer. Até 2005, a área plantada no distrito não passava de 1,4 hectare, do qual a maior parte era de um único proprietário. Havia pequena

produção, remanescente de plantio comercial, nos povoados de Boa Vista e Carolina.

Na festa de 2005, o Incaper doou 600 mudas para distribuição entre os produtores interessados em passar da produção de quintal para o cultivo comercial, ainda em pequena escala. A Prefeitura adicionou outras 3.500 mudas, distribuídas a produtores do distrito e de outras localidades. Até o final de 2006, as mudas estavam também plantadas em regiões de média altitude como Carolina, Bom Retiro e Batatal, e de baixa altitude, como Cachoeira Alta, onde o povoado está a apenas 16 metros do nível do mar, e desde 2014 produz vinhos.

Produtores foram levados ao Município de Santa Teresa, onde a produção é maior e usa-se tecnologia mais sofisticada; técnicos do Sebrae e do Incaper passaram a orientar os produtores sobre embalagem, conservação, rotulação e envasamento do vinho de produção artesanal, e a Prefeitura fez em 2010 a entrega de mais 5 mil mudas. Também a Festa da Uva se sofisticou e, para decidir a premiação, uma comissão de degustadores prova e classifica os vinhos. O cultivo da uva, principalmente das variedades Niágara e Isabel, em 2014 ocupou 60 famílias, com uma produção de 180 toneladas. Nesse mesmo ano, 18 vinícolas artesanais produziram 12 mil garrafas de vinho e três mil de suco.

Outros cultivos menos expressivos do ponto de vista comercial, mas igualmente promissores, surgiram em diferentes lugares do município, quer pela descoberta de nichos de mercado quer para acompanhar a rápida evolução do agroturismo. Entre eles estão as flores e a olericultura (verduras e legumes) nas bordas norte e noroeste do município, leguminosas, citros, palmito e madeira reflorestada nas áreas acidentadas. Entre São Bento de Urânia e Vila Nova de Maravilha destaca-se uma área de 2 mil ha de cedro, seringueira e eucalipto.

O passado no presente

Ao chegar ao Brasil, ao Espírito Santo, a Alfredo Chaves, o imigrante italiano trouxe consigo seu modo de vida e suas crenças. Com o passar das gerações, muitas e necessárias adaptações foram acontecendo, e o que restou pode ser considerado o núcleo, a essência, a cultura. Ela se expressa principalmente na religiosidade, na culinária e na música.

Um legado das primitivas comunidades, que se reuniam aos domingos numa capela para celebração do culto, são os coros. Por muitos anos, os italianos cantavam suas orações em latim, como faziam na terra de origem, mesmo tendo um conhecimento muito vago das palavras que pronunciavam. É que, muito mais do que o significado formal, interessava o sentimento que as movia. A fé do imigrante foi um sentimento muito forte, que o ajudou a construir uma civilização no meio da floresta tropical. Essa origem explica que o Censo de 2010 tenha apontado Alfredo Chaves como o município mais católico do Estado, com 89,5% da população.

Quando foi vigário em Alfredo Chaves, nos anos 20, o padre salesiano italiano Antonio Marcigaglia introduziu o teatro sacro na celebração da Semana Santa, na forma como se fazia no colégio da Congregação Salesiana em Jaciguá, hoje município de Vargem Alta. Em 1934, frei João Echavarri, espanhol da Ordem Agostiniana, iniciou a celebração com a encenação em Sagrada Família, mantida sem interrupção. E a prática se disseminou por toda a colônia.

Até a década de 60, o calendário anual era cheio de datas comemoradas com festa, e elas significavam a missa cantada em latim, bem próximo à origem da tradição que vinha do Concílio de Trento, no século XVI. Havia coros mais ou menos estruturados, que cantavam a duas, três ou quatro vozes, e que se convidavam mutuamente para cantar nas festas entre povoados vizinhos.

A orientação de introduzir a língua nacional nos cultos, a partir da década de 60, não conseguiu desalojar essa religiosidade sentimental, que

não perdeu de memória as origens, e logo, na década seguinte, começaria a comemorar o centenário da chegada dos antepassados a esta terra. Em Alfredo Chaves, a primeira comemoração do centenário aconteceu em Sagrada Família, em julho de 1977, com um ano de atraso.

A vila inaugurou um estilo que seria seguido pelas dezenas de comemorações semelhantes que aconteceriam nos anos seguintes. O Governo Italiano se fez representar pelo seu cônsul honorário em Vitória, Valfredo Zamprognò. O Governo Estadual indicou um filho da terra, o então capitão PM Orlando Pessali, que 20 anos depois viria a ser Secretário de Estado Chefe da Casa Militar e Comandante Geral da PMES. Ao som da banda da Polícia Militar, ele hasteou as bandeiras dos dois países. A Festa da Polenta, realizada também em Sagrada Família no ano seguinte, foi inspiração para a festa do mesmo nome promovida anualmente em outubro na cidade de Venda Nova do Imigrante.

O evento, que durou três dias, teve peça de teatro escrita com o tema da ocasião e representada em palco montado na rua; polenta para quem quisesse se servir; missa cantada em latim; exposição de fotos antigas das famílias dos colonos e lançamento de um jornal mimeografado mensal. No ano seguinte, São João também comemorou seu centenário e até o fim da década de 1980 o município viveu em clima de recordação. Um dos benefícios foi a reaproximação com o país de origem, de uma forma coletiva ou mesmo particular – famílias com famílias – e até mesmo por um interesse específico: a obtenção da cidadania italiana, um benefício concedido pela Itália a quem preenchesse alguns requisitos.

Uma colaboração veio do Arquivo Público Estadual, que desenvolveu um projeto de duplo interesse. Instalava uma unidade móvel na praça central das cidades onde houve forte fluxo migratório e, ao mesmo tempo em que digitalizava fotos e documentos antigos para incorporar ao seu acervo, também colocava disponível aos interessados a informação necessária para proceder ao requerimento da cidadania.

A reaproximação com as origens, espontânea e informal em suas primeiras manifestações, passou gradualmente a se organizar à medida que

elas aconteciam. Corais italianos passaram a circular pelo Espírito Santo, e Alfredo Chaves esteve em seu roteiro de apresentação. A intensidade dos contatos levou o prefeito Ruzerte Gaigher, ele próprio descendente de imigrantes tirolezes, a visitar oficialmente a Itália em 1985 e 1987, por convite da representação diplomática italiana.

Em 1998, organizou-se o Círculo Italiano de Alfredo Chaves (CI-TAC), que promoveu a Primeira Festa Italiana de Alfredo Chaves. Anos depois, foi fundada a Associação Vêneta de Alfredo Chaves (AVÊNETA), que em 2015 já realizou a Sétima Festitália, com os componentes tradicionais de um evento do gênero: exposição de fotografia, apresentação de corais e grupos de dança, carretella distribuindo vinho e polenta.

Também em 1998, foi criado o Coral della Mamma, composto por crianças no distrito de São João, e o grupo cantante Gioco di Mora, o Coro dos Camponeses, em Carolina (2007), e a Orquestra do Alto Benevente (2006), fundada pelo maestro Sílvio Barbieri. Esses grupos frequentemente se apresentam em festas ligadas à cultura italiana em outros municípios e, às vezes, fora do Estado. Em 2001, começou o ensino da língua italiana na sede de Alfredo Chaves, durou três anos e foi suspenso. Em 2006, foi retomado para moradores da sede e de Matilde e, em 2007, inserido na grade curricular na sede.

Além da cultura italiana, está presente desde a colonização o congo, manifestação preservada pelos descendentes de escravos que, ao receberem a alforria, passaram a morar no Morro da Macrina, na sede. Durante mais de um século, apenas se realizava a congada na festa de São Benedito, a cada 27 de dezembro. O Congo Mirim Mestre Valdo, criado em 1998, se apresentou em diversas ocasiões durante o ano, dentro e fora do município, até encerrar as atividades. Por todo o município, entre o Ano Novo e o início da Quaresma, grupos de terno de reis animam as localidades do interior. E, a partir de 2007, a Lira Alfredense faz apresentações regulares por algum tempo.

Aventura e esporte

A descoberta dos céus de Alfredo Chaves como palco de grandes emoções foi feita em 1982 por Morris Brown e Luiz Carlos Frago, pioneiros na prática do voo livre no Espírito Santo. Em visita a Cachoeira Alta, concluíram que a região reunia condições ideais por algumas características: o relevo, a proximidade do mar direcionando ventos que aumentavam a sustentação, e a formação de térmicas (correntes ascendentes provocadas por temperaturas quentes). O ponto ideal situava-se a 500 metros de altitude na Serra da Boa Vista e a uma altura de 460 metros da área de pouso. Na época, apenas duas dezenas de pessoas no Estado eram praticantes do novo esporte na versão parapente, uma derivação do paraquedismo. O primeiro voo foi feito de asa delta.

Em 1993, um grupo se reuniu e comprou a área de decolagem, para garantir maior liberdade aos praticantes do esporte. Durante a década de 90, a rampa de Cachoeira Alta entrou para o calendário do esporte ao sediar uma etapa do campeonato estadual.

A união dos praticantes do município conduziu à criação, em 2000, da Associação de Voo Livre de Alfredo Chaves (AVLAC), estando Rodolpho Cavalini, que mais tarde ocuparia a Secretaria de Cultura e Turismo do município, entre os primeiros sócios e fundadores. Por trás da nova entidade estava a ideia não só de promover o esporte, mas também de iniciar uma reação em cadeia onde se incluíam a geração de ocupação e renda, fixação do habitante em sua localidade, aceitação do voo livre pela municipalidade, empresariado e mídia, e divulgação do município.

Para marcar a criação da entidade, foi promovida a Primeira Copa Avlac – mais que uma competição, uma festa para marcar o início das atividades. Uma das metas foi atingida: a municipalidade figurou entre os patrocinadores. A Avlac foi a segunda associação do Estado de praticantes do novo esporte, precedida apenas pela Associação de Voo Livre do Espírito Santo (AVLES), de caráter regional. Nesse ano, havia no Espírito Santo

apenas seis rampas em uso: Baixo Guandu, Castelo (Apeninos), Pancas, Viana, Venda Nova e Alfredo Chaves.

O voo livre deflagrou uma pequena revolução que alterou hábitos, introduziu novas profissões, criou outras fontes de renda e deu ao município uma projeção como nunca tivera antes na mídia. Fato inédito, passou a frequentar a mídia nacional. Outros eventos se sucederam: a Copa Ícaro, a partir de 2000, como parte da programação da Festa da Banana e do Leite, e na qual o piloto veste fantasia, sendo esta e o desempenho técnico os critérios para o ranking e premiação; o Torneio de Aleluia (durante a semana da Páscoa), que teve curta duração; e o Meeting Sudeste de Esporte de Aventura, em 2003.

O Meeting trouxe a Alfredo Chaves os principais atletas do país, para um evento que oferecia trekking, paraquedismo, rapel, cavalgada, mountain bike, trilhas de jipe e de moto. A diversidade de ofertas era um plano para driblar eventuais surpresas climáticas típicas da região no início do verão. Além do esporte, o evento buscava atender às famílias dos esportistas e favorecer sua interação com o habitante local. Para isso o Meeting, enquanto foi realizado, se encerrava com a apresentação de uma banda de renome.

Depois do Meeting Sudeste do Esporte de Aventura, Alfredo Chaves deixou definitivamente de ser apenas a terra das cachoeiras e, em vez de só o banho de cachoeira, a referência turística passou a ser também o esporte de aventura. O voo livre, profissionalizado, deixou de ser, na expressão usada nos primeiros anos, “esporte de malandro”.

O topo do morro de onde partem os voos ganhou infraestrutura com estacionamento, banheiro, lanchonete e alojamento. Em 2003, começou a funcionar a primeira escola de voo livre, e também a realização de voo duplo, e não apenas praticantes e curiosos, mas também iniciantes passaram a frequentar o local. Em 2008, Alfredo Chaves foi o quarto município do interior mais lembrado, segundo pesquisa de recall feita em Vitória. Foi um desempenho surpreendente para quem vinha de um longo anonimato. Resultado de um trabalho de documentação e divulgação ini-

ciado pela Assessoria de Comunicação da Prefeitura, que em 2013 ganhou status de secretaria.

A partir de 2006 Alfredo Chaves passou a fazer parte de um roteiro de pilotos internacionais que voavam anualmente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Pilotos de outras nacionalidades, durante o ano todo, deslizam com seus parapentes coloridos pelos céus de Cachoeira Alta.

Outro marco da entrada do município no ciclo do turismo de aventura foi a criação, em 2005, da Associação Moto Trial de Alfredo Chaves (AMTAC). Antes dela, já se fazia trilha informalmente havia dez anos, mas, com a associação, foi possível organizar eventos. O Primeiro Encontro de Trilheiros de Alfredo Chaves aconteceu no ano da criação, com ponto de largada e chegada no Parque de Exposições.

No ano seguinte, a entidade passou a dar suporte ao motocross, possibilitando a realização, em Alfredo Chaves, de uma etapa do campeonato brasileiro da modalidade. No outro ano, o município integrou o circuito capixaba de cross country e, em 2008, realizou o maior encontro de trilheiros do Estado até então, reunindo 460 participantes. Em 2013, a competição superou a marca de 500 participantes.

E para quem já não se arrisca mais em grandes aventuras, começou em 2010 a participação de alfredenses nos Jogos Estaduais dos Idosos, inicialmente na tradicional bocha, modalidade em que foram tricampeões em 2014. Cinquenta participantes atuaram no vôlei, tênis de mesa, dança de salão, coreografia, dominó, canastra, bocha e atletismo, no qual já colecionam uma medalha de ouro na modalidade feminina.

No futebol, em 2014 foi firmado um acordo entre o município e o Clube Atlético Paranaense, e uma escolinha para a formação de atletas entrou em funcionamento.

A descoberta do interior

A primeira pousada no interior de Alfredo Chaves foi inaugurada em 1994, em Carolina, enquanto em São Sebastião havia tempo já se fabricava biscoitos caseiros. São mais de 20 pousadas, além de um hotel na sede, com uma taxa de ocupação de 85% no período de funcionamento, geralmente de quinta-feira a domingo. E por todo o município são dezenas de indústrias de produtos diversos, com o selo da inspeção municipal, que vendem sua produção aos visitantes ou em feiras e exposições, além da Casa do Artesão, uma loja no térreo do coreto da praça central. A agroindústria deixou de ser uma atividade caseira.

O crescimento do setor se acentuou quando a região ganhou trechos de estrada asfaltada ligando o povoado de Aparecida a Marechal Floriano, a vila de São Bento de Urânia à BR-262 e, principalmente, quando se concluiu, em 2007, a ligação entre Alfredo Chaves e a mesma BR, completando o acesso asfaltado à região. O programa Caminhos do Campo, do Governo do Estado, concluiu, em 2012, o asfaltamento até o povoado de Cachoeira Alta e, em dezembro de 2014, da sede à vila de Sagrada Família, trecho que recebe o nome do imigrante Costa Agostino. Também está asfaltado o trecho do povoado de Aparecida à sede do distrito de Ribeirão do Cristo.

A procedência dos visitantes aponta que, em sua maioria, são da Região Metropolitana de Vitória, embora haja um fluxo aleatório de pessoas procedentes de Minas Gerais e Rio de Janeiro, que se torna maior durante as férias escolares. Uma pesquisa realizada em 2009 aponta como motivos mais citados para a procura pela região o bom atendimento e as belezas naturais. Em menor percentual, o preço das diárias. A pesquisa também revela que se trata de uma clientela fiel, aponta para a dificuldade de mão de obra para trabalhar no novo ramo de negócios e indica um potencial de expansão.

Em Matilde, o fechamento da estação ferroviária da então Estrada de Ferro Leopoldina, em 1980, iniciou um período de decadência, que mobilizou população local e poder público. A reação teve como resultado o tombamento do prédio pelo Conselho Estadual de Cultura em 09 de janeiro de 1986.

O prédio da estação, peça importante no turismo cultural, reinaugurado em 5 de novembro de 2010, foi restaurado e dotado de sala de vídeo, serviço de informação ao turista, loja de produtos artesanais, café, salão multiuso para apresentações culturais, museu permanente de fotos e peças da ferrovia, posto do correio, exposição de livros e imagens do município e serviço de internet via wi-fi liberado para visitantes. Paralelo à estação, Matilde ganhou também um mirante sobre a Cachoeira Engenheiro Reeve, cartão-postal do município, e que há alguns anos já vinha sendo utilizada na prática de esportes de aventura.

Em 22 de fevereiro de 2014, o prédio da estação passou a abrigar o Cineclub Ludovico Persici que, já em março, foi sede da apresentação de um catálogo com produções cinematográficas realizadas no Estado desde 1999. O nome é uma homenagem ao pioneiro da sétima arte nascido em Alfredo Chaves.

Na sede, o Clube do Cavalo comemorou sua fundação realizando em 1994 a primeira cavalgada. Elas são uma reminiscência do meio de transporte sobre o qual se colonizaram as terras do município, inclusive as tropas de burro que transportavam café. Cavalgadas e caminhadas, eventuais ou permanentes, são uma característica do município, e elas acontecem ou por motivo de festa religiosa ou para a manutenção da memória. As mais conhecidas são a Caminhada do Imigrante, que vai da sede a São Roque de Maravilha passando por Matilde, a Romaria da Festa da Penha e a Romaria ao Santuário de Aparecida do Norte (SP).

O caminho da escola

A geração dos mestres mais antigos, se viveu no interior, tem na memória a dificuldade do acesso à escola. Elas eram poucas e, para muitos, distantes. Mais ainda para um município como Alfredo Chaves, com população predominantemente rural distribuída por pequenas propriedades. A distância impediu a muitos de estudar ou então forçou a evasão escolar. Também havia escassez de normalistas, e as poucas que ensinavam no município vinham da Escola Normal de Anchieta, Vitória e Cachoeiro de Itapemirim. Às vezes havia o prédio mas faltava a mestra.

Na década de 60, o município começou a formar suas professoras na Escola Normal Pio XII e, mais tarde, na Escola Camila Motta, mantida pelo Estado, e que, além do Ensino Médio, também ofereceu a partir da década de 70 cursos técnicos de Patologia Clínica e Administração. Na década seguinte, um processo de nucleação criou as escolas-polo, nos distritos e em alguns povoados mais populosos, e um transporte escolar em implantação buscava os alunos nas localidades onde a escola fora fechada. Ao município cabia a gestão apenas da pré-escola.

O processo gradual de municipalização começou em 1988. Ficou na esfera do Estado a Escola Camila Motta, a mais tradicional do município, criada em 1926, mas que recebeu o nome atual em 1939. Em agosto de 2010, a escola retomou o ensino profissionalizante com o Curso de Agrogócio. Em 2005, o ensino estava municipalizado em 90%. Eram, no total, 42 escolas que, a partir da transferência, foram reformadas e mobiliadas. Com a expansão do transporte escolar, que atende a quase 100% da demanda, esse número foi reduzido para 32 escolas sob a responsabilidade municipal.

O encurtamento da distância entre realidade e gestão apressou o atendimento de demandas já existentes: incremento da merenda, aumento salarial, plano de cargos e salários e construção de sede própria para a

Secretaria Municipal de Educação, com espaço para concentrar todas as instâncias administrativas e para qualificação de seu pessoal.

As escolas foram dotadas de biblioteca de porte equivalente à sua dimensão e laboratório de informática. O Ensino Fundamental atendia em 2014 a 1.300 alunos, com 21 escolas, e o Infantil, com 11 pré-escolas e creches, atendia a 600. Desde 2008, iniciou-se o curso preparatório para ingresso dos alunos nas escolas técnicas federais e, em 2009, concorrendo com alunos de escolas públicas e particulares e sem reserva de cotas, de 35 candidatos 22 ingressaram. Em 2013, o índice de aprovação foi de 70%. O atendimento funciona na Escola Ana Araújo e se destina a alunos do 8º e 9º anos da rede municipal.

Em 2013, a Escola Ana Araújo passou a funcionar no bairro Siri-beira com novas instalações. No mesmo ano fez sua adesão ao programa Mais Educação. Parte dos alunos do 1º ao 8º ano teve sua jornada escolar ampliada e complementada com atividades interdisciplinares. Elas incluem acompanhamento pedagógico, reforço escolar, informática, práticas artísticas e desportivas. Em 2014, primeiro ano do Programa Mais Educação, as atividades contaram com a participação de 500 alunos.

Também a atenção a alunos com necessidades especiais – deficiências, transtornos, habilidades de superdotação – foi estendida a todas as unidades. Salas de recursos multifuncionais com profissionais especializados dão o atendimento na medida de cada demanda. Outras atividades educativas têm sido planejadas e executadas, na sede e no interior, para adequar o ensino a novas demandas.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) referentes a 2009 colocaram o ensino em Alfredo Chaves entre os cinco melhores do Estado. Com ligeiras oscilações, esse ranking tem se mantido. Em 2013, o município recebeu o Prêmio Latino Americano de Integração, concedido pela execução de projetos de qualidade na educação.

O tecido social

Até um passado bem próximo, a ação social era assistencialista e focada no indivíduo. O Estado prestava, com critérios precariamente fundamentados, uma assistência vinculada a interesses pouco objetivos e de forma empírica. Embora garantida pela Constituição de 1888, só em 2004 ela se consolidou como política de Estado focando um público específico, em dois níveis de atuação: básico (essencialmente preventivo) e especial.

Dentro dessa concepção, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) foi implantado em Alfredo Chaves em 2006, inicialmente no centro da cidade. No ano seguinte o Cras foi transferido para o bairro do Cajá, caracterizado como uma área de vulnerabilidade social. Uma verba do Estado possibilitou a construção de um espaço com capacidade para o desenvolvimento de um número abrangente de atividades. Uma preocupação constante é a proximidade com a família, a qual considera-se que, na maioria dos casos, seja a raiz das situações tidas como de vulnerabilidade.

O município implantou um dos primeiros programas Projovem Adolescente no Estado; o Bolsa Família, então coordenado pela Secretaria de Educação, e que passou para a Secretaria de Ação Social, e nessa época já reunia os diversos mecanismos de transferência de renda; o Programa de Geração de Emprego e Renda, com atividades de capacitação profissional, direcionando para o programa estadual Nossocrédito empreendedores iniciantes para obtenção de financiamento. Em 2008, foi criada a Associação de Costureiras reunindo, na época, 20 mulheres num ateliê com equipamento profissional, costurando variadas peças de vestuário já cortadas, a partir de pedidos de indústrias.

O Conselho Tutelar foi instituído no município em 1999. Em 2001, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foi iniciado, com atendimento a 50 crianças. Um diagnóstico não identificou uma realidade de crianças submetidas a trabalho degradante e maus tratos, e sim crian-

ças que são obrigadas a acompanhar os pais em suas atividades, e assim privam-se de lazer e convivência.

Na jornada ampliada fora da escola, são oferecidas a essas crianças atividades socioeducativas: teatro, reforço escolar, informática, capoeira, coral, artesanato, dança e congo. O Cras atende também a casos encaminhados pelo juiz da comarca, e oferece cursos de qualificação. O controle do funcionamento da entidade é compartilhado com conselhos da comunidade.

Em julho de 2013, o nome da Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania foi alterado para Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania. Os programas da secretaria foram unificados como Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Assim, o Governo Federal encaminha um recurso para atender os grupos de diferentes faixas de idade. Desde 2013, foi instituído o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), e todos os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos organizam-se em torno do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Em 2013, foi implantado no município o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que oferece serviços às famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direito. A meta é atender no município até 50 famílias. Em 2014, uma média de 15 famílias por mês foram acompanhadas. O Creas funciona em torno do Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI). As crianças com direitos violados e vivendo risco social devem ser retiradas da família. O município aplica a Lei da Família Acolhedora, em que a criança é mantida no município para ela permanecer no seio familiar.

Para o fortalecimento da família, a criança é encaminhada antes ao parente mais próximo. A segunda opção são as pessoas próximas à família. A maioria das crianças é retirada por negligência dos pais devido à dependência química. Nesse caso, há uma parceria com a Secretaria de Saúde para resgatar a família com o objetivo de que ela assuma a responsabilidade pelo filho. O último recurso seria o abrigo. Alfredo Chaves possui convênio

com instituições de municípios vizinhos desde 2010. Nesse período, uma criança foi encaminhada para um desses convênios.

Um espaço para convivência da terceira idade, que em casos de necessidade pode também servir de moradia, foi construído em parceria entre a Prefeitura e o Instituto Jutta Batista da Silva. Administrada pela Associação Casa Lar do Aconchego do Idoso (ACALAI), com 30 cômodos e capacidade de acolher 16 pessoas em tempo integral, tem capela, consultório médico, farmácia, solário, refeitório, cozinha, despensa, recepção, quartos com suíte, banheiros, varanda e um terreno para cultivo de hortaliças. Além do cuidado com a saúde, são desenvolvidas também atividades de recreação, passeios pelo município, participação em palestras e eventos religiosos. Uma casa anexa é utilizada pela Associação Viva Vida, que reúne bordadeiras.

Vida e saúde

Na década de 20, moradores de Alfredo Chaves iam anualmente de trem ao Rio de Janeiro pagar para si, ou para um grupo, a anuidade de Mutualidades ou Caixas de Pensão, como era chamado o sistema privado de previdência que funcionava na época. Só na década seguinte o Governo Federal iniciaria, em caráter precário, uma garantia de serviço de saúde, restrito porém aos trabalhadores empregados na indústria.

Esse sistema vigorou até a década de 50, quando a pressão do operariado conseguiu avanços, mesmo assim restritos a quem apresentava carteira de trabalho assinada. O Governo Militar começou a pensar a saúde como política de governo, montada em grandes estruturas hospitalares. Só na década de 80 o movimento pela reforma sanitária pressionou pelo direito universal, com ênfase preventiva e coletiva.

A proposta foi parcialmente acolhida pela Constituição de 1988, que resultaria no Sistema Único de Saúde (SUS), mas deixava aberto o caminho para um sistema complementar privado. A municipalização da

saúde começaria nos anos 90. Na definição de responsabilidades, o município ficava com a atenção básica, o Estado com o atendimento de média e alta complexidade, e as três instâncias financiariam o sistema, com o peso maior para o Governo Federal. Em 1991, a Câmara aprovou a criação do Fundo Municipal de Saúde, que se tornaria o responsável pelo gerenciamento dos recursos, e o Conselho Municipal de Saúde.

Na prática, algumas alterações ocorreram. A atenção básica não se concretizou logo. Mesmo sendo responsabilidade do Estado, algumas especialidades e procedimentos de média complexidade foram assumidos pelo município, por meio da Policlínica Municipal. O PA realiza todos os atendimentos de urgência e emergência básica. Na região em que se situa Alfredo Chaves, o alto custo forçou a busca de uma solução através de uma proposta de consórcio intermunicipal que, ao oferecer aos prestadores um volume maior de serviços, reduziria o preço.

A interrupção de funcionamento da Maternidade Municipal foi decorrente de novas medidas do Governo do Estado em relação à atenção à saúde: que maternidades e hospitais de pequeno porte, basicamente com os mesmos gastos que os de maior porte, fossem fechados, e as unidades maiores se tornassem referência em rede para atender à demanda de vários municípios. Os aparelhos em uso na maternidade foram repassados ou para o PA ou para a unidade de referência em município mais próximo. O PA oferece serviço de raio-x, com recursos próprios.

O município trabalha em duas frentes: um PA 24 horas para urgência e emergência e a atenção básica, através de equipes de Saúde da Família. A análise do movimento do PA, feita com base na movimentação de junho de 2010, num total de 517 ocorrências, revelou que 150 foram de urgência e emergência, e 367 ambulatoriais, o que significa que muitas seriam objeto de atendimento das equipes de Saúde da Família. E que o PA obriga à manutenção permanente de uma equipe de alto custo para um número baixo de atendimentos relacionados à sua função específica. A constatação levou a um projeto de alteração operacional, para colocar cada tipo de atendimento na esfera de atribuição que lhe compete.

A primeira equipe de Saúde da Família foi formada em agosto de 2008 com um médico, um enfermeiro, um odontólogo, um técnico de enfermagem e um atendente de odontologia, com sua base em Iiritimirim, tendo outros pontos de apoio na região. Em março e abril de 2009, foram formadas outras duas equipes para atuar na sede, mais tarde abrigadas em uma Unidade de Saúde no bairro do Cajá, com auditórios e salas de atendimento. Uma equipe itinerante deixa a sede todos os dias para atender áreas não cobertas pelas equipes localizadas.

Em 23 de junho de 2014, foi inaugurada outra unidade em Sagrada Família, com previsão de alcançar 200 famílias. A quinta, em construção em São João, com previsão de atendimento a 600 famílias, completa a cobertura de 100% do município.

Uma dádiva do Benevente

As estatísticas da Polícia Ambiental, desde que ela foi criada dentro da Polícia Militar do Espírito Santo em 1985, tinham em Alfredo Chaves um frequentador assíduo. Entre os principais motivos, a caça e o desmatamento. Em 1989, foi fundada a Associação Alfredense de Meio Ambiente (ASAMA). Pouco durou, até porque tomar a frente em questões ambientais em algumas áreas do município ainda é um risco pessoal.

O município mantinha um alto índice de cobertura florestal, protegido principalmente pelas encostas acidentadas da Bacia do Benevente, inviabilizando a agricultura em algumas partes. Ao mesmo tempo, os terrenos mais planos do fundo dos vales sempre se revelaram de uma generosa fertilidade, enriquecidos pelos resíduos que descem dos declives.

A questão ambiental evoluiu com o acesso à informação e com o fato de que a mídia encampou essa preocupação, que logo chegou à pesquisa acadêmica e mesmo à educação do Ensino Fundamental como um

tema transversal. A pressão de grupos organizados na sociedade obrigou os poderes constituídos a agir, cada um dentro de suas atribuições.

Consciência e necessidade apontavam para a adoção de medidas, e em 29 de agosto de 2003 foi criado o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Benevente. Sua função: identificar problemas e apontar soluções, buscando a sustentabilidade. Em outras palavras, o equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e a preservação dos recursos naturais.

Uma expedição percorreu o rio de 4 a 8 de dezembro de 2006 para um diagnóstico socioambiental. Problemas identificados: degradação da mata ciliar; mineração agressiva; regime severo de erosão e assoreamento; lançamento de esgoto sem tratamento; atividades industriais impactantes; inexistência de um programa de avaliação de águas subterrâneas; uso inadequado de áreas a proteger; lançamento de lixo e agrotóxico em cursos de água; pesca predatória.

O comitê é hoje o instrumento mais atuante para preservação e recuperação dos recursos naturais da bacia. Dele fazem parte secretarias municipais, órgãos do Governo Estadual, empresas, instituições de ensino, sindicatos, organizações não governamentais, autarquia municipal, empresa pública estadual e cooperativa.

Em 27 de outubro de 2006, recebeu a outorga estadual a primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), intitulada Oitrem, sediada em Matilde. Foi a primeira unidade de conservação privada do Estado a receber reconhecimento de Patrimônio Natural. A área de 60 hectares havia sido parcialmente explorada pela extração criminosa de madeira e a monocultura de eucalipto. O instituto criado para gerir as atividades da unidade desenvolve, como projeto básico, financiado pela iniciativa privada, um inventário florístico, de mamíferos e de anfíbios. Após a fundação, iniciou uma rotina de atividades educativas.

Em Itacurubi, distrito de Matilde, uma área de 530,3 hectares foi transformada em unidade de conservação, em 2012, por meio de um decreto municipal. Com o nome de Parque Natural Municipal Cachoeira de Iracema, foi iniciado o processo de sua implantação pela Prefeitura de Al-

fredo Chaves, que começou os estudos na região em 2007. Dentro dela estão duas cachoeiras – Iracema e Iraceminha – em dois momentos de desnível do Rio Benevente.

Outra unidade em estudo, já com aprovação da Câmara Municipal, é um terreno de 500 mil m², perto da sede e pertencente à Prefeitura. A área tem remanescentes da Mata Atlântica e depende de um projeto técnico, já anunciado pelo Executivo, para dar andamento ao processo de sua transformação em unidade de conservação.

E, dentro de uma nova visão da utilização da terra, em 2008 chegou ao município um projeto do Estado para pagamento por serviços ambientais a proprietários que mantêm áreas preservadas dentro de sua propriedade, de acordo com normas estabelecidas pelo Instituto Estadual de Meio Ambiente (IEMA). No ano seguinte, já eram mais de 100 os contratos entre o órgão e pequenos proprietários do município.

Mas esses cuidados não impediram que Alfredo Chaves tivesse que passar, em 30 de novembro de 2012, pela maior enchente de sua história, que em alguns pontos chegou a três metros, alagou 80% das ruas da sede e em igual proporção causou danos para o comércio, que já estocava mercadoria para o período de festas de fim de ano. As adutoras de água bruta foram arrancadas e a população ficou temporariamente sem abastecimento. Da meia noite às 15h choveu na cidade 269,2 mm, mais que a média histórica do mês, que é de 237 mm. As 90 famílias desalojadas foram abrigadas no ginásio de esportes, na creche municipal e no Cras, e a Prefeitura decretou estado de emergência.

Policiais militares dos batalhões de Vitória, Guarapari, Marechal Floriano e Cachoeiro de Itapemirim foram enviados para dar suporte ao trabalho da Defesa Civil e do Corpo de Bombeiros. A Escola de Formação de Cabos e Soldados da Polícia Militar enviou um contingente de 60 alunos. Em alguns casos, o resgate foi feito de helicóptero ou barco. Baixada a água, o serviço de limpeza teve a participação de 300 moradores voluntários. Em partes do interior os estragos não foram menores e, durante todo o ano de 2013, a Prefeitura reconstruiu pontes e reabriu estradas.

Dados de 2010 dão a Alfredo Chaves uma cobertura nativa de 33% de seu território, superada apenas por Marechal Floriano (35%) e Sooretama (41%).

PARTE II

Personagens da vida política

■ Ademor Magnago

- Nasceu em 10 de abril de 1918 no Quarto Território, Alfredo Chaves.
- Filho de Joaquim Magnago e Joana Cipriano Magnago.
- Casou-se com Almerinda Gobbi e teve os filhos Sandra, Cerli, Sônia, Antônio, Simei, Selma e Carlos Joaquim. Sempre residiu no Quarto Território e trabalhou com lavoura de café. Foi também comerciante.
- Foi vereador nos mandatos de 1963 a 1966 e 1967 a 1970. Atuou como vice-presidente da Casa de Leis de 1967 a 1970 e foi vice-prefeito de 1973 a 1976.
- Faleceu no dia 14 de março de 2004, sendo sepultado no Quarto Território.



Fonte: Selma Magnago (filha).

■ Adolpho Bottecchia

- Nasceu no dia 13 de fevereiro de 1881 em Carolina, Alfredo Chaves.
- Filho de Bortolo Bottecchia e Helena Bottecchia.
- Estudou até o 4º ano primário, em Alfredo Chaves. Casou-se com Luiza Suzana e teve os filhos Enedina, Arquimínia, Izabel, Eugênio, Leonor, Paulo, Júlia, Helena, João, Waldir, Walter, Lucila, Vítor, Moacyr e Wallace. Residiu em Barra de Batatal, Alfredo Chaves e trabalhou na lavoura.
- Atuou como vereador nas décadas de 10, 20 e 30.
- Faleceu em 30 de março de 1962, sendo sepultado em Alfredo Chaves.



Fonte: João Bottecchia (filho).

■ Aginaldo Bissoli

- Nasceu no dia 03 de abril de 1928 em Sagrada Família, Alfredo Chaves.
- Filho de Jerônimo Bissoli e Maria Cavati Bissoli.
- Estudou até o 4º ano primário em Sagrada Família e trabalhou como agricultor. Casou-se com Rosa Ângela Savernini e teve os filhos Ronilo, Regina, Robson, Rozinete e Rosângela. Foi o 1º presidente da Associação Comunitária de Sagrada Família e dirigiu o Sagrada Família Futebol Clube. O ginásio de esportes de Sagrada Família tem seu nome.
- Foi vereador no mandato de 1983 a 1988 pelo PDS e no exercício de 1989 a 1992 pelo PMDB. Atuou como 2º secretário no exercício de 1991 e 1992.



Fontes: Aginaldo Bissoli; Rosângela Bissoli (filha).

■ Alfredo Rosseto

- Nasceu no dia 11 de fevereiro de 1935 em Iiritimirim, Alfredo Chaves.
- Filho de Angelo Rosseto e Santa Della Bianca Rosseto.
- Estudou até o 2º ano primário na escola de Iiritimirim, onde sempre morou. Casou-se com Ozília Modolo e teve os filhos Dulce Luzia e Dirceu. Trabalhou como lavrador e eletrotécnico, em conserto de rádio e televisão. Teve comércio e máquina de pilar café.
- Foi vereador de 1989 a 1992, pelo PMDB, e de 1993 a 1996, pelo PDT. Apresentou Projeto de Lei para nomear a escola de São Martinho como Escola Unidocente Professor Vittorio de Monti. Participou do Debate Nacional de Vereadores promovido pela União dos Vereadores do Brasil, realizado nos dias 22, 23 e 24 de abril de 1991, no Centro de Convenções de Brasília.
- Em fevereiro de 1994 licenciou-se para assumir o cargo de secretário de Serviços Urbanos de Alfredo Chaves.



Fontes: Alfredo Rosseto; Arquivo da Câmara Municipal de Alfredo Chaves.

■ Aílto Antonio Destefani

- Nasceu no dia 18 de maio de 1932 em São Marcos, Alfredo Chaves.
- Filho de Frederico Destefani e Cecília Marquesi Destefani.
- Estudou até a 4ª série do primário na escola de São Marcos. Casou-se com Rosalina Orlandi e teve os filhos Armando Luis, Regina Celi e Beatriz. Na década de 60 mudou-se de São Marcos para a sede de Alfredo Chaves. Trabalhou com agricultura e comércio de frutas. Foi sócio da Fundação Hospital Sant’Ana de Alfredo Chaves.
- Foi eleito vereador para a legislatura de 1983 a 1988 pelo PDS. Atuou como 1º vice-presidente da Câmara no exercício de 1985 e 1986.
- Faleceu em 11 de agosto de 2011 e foi sepultado em São Marcos, Alfredo Chaves.



Fontes: Arquivo da Câmara Municipal; Aílto Antonio Destefani; Armando Destefani.

■ Almir Antonio Fávero

- Nasceu no dia 23 de maio de 1946 em São Vicente, no Distrito de São João, Alfredo Chaves.
- Filho de Antonio Fávero e Paulina Maria Gotardo Fávero.
- Casou-se com Cleusa Fiorin e teve os filhos Paulo Alfredo, Ademir Antonio, Vera Aparecida, Vanderlei e Edson. Estudou até a 4ª série na Escola Santa Maria do Engano, em Ibitiruí, Alfredo Chaves. Em 2013, foi eleito tesoureiro da Associação de Produtores Rurais de Ibitiruí.
- Foi um dos fundadores do Diretório Municipal do PMDB. Foi eleito para os mandatos de 1983 a 1988, com 346 votos; 1989 a 1992, com 216 votos; 1993 a 1996, com 189 votos. Para o exercício de 1997 a 2000, foi eleito suplente, com 184 votos. Foi eleito com 279 votos, pela Coligação Alfredo Chaves Livre, para o mandato de 2001 a 2004, quando transferiu-se para o PDT. Em 1983 foi líder da bancada do PMDB. Atuou como 1º secretário no exercício de 1985 e 1986. No biênio de 1989 e 1990 foi vice-presidente, e presidente no exercício de 1995 e 1996.
- Participou do Congresso Geral do Povo Alfredense, como representante do Distrito de Ibitiruí, em 27 de julho de 1984, e do I Congresso Municipalista do Brasil, de 28 de junho a 03 de julho de 1986, em São Paulo. Ao lado de outros vereadores de Alfredo Chaves, participou do II Congresso Municipal do Brasil (COMUB) de 30 de abril a 05 de maio de 1987, em Brasília. Participou da elaboração da Lei Orgânica do Município de Alfredo Chaves.
- Faleceu em 31 de março de 2015 e foi sepultado em Ibitiruí.



Fonte: Almir Antônio Fávero e familiares.

■ Aloísio Vanderlei Fornazier

- Nasceu no dia 22 de fevereiro de 1959 em Matilde, Alfredo Chaves.
- Filho de Hermegildo Fornazier e Anarci Stefanon Fornazier.
- Estudou no colégio Pio XII e na Escola Estadual Camila Motta, completando o 2º grau. Trabalha como comerciante. Dirigiu o time de futebol de Iiritimirim, do qual também foi jogador. O time foi campeão municipal em 1997. Trabalha como comerciante e reside na sede.
- Foi eleito para o mandato de 1989 a 1992, pelo PDT. Atuou como 2º secretário no exercício de 1989 e 1990.



Fonte: Aloísio Vanderlei Fornazier.

■ André Sartori

- Nasceu no dia 24 de novembro de 1952 em Nova Mântua, Alfredo Chaves.
- Filho de Venâncio Sartori e Linda Pessin Sartori.
- Estudou até a 4ª série primária em Nova Mântua. Quando jovem trabalhou como agricultor. Casou-se com Maria de Fátima de Paula e teve os filhos Fred Antônio, André Victor, Carlos Eduardo e Roseane. No início dos anos 70, mudou com a família de Nova Mântua para a sede de Alfredo Chaves onde é proprietário de uma oficina mecânica.
- Foi eleito vereador para o mandato de 1993 a 1996, pelo PDT, e atuou como presidente no biênio de 1993 e 1994. Reelegeu-se para o período de 1997 a 2000, pelo PMDB. No período de 2001 a 2004, foi vice-prefeito de Alfredo Chaves, pelo PMDB, durante o mandato de Ruzerte Gaigher. No exercício de 2005 e 2008, elegeu-se vereador pelo PPS. Foi 2º vice-presidente no biênio 2007 e 2008. Na eleição de outubro de 2008 foi eleito pela quarta vez com 580 votos, pelo PPS, para o mandato de 2009 a 2012, sendo 2º vice-presidente no exercício de 2009 e 2010. Foi reeleito para o mandato de 2013 a 2016.



Fonte: André Sartori.

■ Angelo Arpini

- Nasceu no dia 03 de outubro de 1967 em Rio Veado, Alfredo Chaves.
- Filho de Lauro Arpini e Maria José Maioli Arpini.
- Estudou até a 4ª série do primário, na escola de Rio Veado. Em 1994, casou-se com Sandra Aparecida Mantovanelli e teve as filhas Valéria e Rayssa. Fez parte do Conselho Fiscal do Sindicato dos Trabalhadores, por quatro anos, na década de 90.
- Foi eleito vereador suplente para o mandato de 2005 a 2008, pelo PSB, com 178 votos. Quando o vereador Darcy Escandian foi convidado a ocupar a Secretaria Municipal de Obras, assumiu o cargo, permanecendo de 31 de maio de 2007 a 04 de abril de 2008.
- Conquistou nova suplência em 2012.



Fonte: Angelo Arpini.

■ Angelo Pilon

- Filho de Stanislau Pilon e Judith Dalarme.
- Casou-se com Maria Bragatto e teve os filhos Pompeu, Aristides, Amélio, Brasilito, Stanislau, Amélia e Darli. Foi ortopedista prático. Manteve comércio e uma pequena padaria em Iiritimirim.
- Foi eleito vereador para o mandato de 1947 a 1950.



Fontes: Arquivo da Prefeitura de Alfredo Chaves; Osete Pilon (neta).

■ Antônio Carlos Thomazine

- Nasceu em 13 de junho de 1966 em Boa Vista, Alfredo Chaves.
- Filho de Ângelo Thomazine e Ezita Marconi Thomazine.
- Estudou o primário em Quarto Território e concluiu o Ensino Fundamental na sede do município. Trabalhou como agricultor. Com 22 anos mudou-se de Quarto Território para a sede. Casou-se com Marília Bonna Bonadiman e teve as filhas Luisa e Larissa.



- Foi eleito vereador para o mandato de 1993 a 1996, pelo PTB, que integrava a Coligação Frente Libertadora Popular, com 171 votos. Apresentou projeto para implantação de telefone no Quarto Território e Sagrada Família.

Fonte: Antônio Carlos Thomazine.

■ Antônio Cláudio Bissoli

- Nasceu no dia 21 de fevereiro de 1946 em Sagrada Família, Alfredo Chaves.
- Filho de Jerônimo Bissoli e Maria Cavati Bissoli.
- Fez o ginásio no Colégio Salesiano de Jaciguá e o 2º grau no Colégio Estadual de Vitória e no Colégio Salesiano, também da capital. Casou-se com Elza Maria Guerini. É pai da Mariana, Guilherme e Isabela. Fez concurso público e foi aprovado para o cargo de escriturário e datilógrafo, trabalhou como assistente legislativo e atuou como assessor de bancada e assistente administrativo, agregado ao cargo de diretor, na Câmara Municipal de Vitória. Trabalhou em cargo comissionado de 1971 e 1998, quando se aposentou.
- Elegeu-se vereador nos mandatos de 1997 a 2000 e 2001 a 2004. No mandato de 1997 a 2000, foi presidente da Câmara e, em seguida, 1º secretário. Era do PMDB, mas, na metade do segundo mandato, mudou para a oposição, no PP. A Casa de Leis do município adquiriu independência financeira durante a sua presidência. Antes, o Executivo fazia todos os pagamentos do Legislativo. Foi vice do prefeito Fernando Videira Lafayette, eleito para o mandato de 2009 a 2012, pelo PP, da Coligação Seriedade e Trabalho.



Fonte: Antônio Cláudio Bissoli.

■ Antônio Cláudio Gaigher

- Nasceu no dia 22 de outubro de 1932 em Alfredo Chaves.
- Filho de José Gaigher e Maria Zerboni Gaigher.
- cursou o Ensino Fundamental em Alfredo Chaves. Casou-se com Karina Sabbagh e teve os filhos Maria Auxiliadora, Antônio Cláudio, Ana Karina e Maria Angélica. Dedicou-se à lavoura até os 20 anos de idade e passou a dedicar-se à fabricação e venda de jóias e à profissão de dentista. Foi servidor da Justiça,



atuando nos cartórios de 2º e 3º Ofício de Notas de Alfredo Chaves. Aposentou-se no cargo de escrivão.

- Foi eleito vereador para o mandato de 1977 a 1982, com 373 votos, pela Arena. Entre suas metas tinha como prioridade a implantação e melhoramento de estradas e pontes, e também a instalação de torre de retransmissão de TV na Pedra do Gururu.
- Faleceu no dia 26 de março de 1996 e foi sepultado em Alfredo Chaves.

Fontes: Livro “Forças Vivas da Nação – 1978”, p. 57; Antônio Cláudio Gaigher (filho).

■ Antônio de Almeida

- Nasceu em 15 de abril de 1934 em Alfredo Chaves.
- Filho de Antônio Firmiano de Almeida e Eulindina Louzada.
- Fez o Ensino Fundamental na sede de Alfredo Chaves. Em 1954, serviu às Forças Armadas no 3º BC (atualmente 38º BI), em Vila Velha, por dez meses. Casou-se com Celina Maria Peruggia e teve os filhos Lúcio, Antônio, Lenilson e Lorena. Foi jogador e presidente do Esporte Clube de Alfredo Chaves por três mandatos, na década de 70. Trabalhou como comerciário em Alfredo Chaves de 1948 a 1960, com exceção do período do serviço militar. No período de março de 1962 a março de 1993, trabalhou como Oficial de Justiça do Estado, em Alfredo Chaves, licenciando-se quando foi vice-prefeito.
- Filiou-se à Arena e foi eleito vice-prefeito com 2.076 votos para o mandato de 1977 a 1982. Empenhou-se em providenciar obras como calçamento de ruas periféricas, eletrificação rural, estradas vicinais e pontes.



Fonte: Antônio de Almeida.

■ Antonio Domingos Almonfrey

- Nasceu no dia 27 de julho de 1937 em Alfredo Chaves.
- Filho de Efren Antonio Almonfrey e Carmelia Sartori Almonfrey.
- Estudou até a 1ª série do ensino primário na Escola de Assunta, no Distrito de Ibitiruí. Casou-se com Marta Maria Benincá e teve os filhos Francisco Claudemiro, Roque An-



tonio, Geraldo José e Ernesta. Por alguns anos foi pedreiro em Alfredo Chaves, Vitória, Serra, Vila Velha, Piúma e Guarapari. Reside em Ibitiruí.

- Foi eleito vereador para o mandato de 1989 a 1992 pelo PTB, com 158 votos. Reelegeu-se para o mandato de 1993 a 1996, com 191 votos, pela Coligação Frente Libertadora Popular. Foi eleito pela terceira vez consecutiva com 289 votos, pelo PSDB, para o mandato de 1997 a 2000. Para o mandato de 2001 a 2004, foi eleito com 352 votos, também pelo PSDB. Na construção da ponte do Gavião, enquanto era vereador, trabalhou como voluntário. Apresentou projeto de construção da Praça de Ibitiruí.

Fonte: Antonio Domingos Almonfrey.

■ Antônio Mariano

- Nasceu no dia 15 de dezembro de 1934 em Ribeirão de Santo Antonio, Alfredo Chaves.
- Filho de Joaquim Mariano e Macrina Perin. Estudou até a 4ª série nas escolas de Ribeirão de Santo Antônio e Batatal. Foi um dos primeiros agricultores a fazer plantio comercial de banana em Alfredo Chaves. Casou-se com Martha Basseto e teve os filhos Maria da Penha, Nilton Santo, Macrina Carmen, Santa Martha, Marcia e Tulio. Morou um ano no Rio de Janeiro, onde fundou na Ceasa uma firma de compra e venda de banana, a União dos Bananicultores do ES. Em Alfredo Chaves, tinha a empresa Banana Capixaba. Participou de movimentos a favor dos produtores de banana, com a qual trabalhou quase 40 anos, na produção e no comércio.
- Foi eleito vereador para o mandato de 1971 a 1972, pela Arena, com 262 votos, e no último ano da legislatura foi vice-presidente da Câmara. Reelegeu-se para o mandato de 1973 a 1976 com 345 votos, também pela Arena. Atuou como 2º secretário no período de 1973 e 1974. Mais tarde mudou-se para o PMDB. Quando vereador, abriu estradas por conta própria, como a ligação de Batatal com Ribeirão de Santo Antônio. Ajudou também os produtores de banana passando informações e reivindicando a redução do ICMS.
- Faleceu em 12 de novembro de 2011 e foi sepultado em São Francisco de Batatal, Alfredo Chaves.



Fonte: Antônio Mariano e Santa Martha Mariano.

■ Antônio Moreschi Sobrinho

- Nasceu no dia 28 de novembro de 1949 em Cachoeira Alta, Alfredo Chaves.
- Filho de Filadelfo Moreschi e Palmira Daniel Moreschi.
- Estudou até a 4ª série na escola de Cachoeira Alta e na Escola Estadual Camila Motta, na sede do município. Casou-se com Nair Romão Farias e teve os filhos Maria José, Cintia Carla, Olacir Antonio, Filadelfo e Isabel Aparecida. Por 20 anos atuou na Igreja Católica de Caco do Pote, dos quais 12 anos como coordenador. Foi um dos fundadores do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. No Mepes foi do Conselho Fiscal e é conselheiro da Associação dos Produtores Rurais do Vale do Benevente (Aprovab). Reside em Caco do Pote e trabalha com agropecuária.
- Foi eleito suplente de vereador, pelo PDT, como candidato da Coligação Alfredo Chaves Livre, com 238 votos, para o mandato de 2001 a 2004. Quando o vereador Ronaldo Bianchi se licenciou para ocupar a Secretaria de Esportes, Moreschi assumiu o cargo no período de 15 de outubro de 2001 a 15 de outubro de 2002. Fez parte da comissão que redigiu a Lei Orgânica do município.



Fonte: Antônio Moreschi Sobrinho.

■ Antônio Negreiros Neto

- Nasceu no dia 15 de março de 1931 em Conceição da Barra (ES).
- Filho de Antônio Negreiros Júnior e Rosa Angélica de Negreiros.
- Na década de 40, formou-se na segunda turma de odontologia da UFES. No dia 12 de abril de 1957, mudou-se para Alfredo Chaves ao assumir o cargo de cirurgião-dentista no Posto de Saúde do município, contratado pelo Estado. Na década de 60, trabalhou também como dentista concursado na Prefeitura de Anchieta. Em 1966, formou-se em Direito e passou a atuar como advogado. Foi defensor público na Comarca de Alfredo Chaves. Foi um dos fundadores da Associação Cultural de Alfredo Chaves, diretor do Ginásio Pio XII, professor de francês durante nove anos e diretor do Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) em Alfredo Chaves, na década de 70.
- Em 1989 foi eleito vereador, atuando como 1º secretário no período de 89 e 90. Em 91 e 92 foi presidente da Câmara Municipal. Participou da elaboração da primeira Lei Orgânica do município. Como presidente, aprovou a Constituição Municipal. Participou da elaboração do Regimento Interno também



em 1990. Assumiu o cargo de assessor legislativo em dezembro de 1993 e, em 2005, a Procuradoria da Câmara, onde trabalhou até 2010.

- Recebeu o título de Cidadão Alfredense.

Fonte: Antônio Negreiros Neto.

■ Antônio Pereira Lima

- Nasceu no dia 13 de junho de 1887.
- Foi prefeito de Vitória no período de 1920 a 1924, por nomeação do presidente do Estado, Nestor Gomes. Nessa época, morou na antiga Capitania dos Portos do Espírito Santo, hoje Casa Porto das Artes Plásticas. Em 1915 e 1916 ocupou o cargo de promotor de Justiça em Cachoeiro de Itapemirim.
- Foi vereador em Alfredo Chaves no final da década de 20 e início dos anos 30. Quando foi presidente da Câmara em 1929 e 1930, chegou a exercer o cargo de prefeito. Ocupou o cargo de procurador-geral de Justiça de 1946 a 1947 e em 1955. Também exerceu a advocacia no município. Foi tabelião interino do Cartório do 3º Ofício da Comarca em 1948, 1949 e 1953.



Fontes: Memorial do Ministério Público do Espírito Santo (MPES); Arquivo da Prefeitura de Alfredo Chaves.

■ Antônio Valdir Gobbi Buback

- Nasceu no dia 14 de outubro de 1948 em Todos os Santos, Guarapari (ES).
- Filho de Basílio Buback e Helvécia Gobbi Buback.
- Aos 20 anos concluiu o ginásio em Marechal Floriano. Foi casado com Tereza Sgulmaro e teve os filhos Andrezza, Andrelly e Andretty. No segundo relacionamento, com Norma Maria Timóteo, teve o filho Basílio Augusto. Atuou como membro do Congresso Geral do Povo Alfredense representando o Distrito de Ribeirão do Cristo, em 1984. Foi o primeiro coordenador eleito da igreja do povoado de Aparecida, ocupando o cargo de 1980 a 1990.
- Foi suplente de vereador pelo PMDB no mandato de 1983 a 1988, com 172 votos, eleição em que a legenda do partido atingiu 2.379 votos. Foi eleito vereador para o mandato de 1989 a 1992, pelo PMDB, com 164 votos, alcançando



a legenda do partido 3.439 votos. Foi reeleito para o exercício de 1993 a 1996 pelo PDT (Coligação Frente Alfredense) com 181 votos. Recebeu Diploma de Mérito Partidário do PMDB, participou da Elaboração da Lei Orgânica do Município e do Debate Nacional de Vereadores, Prefeitos e Vice-prefeitos no Centro de Convenções de Brasília, de 23 a 25 de abril de 1991. Como vereador, apresentou projetos para implantação de postos telefônicos; abertura de estradas e disponibilização de máquinas para a comunidade e iluminação para toda a região de Ribeirão do Cristo. Empenhou-se na construção da Escola de Ensino Fundamental de Aparecida, onde é agricultor, e na criação do transporte escolar na região.

Fonte: Antônio Valdir Gobbi Buback.

■ Arnaldo Ferreira Rangel

- Nasceu no dia 01 de setembro de 1928 em Alfredo Chaves.
- Filho de Aníbal Ferreira Rangel e Maria do Nascimento Rangel.
- Estudou o primário na Escola Unidocente de Caco do Pote. Fez o ginásio e o segundo grau no Colégio Pio XII, na sede de Alfredo Chaves. Casou-se com Flávia Gaigher e teve os filhos Luiz Carlos, Carlos Alberto, Carlos Augusto e Carlos Otávio. Jogou no Esporte Clube de Alfredo Chaves. Na década de 60, trabalhou como operário na Secretaria de Obras de Alfredo Chaves.
- Foi eleito vereador para o mandato de 1971 a 1972, pela Arena. Nesses dois anos, foi presidente da Câmara Municipal.
- Foi aprovado em concurso da Secretaria Estadual de Saúde e ocupou a função em Alfredo Chaves; aprovado em concurso para a Secretaria da Fazenda de Guarapari, em 1976, deixou a função anterior. Em 1990, recebeu o título de Alfredense Ausente. Trabalhou como auditor fiscal do Estado e aposentou-se no cargo.
- Faleceu em 5 de janeiro de 2010 e foi sepultado em Guarapari.



Fonte: Luiz Carlos Ferreira Rangel (filho).

■ Arthur Orlandi

- Nasceu no dia 10 de dezembro de 1913 em Barra de São João, Alfredo Chaves.
- Filho dos imigrantes italianos Giovanni Orlandi e Carolina Milanezzi.
- Estudou até a 4ª série do curso primário na Escola Singular de São Sebastião, Alfredo Chaves. Aos 18 anos prestou serviço militar na Linha de Tiro em Alfredo Chaves e no Rio de Janeiro. Em 1938 casou-se com Durvelina Magnago e teve os filhos Marly Dierlene, Luiz Carlos, Dalmoacyr João, Ednys Antônio, Marlene, Roberto Paulo, José Almir, Maria Madalena, Maristela, Ormy e Salute. Arthur tocava harmônio e cantava no coro durante as missas ainda celebradas em latim na igreja católica de São Sebastião, onde atuou como coordenador. Participou da Comissão da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, na sede do município. Foi agricultor e comerciante em São Sebastião. Aprendeu com o pai a profissão de sapateiro. Em Alfredo Chaves, foi vice-presidente da Associação Cultural.
- Atuou como vereador em cinco mandatos: 1947 a 1950; 1951 a 1954; 1955 a 1958; 1959 a 1962 e 1963 a 1966. Em 1947, foi secretário da mesa diretora. Em 1956, ocupou o cargo de 2º secretário e 1º secretário em 1957. Foi vice-presidente da Câmara em 1958 e presidente em 1959 e 1960. Com a extinção dos partidos em 1964 passou do PSD para a Arena.
- Faleceu no dia 10 de agosto de 2003, sendo sepultado em São Sebastião.



Fonte: Ednys Orlandi (filho).

■ Augustinho José Bonella

- Nasceu no dia 02 de agosto de 1911 em Nova Mântua, Alfredo Chaves.
- Filho de Adolpho Bonella e Vergínia Belique.
- Casou-se com Cecília Paganini e teve os filhos Nicolau, João, Darcy, Rosa, Dolores, Laurita e Alcides. Ficou viúvo e casou-se com Abigail Salles, que também veio a falecer. Casou-se novamente. A terceira esposa, Valentina Gaburro, já tinha um filho do casamento anterior, Danilo Cavalini. Com ela, Augusto teve mais nove filhos: José Antônio, Maria Pauma, Bernardino Adolpho, Roberto Luiz, Paulo Sérgio, Eliza, Cecília, Irenes e Maria Auxiliadora. Tinha uma ferraria e fazia ferramentas para utilizar na lavoura. Atuou como juiz de paz em Alfredo Chaves e aposentou-se nessa função.



- Foi eleito vereador pelo PSD para o mandato de 1955 a 1958, como suplente, e 1959 a 1962. Em 1959, foi vice-presidente da Câmara.
- Faleceu em 16 de janeiro de 2002, sendo sepultado em Nova Mântua.

Fontes: Maria Pauma Bonella (filha); Arquivo da Câmara Municipal de Alfredo Chaves.

■ **Brasilito Pilon**

- Nasceu no dia 07 de agosto de 1921 em São Marcos, Alfredo Chaves.
- Filho de Angelo Pilon, que também foi vereador, e Maria Bragatto Pilon.
- Estudou até a 4ª série na Escola Estadual Singular de Iiritimirim. Casou-se com Maria Savignon e teve os filhos Osete, Fabrício, Arlete Judith e Marisete. Foi juiz de paz, ortopedista prático conceituado em Alfredo Chaves e municípios vizinhos, tendo aprendido o ofício com o pai. Foi fundador do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alfredo Chaves, em 1972, e seu presidente de 1973 a 1989. Dirigiu um coral de canções italianas em Alfredo Chaves. Participou dos tradicionais festivais de música italiana no Estado, nas décadas de 70 e 80, e ganhou troféus. Na Festa da Banana e do Leite de 2008, foi homenageado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais.
- Elegeu-se vereador pela Arena para o mandato de 1967 a 1970. Em 2009, o Plenário da Câmara Municipal de Alfredo Chaves recebeu o nome de Brasilito Pilon. Uma rua do bairro Araponga tem seu nome.
- Faleceu em 15 de agosto de 1990, sendo sepultado em Iiritimirim, Alfredo Chaves.



Fonte: Osete Pilon (filha).

■ **Carlos Alberto Costa**

- Nasceu no dia 10 de maio de 1960 em Sagrada Família, Alfredo Chaves.
- Filho de Dionilo Isaías Costa, que também foi vereador, e Maria Auxíliia Gaigher.
- Estudou até a 8ª série em Sagrada Família, onde sempre residiu. Casou-se com Maria Nasaré Nosso e teve os filhos Douglas e Luiza. Trabalhou como agricultor. É diretor de esporte da Associação



ção Comunitária de Sagrada Família. Na década de 80, foi vice-presidente. Jogou durante 20 anos no Sagrada Família Futebol Clube.

- Foi eleito vereador pelo PTB, com 216 votos, para o mandato de 1989 a 1992. Foi 1º secretário da Câmara Municipal no biênio de 1991 a 1992. Como vereador, empenhou-se no desenvolvimento do esporte no município.

Fonte: *Carlos Alberto Costa*.

■ Carlos Tobias (Jamaia)

- Nasceu no dia 19 de novembro de 1910.
- Filho do imigrante Salomão (Salim) Tobias e de Celina Tobias, de origem síria.
- Estudou até a 4ª série do primário, na sede de Alfredo Chaves. Casou-se em 1947 com Gumercinda dos Santos e teve os filhos José Carlos, Celina, Jair, Osneia, Jones, Osmir, Osmar e Osnério.
- Filiou-se à Arena e, com a extinção desse partido, ingressou no PDS. Foi eleito suplente de vereador para o mandato de 1963 a 1966. Assumiu o cargo de vereador no último ano. Elegeu-se para o mandato de 1967 a 1970. Atuou como presidente da Câmara durante todo o mandato.
- Trabalhou como contador prático, comerciante e servidor municipal. Teve o primeiro posto de gasolina do município. Aposentou-se como comerciante.
- Faleceu no dia 27 de novembro de 1983, em Alfredo Chaves.



Fontes: *Celina e Jair Tobias (filhos)*.

■ Carlos Soares Pinto

- Foi prefeito de Alfredo Chaves no período de 1929 a 1930 e em 1945 e 1946, e presidente da Câmara de Alfredo Chaves no final dos anos 20 e na década de 30.
- Foi sócio solidário e gerente da firma Pinto Júnior & Irmão.
- O time Alfredense Futebol Clube foi fundado em 15 de agosto de 1910 por ele. Foi o primeiro time de futebol do interior do Estado. Em sua homenagem, o estádio da sede de Alfredo Chaves recebeu o nome de Carlos Soares Pinto. Na sede do município, também há uma rua com o seu nome. Foi comerciante.



Fonte: *www.alfredochaves.es.gov.br*

■ Celso Nazário de Paula

- Nasceu no dia 23 de julho de 1869 em Muriaé (MG).
- Filho de João Serapião de Paula e Venância Maria Natividade de Paula.
- Aos sete anos mudou-se com a família para Alto Joeba. Em 1884, ficou órfão e passou a residir com a avó materna (Maria Rita Orelík). Em 1888, com o falecimento da avó e por ser o filho mais velho, assumiu os irmãos. Em 1891, casou-se com Jovita Rangel Alvarenga. Em 1892, ficou viúvo. Em 1900, casou-se com Amélia Foratini Gaigher e teve os filhos Zélia, Alcides, Delmar, Nestor, Naides, Darcy, Ormy, Dely, Lenoir e Hedó.
- Foi vereador e prefeito em Anchieta. Em Alfredo Chaves, foi eleito juiz distrital por voto popular. Em 1918, recebeu o título de capitão nº 125, concedido pelo diretor de Segurança Pública do ES. Em 1918, foi nomeado Delegado da Polícia de Anchieta. Em 1923, passou a ser sócio do Centro Espírita Henrique José de Melo, em Vitória. Foi vereador no final da década de 20 e início dos anos 30 em Alfredo Chaves.
- Faleceu em 20 de janeiro de 1945, em Vitória, sendo sepultado em Alfredo Chaves.

Fonte: *Erta de Paula Gaigher*.

■ Charles Gaigher

- Nasceu no dia 02 de junho de 1966 em Alfredo Chaves.
- Filho de Osvaldo Gaigher e Bernardete Gaigher.
- Estudou o 1º grau na Escola Pio XII e o 2º grau na Escola Estadual Camila Motta, na sede de Alfredo Chaves. Trabalhou como motorista e caixa na Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves (CLAC), no período de 1983 a 1986. Atuou como atleta profissional de futebol, durante 10 anos, no Espírito Santo e outros estados. Jogou em Cachoeiro de Itapemirim, Vitória (Rio Branco e Desportiva), Linhares, Bahia e Santa Catarina. Casou-se com Rogéria Fiorin e teve o filho Charles. Também é pai do Túlio. Foi aprovado no concurso da Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves e trabalhou como motorista, no período de 1998 a 2004. Mudou-se da sede para Ibitiruí, em 2003, para trabalhar com agricultura e pecuária. Em 2004 e 2005, foi presidente do time de futebol de Ibitiruí, o Estrela de Ouro Futebol Clube.
- Em 2008 foi eleito com 577 votos, pelo PSB, para o mandato de 2009 a 2012. Ficou em quarto lugar geral e em primeiro no seu partido. Em 2012, foi eleito para o mandato de 2013 a 2016.



Fonte: *Charles Gaigher*.

■ Clarindo Grillo

- Nasceu no dia 11 de novembro de 1924 em Carolina, Alfredo Chaves.
- Filho dos imigrantes italianos Constante Grillo e Páscoa Dardengo Grillo.
- Estudou até a 2ª série em Carolina. Casou-se com Paulina Colodetti e teve os filhos Luiz Alberto, Marilene, Tânia Maria, Antônio Isaías, Sandra, Cristiano, Luciano e Márcio. Paulina faleceu em 22 de novembro de 1987. Em 1993, Clarindo casou-se com Maria Aparecida Canal com quem teve os filhos Alana e Mateus Clarindo. Trabalhou como agricultor. Era responsável pela “caixa de cobra”: recebia doses de soro do Instituto Butantã e o aplicava em quem era picado. Ganhou o título de Produtor Modelo, em 08 de dezembro de 1981, pelo seu empenho no setor agropecuário (Prêmio Produtividade Rural do Ministério da Agricultura / INCRA). Foi vice-presidente do Hospital e Maternidade Sant’Ana.
- Foi eleito vereador pela Arena, com 204 votos, para o mandato de 1967 a 1970. No mandato de 1977 a 1982 foi suplente com 315 votos e chegou a ser titular. Participou de todas as convenções arenistas de Alfredo Chaves e Vitória, sendo inclusive membro do Diretório do partido. Ganhou uma placa de reconhecimento pelas relevantes contribuições para o desenvolvimento do município, em 2006.
- Faleceu no dia 22 de julho de 2009, em Alfredo Chaves.



Fonte: Maria Aparecida (esposa).

■ Cleomir Gobbi Buback

- Nasceu no dia 14 de abril de 1950 em Todos os Santos, Guarapari (ES).
- Filho de Basílio Buback e Helvécia Gobbi Buback.
- Estudou até a 4ª série em Ribeirão do Cristo e Aparecida. Fez a 5ª série em Marechal Floriano. Casou-se com Célia Maria Stein e teve os filhos Cleocelio, Cleberson, Celiane e Celene. Foi um dos fundadores do Aparecidense Futebol Clube, em 1972, registrado em 1973. Há 40 anos faz parte da comissão da igreja católica de Aparecida, participando da organização de eventos. Foi um dos fundadores da Associação de Moradores de Ribeirão do Cristo, a Soprovale, no início dos anos 90.
- No primeiro mandato de vereador, de 1993 a 1996, foi eleito pelo PTB. Em 1995, mudou para o PSDB. Foi eleito para o mandato de 1997 a 2000. Em



Aparecida, por indicação sua, foi ampliado o colégio, implantado posto de saúde e construída ponte de cimento de acesso à localidade.

Fonte: Cleomir Gobbi Buback.

■ Colombo Guardia

- Filho de Francisco Marrero Guardia (espanhol) e Graça Braga (portuguesa).
- Casou-se com Rosalina Silva em 19 de fevereiro de 1919, em São João, Alfredo Chaves. Teve os filhos Clóvis, Colombo, Lolita, Trinidad, Moacir, Mozart, Clarita, Consuelo, Eloy, Cid e Suly. Foi professor de Música no Colégio do Carmo e regeu a Orquestra Filarmônica do Teatro Carlos Gomes, em Vitória. Manteve uma sala de cinema em Alfredo Chaves, onde também regeu o coro da igreja de Nossa Senhora da Conceição, no qual tocava violino. Foi proprietário de uma fábrica de tamancos em Alfredo Chaves e construiu a primeira hidrelétrica.
- Foi prefeito em 1914, 1918 e 1919. Exerceu três mandatos de deputado estadual, iniciados em 1919, 1922 e 1925, quando os mandatos eram trienais. Nessa época, quando também foi vereador, por curtos períodos licenciou-se para dirigir a Câmara e a Prefeitura Municipal em substituição ao titular. Em 1920, 1921 e 1924 foi 1º secretário da Assembleia Legislativa, e 2º secretário em 1922. Em 1924 presidiu a Junta Militar do município.
- Faleceu em Alfredo Chaves.



Fontes: Clésia Guardia (neta); Arquivo da Prefeitura de Alfredo Chaves.

■ Constantino De Nadai

- Nasceu no dia 12 de maio de 1914 em Piripitinga, no Vale do Batatal, Alfredo Chaves.
- Filho dos imigrantes italianos Pietro De Nadai e Regina Milaneze.
- Casou-se com Vitória Fornazier e teve os filhos Pedro Antônio, Angela Maria e Regina Celi. Em Batatal, trabalhou como agricultor, fabricante de móveis e teve uma indústria de aguardente. Em 1945, comprou uma casa de comércio da família Brambati, na sede de Alfredo Chaves. Mudou-se para a sede e montou, atrás do comércio, uma oficina me-



cânica. Fez parte da comissão da igreja de Santana, em Batatal, assim como da igreja Nossa Senhora da Conceição, na sede de Alfredo Chaves.

- Foi vereador pelo PSD de 1955 a 1958. Nesse ano exerceu a presidência da Câmara. Foi suplente de 1959 a 1962 e 1963 a 1966. Em setembro de 1965, assumiu o cargo de vereador no lugar de Dionilo Isaías Costa, que se licenciou por 120 dias. Foi eleito vereador pela Arena (facção 1), com 174 votos, para o mandato de 1967 a 1970.
- Faleceu em setembro de 2004 e foi sepultado em S. Francisco do Batatal.

Fonte: Pedro De Nadai (filho).

■ Darci Escandian

- Nasceu no dia 20 de agosto de 1955 em Boa Vista, Alfredo Chaves.
- Filho de João Escandian e Magnólia Bertoldi Escandian.
- Estudou até o 2º ano do segundo grau na Escola Pio XII, em Alfredo Chaves. Casou-se com Lusía Cetto e teve os filhos Diógenes, Darlene e Diandria. Há 16 anos, atua como coordenador da Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição, na sede de Alfredo Chaves, onde reside.
- Nas eleições de outubro de 2004, foi eleito com 485 votos pelo PSB, para o mandato de 2005 a 2008. Em março de 2005, afastou-se da Câmara de Vereadores para atuar como secretário de Obras. Retornou à Câmara seis meses antes da eleição de 2008. Na eleição de outubro de 2008, foi reeleito com 398 votos. Foi 1º secretário da Casa de Leis em 2009 e 2010.



Fonte: Darci Escandian.

■ Darcy de Paula Gaigher

- Nasceu no dia 20 de março de 1915 em Joeba, município de Anchieta (ES).
- Filho de Celso Nazário de Paula e Amélia Foratini Gaigher.
- Seus pais foram morar em Rosa Seca, (MG), mas regressaram e passaram a residir em Cachoeirinha. Em Minas, Darcy trabalhou como tropeiro, pedreiro e garimpeiro. Construía fogão de lenha nas casas das famílias. Também foi agricultor. Restaurava imagens em gesso.



- Casou-se com Gilda de Paula Gaigher em abril de 1940, em Caco do Pote, e teve os filhos Lucerna, Rusten, Celso Ruiter, Erta, Rusiane e Ruzerte.
- Em 29 de setembro de 1943 foi nomeado primeiro suplente de Delegado de Polícia de Alfredo Chaves. Aprovado em concurso público, foi agrimensor e Delegado de Terras na Zona Contestada do Espírito Santo. Fez o traçado das ruas da cidade de Pinheiros. Como homenagem, uma tem seu nome. Pertenceu à diretoria da Federação da Agricultura do Espírito Santo. Foi sócio-fundador da Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves (CLAC) e do Sindicato Rural Patronal de Alfredo Chaves, do qual também fez parte da diretoria. Fundou o Ginásio Pio XII, a Escola Normal Pio XII, a Escola Técnica de Contabilidade e a entidade mantenedora, a Associação Cultural de Alfredo Chaves, em março de 1959, e foi seu presidente por 27 anos. Instalou anexos da instituição nos distritos de Alfredo Chaves (com exceção de São João) e nos municípios de Marechal Floriano, Anchieta e Guarapari. Entre 1950 e 1954, esteve várias vezes em Conceição da Barra enviado pelo governador Jones dos Santos Neves para resolver questões fundiárias.
- Foi eleito deputado estadual em 1961 e durante o mandato empenhou-se pela criação do Município de Piúma. Em 1970, foi eleito prefeito de Alfredo Chaves para o mandato de 1971 a 1972. Criou a bandeira do município e a tradicional Festa da Banana e do Leite de Alfredo Chaves. Construiu chafariz atrás do morro da Macrina, abriu ruas no bairro e ampliou a rede de esgoto da sede. Desapropriou terreno no bairro Ouro Branco e doou lotes estabelecendo prazo para o beneficiado construir casa. Em 1985, recebeu o Título de Cidadão Alfredense e, em 25 de outubro de 1986, a medalha do Sesquicentenário do Poder Legislativo do Espírito Santo. A principal via do bairro Cachoeirinha chama-se Avenida Darcy de Paula Gaigher.
- Faleceu no dia 15 de maio de 1987, em Alfredo Chaves.

Fontes: Livro “Heróis das Montanhas”, p. 152 a 155; Erta de Paula Gaigher (filha).

■ Dionilo Isaías Costa

- Nasceu no dia 20 de agosto de 1911 em Sagrada Família, Alfredo Chaves.
- Filho de Lourenço Costa e Teresa Boina Costa.
- Estudou no colégio marista de Mendes, no Rio de Janeiro. Casou-se com Maria Auxilia Gaigher e teve os filhos Luiz, Diógenes, Clóvis, Maria José, Inês, Célia, Zelinda, Tereza, Maria do Carmo, Carlos Alberto e Gilberto. Trabalhou como lavrador e fez parte do Corpo de Jurados do município. Em Sagrada Família, foi líder comunitário e educador religioso, por mais de 40 anos.

- Foi eleito vereador pelo PSD para os mandatos de 1959 a 1962 e 1963 a 1966, neste último com 131 votos. Em 1966, a seu pedido, o distrito de Sagrada Família recebeu o Serviço de Abastecimento de Água. A Creche Infância Feliz de Sagrada Família recebeu o seu nome, em 1991.
- Faleceu no dia 13 de fevereiro de 1990, sendo sepultado em Sagrada Família.

Fontes: Carlos Alberto Costa (filho); Livro “Rememranças da Nomina”.

■ Domingos Grillo

- Nasceu no dia 28 de abril de 1912 em Carolina, Alfredo Chaves.
- Filho dos imigrantes italianos Constante Grillo e Páscoa Dardengo Grillo.
- Estudou em Carolina e no Colégio Salesiano Santa Rosa, em Niterói (RJ). Casou-se com Lídia Dalto e teve os filhos Ebert, Everton, Everdien, Eduard, Hertz, Einstein, Constante, Ede, Elizabeth, Irani e Maria José. Foi agricultor, construtor, funcionário do Estado e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alfredo Chaves. Teve uma oficina de móveis. Foi responsável pela “caixa de cobra” na sua comunidade. Fez parte do Corpo de Jurados da Comarca de Alfredo Chaves.
- Foi vereador no mandato de 1947 a 1950.
- Faleceu no dia 22 de janeiro de 2001, sendo sepultado em Carolina.



Fontes: Constante Grillo (filho) e Vanessa Grillo (neta).

■ Domingos Laurindo Cola

- Nasceu no dia 24 de abril de 1937 em Matilde, Alfredo Chaves.
- Filho de Angelo Cola e Tereza Maria Fiorino Cola.
- Estudou até o 4º ano primário no Grupo Escolar de Matilde. No primeiro casamento, com Rosa Dalvi, teve os filhos Jefferson Antônio, Roberto Vanderlei e Cinthia Aparecida. No segundo casamento, com Cleuseli Ferreira Sedano, teve as filhas Raissa e Brenna. Em 1982, recebeu o troféu de maior produtor de bananas do municí-



pio. Criou gado leiteiro, produziu banana e café. Foi membro da diretoria do Sindicato Patronal de Alfredo Chaves e presidente da Associação de Desenvolvimento do Município de Alfredo Chaves de 1985 a 1990.

- Em 15 de novembro de 1982, foi eleito suplente de vereador com 245 votos, pelo PMDB, para o mandato de 1983 a 1988. De 1989 a 1992 foi suplente. Reside em Carolina.

Fonte: *Domingos Laurindo Cola*.

■ Domingos Provedel

- Nasceu no dia 23 de agosto de 1900.
- Filho de Sante Provedel e Joana Altoé.
- Em Matilde, foi aluno de Francisco Casagrande, que dava aulas em italiano. Em 1912, foi com o pai e um irmão para a Itália, onde estudou por dois anos em colégio interno na cidade de Pordenone, no Vêneto, retornando a Alfredo Chaves. Em 1922, casou-se com Elvira Cuman e teve os filhos Sante, Hilton, Antônio e José Carlos. Em 1921, seu pai abriu em Duas Pontes uma filial de sua casa de comércio. Em 1936, mudou-se para Matilde. Morou um período em Vitória.
- Atuou como vereador de Alfredo Chaves na década de 30.
- Faleceu no dia 26 de maio de 1983.



Fonte: *Livro "Heróis das Montanhas"*, p. 126 a 128.

■ Douglas Puppim

- Nasceu em Ribeirão do Cristo, Alfredo Chaves.
- Filho de Fiorino Puppim e Olívia De Nadai.
- Formou-se na Escola Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, e especializou-se em dermatologia. Foi professor do Centro Biomédico da Universidade Federal do Espírito Santo. Dirigiu pesquisa pioneira e mundialmente conhecida sobre a incidência de câncer de pele em núcleos de imigração pomerana no Estado.
- Exerceu o cargo de Secretário de Estado da Saúde em 1992 e 1993.



- Foi eleito deputado estadual para o mandato 1983 a 1987. Reelegeu-se para o período 1987 a 1991, e nessa Constituinte ajudou a escrever a nova Constituição do Estado.
- É pesquisador da imigração italiana no Espírito Santo tendo escrito os livros Do Veneto ao Brasil; Giovanni Maria; Heróis das montanhas; La terra promessa; Assim cantava a nonna; Pietro: benemérito na libertação de Roma. Organizou a edição do diário do imigrante Vittorio de Monti com o nome Vita di Vittorio.

Fontes: Livro “La terra promessa”; Centro de Memória da Assembleia Legislativa do Espírito Santo.

■ Éder Vittorino dos Santos

- Nasceu no dia 05 de abril de 1961 no Rio de Janeiro.
- Filho de João Vittorino dos Santos e Nilda Favatto dos Santos.
- Fez o primário na Escola Pio XII, o ginásio na Escola Camila Motta e o 2º grau no Colégio Marista, em Vila Velha. Foi professor na Academia Askave, na sede do município. No primeiro casamento, com Mercedes Maria Quintino, teve os filhos Angélica e Caio. Foi casado também com Andressa de Oliveira Liquer, com quem teve o filho João Francisco e a enteada Amanda. Como voluntário, atuou como Comissário de Menor no Juizado da Infância e Juventude em Piúma.
- Foi eleito vereador para o mandato de 1993 a 1996, com 166 votos, pelo PMDB, na Coligação Frente Alfredense. Atuou como 1º secretário em 1993 e 1994. Nesse período fez indicações para calçamento e iluminação do bairro da Cachoeirinha e saneamento do bairro Macrina, na sede do município.



Fonte: Éder Vittorino dos Santos.

■ Edevanilde Goreti Breda de Almeida

- Nasceu no dia 09 de abril de 1960 em Alfredo Chaves.
- Filha de Jair Breda e Hisena Venina Paganini Breda.
- Estudou o 1º grau na escola de São João e o 2º grau no colégio Pio XII. Concluiu a faculdade de Direito em Cachoeiro de Itapemirim (ES). Trabalhou na Prefeitura, em 1977, em serviços gerais. Durante oito anos, trabalhou como caixa



do supermercado Irmãos Breda. Em 1996, casou-se com Osimar Almeida Júnior. Desde agosto de 1996, assumiu o Cartório em São João, sendo nomeada escrevente.

- No período de 1997 a 2000, foi vice-prefeita de Alfredo Chaves.
- Em 2001, abriu uma floricultura na sede do município.

Fonte: *Edevanilde Breda*.

■ Erineu Norberto Salvador

- Nasceu no dia 06 de junho de 1904 em São Vicente, distrito de São João, Alfredo Chaves.
- Filho dos imigrantes italianos Andrea Salvador e Amabile Cremasco Salvador.
- Quando criança, os pais mudaram para o Rio Grande do Sul, onde residiram por três meses, depois retornaram definitivamente para São João. Prestou serviço militar no 3º BC em Vila Velha. Estudou eletrônica por correspondência e passou a importar peças de São Paulo. Montou os primeiros rádios de Alfredo Chaves, e era o único no município que consertava esses aparelhos. Em 1927, casou-se com Carolina Gaburro e teve os filhos Alda, Iolanda, Getúlio, Dalva, Zelita, Pedro, Firmino, Irma e Daniel. Fez parte do Corpo de Jurados, foi juiz de paz e diretor da Associação Beneficente em São João. Escreveu um livro (inédito) narrando a história de fundação da vila de São João.
- Elegeu-se vereador para o mandato de 1947 a 1950. Foi prefeito de 1955 a 1958, com a morte do titular João Malheiros. Construiu e reformou pontes.
- Faleceu no dia 26 de junho de 2005 e foi sepultado em São João.



Fontes: *Getúlio Salvador (filho)*.

■ Eurico Bonacossa

- Nasceu no dia 06 de fevereiro de 1909 em Alfredo Chaves.
- Filho do italiano Pedro Bonacossa e Hermínia Casotti Bonacossa.
- Casou-se com Thalita Robin e teve os filhos Thiers Pedro, Carlos, Sonea, Lenita, Roberto e Martha.



- Foi prefeito de 1951 a 1954 e vice-prefeito de 1963 a 1966 pelo PSD, e tabelião do Cartório do Registro de Imóveis. Como prefeito, fez obras de saneamento básico e infra-estrutura, modernizando e ampliando a distribuição de água potável, inclusive com a construção de um chafariz na Rua Macrina, conhecida como área carente da cidade, na época. Reconstruiu o prédio da Prefeitura Municipal; instalou Posto de Saúde no prédio do então Posto de Puericultura cedido pela Legião Brasileira de Assistência (LBA); construiu o Posto de Refrigeração de Leite, hoje Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves; fez o calçamento e meio-fio nas principais ruas; promoveu a limpeza e drenagem de parte do Rio São João para melhorar as condições das terras marginais que se prestavam para agricultura. Promoveu uma reforma administrativa e financeira com o fim de equipar a Municipalidade com máquinas, ferramentas, móveis e contratação de pessoal, inclusive um técnico de contabilidade, profissional raro na época. Foi o idealizador da Usina Hidrelétrica de Iiritimirim não concluída por causa do corte de verba por parte do Governo do Estado. Pleiteou junto ao Ministro da Guerra que os jovens de Alfredo Chaves fossem dispensados do serviço militar, e foi atendido. A dispensa vigora até hoje.
- Faleceu em 23 de janeiro de 1997.

Fonte: Lenita Bonacossa (filha).

■ Fernando Alves

- Nasceu em 29 de julho de 1981 no Rio de Janeiro.
- Filho de Alexandrina Alves, mudou-se com ela para o Espírito Santo no mesmo ano.
- Em Alfredo Chaves, estudou nas escolas Ana Araújo e Camila Motta. A partir de 1993, começou a participar de atividades da Igreja Matriz N. S. da Conceição, onde foi co-ordenador de liturgia e de catequese, estruturou o Conselho de Comunidade e foi um dos fundadores dos corais infantil e de adultos e do Grupo de Jovens da Paróquia. Participou da retomada do Carnaval no município, atuando principalmente no bairro da Macrina. Aos 23 anos, foi membro do Conselho Tutelar, sendo o mais votado. Em 2005, assumiu cargo comissionado na Prefeitura.
- Foi o vereador mais votado em 2012, com 908 votos.



Fonte: Fernando Alves.

■ Fernando Videira Lafayette

- Nasceu no dia 18 de novembro de 1947 em Recife (PE).
- Filho de Demócrito Torres Lafayette e Isabela Videira Lafayette.
- Fez faculdade de Medicina e Cirurgia no Rio de Janeiro e formou-se em 1972. Trabalhou como auxiliar de serviços médicos no INSS do Rio, no período de 1970 a 1972. Em 1973, foi aprovado em concurso do Estado do Espírito Santo para atuar como médico em Piúma. No mesmo ano, em junho, foi transferido para Alfredo Chaves, onde passou a residir. Em 1976, passou a trabalhar como efetivo na Prefeitura Municipal de Vitória. Em 1975, casou-se com Rusiane de Paula Gaigher e teve as filhas Fernanda e Érica. Recebeu o título de Cidadão Alfredense em 1975.
- Fez parte da Arena, mas em 1980 filiou-se ao PMDB. No período de 1997 a 2000, foi secretário municipal de Saúde. Em 2004, ganhou a eleição para prefeito para o mandato de 2005 a 2008, com 5.330 votos, pelo PSB. Como prefeito, dedicou-se à construção e reforma de escolas; reforma de ginásios de esportes e do Estádio Carlos Soares Pinto; desenvolvimento do Programa Municipal Esporte para Todos, entre outros. Para aumento da eficiência, trouxe de volta para a administração municipal os serviços de recolhimento de lixo e de iluminação pública. Estruturou a administração com planejamento e organização, o que possibilitou a criação das Secretarias de Turismo, de Esporte e Lazer e do Meio Ambiente.
- Em 2003, recebeu o Certificado Ouro de Reconhecimento por sua dedicação de 30 anos ao serviço público. Em 2005, recebeu homenagem na Assembleia Legislativa pelo Dia do Médico. No mesmo ano, o título de Cidadão Espírito Santense. Em 2008, foi homenageado na Escola da Família Agrícola de Alfredo Chaves (MEPES). Em Minas Gerais recebeu a Medalha dos Inconfidentes e o Mérito Executivo de Tiradentes (2009), entre outras condecorações.
- Foi reeleito para o mandato de 2009 a 2012 com 5.996 votos pelo PSB, ganhando em todas as urnas.



Fonte: Fernando Videira Lafayette.

■ Fiorino Puppín

- Nasceu no dia 23 de junho de 1914 em Ribeirão do Cristo, Alfredo Chaves.
- Filho do imigrante italiano Giovanni Antonio Puppín e Emília Bressan.

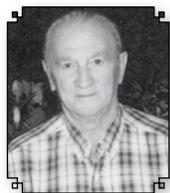


- Fez o primário em Ribeirão do Cristo e depois foi estudar no Colégio Salesiano de Jaciguá, onde também estudaram seus filhos. Tocava clarineta e concertina. Foi jogador de futebol em vários municípios do Estado. No Rio de Janeiro, treinou futebol e boxe. Casou-se com Olívia De Nadai e teve os filhos Ideney, Douglas, Gilson, Rubens, Orlando e Jussara. Trabalhou na direção da Clínica dos Acidentados e da Clínica Santa Angélica, em Vitória.
- Foi vereador nos mandatos de 1947 a 1950, 1951 a 1954 e 1955 a 1958, e prefeito de 1959 a 1962, pelo PSD. Foi presidente da Casa de Leis no período de 1955 a 1957 e 1º secretário de 1950 a 1953 e 1958.
- Faleceu em Vitória e foi sepultado no cemitério de Ribeirão do Cristo.

Fonte: Douglas Puppim (filho); Arquivo da Câmara Municipal.

■ Florindo Paganini

- Nasceu no dia 13 de abril de 1925 em Nova Estrela, Alfredo Chaves.
- Filho do casal Bortolo Luigi Paganini e Tereza Lovatti. Era conhecido pelo apelido de Firmino.
- Estudou até o 3º ano primário em Nova Estrela. Em 1945, casou-se com Amélia Dondoni e teve os filhos Lizete, José Luiz, Lourdes Maria, Antério, Jamir, Jovaldir, Aguinaldo, Nilton, Antônio Carlos, Adelson, Lúcia, Leny, Francisco Xavier e Luzileia. Em 1951, mudou-se com a família de Nova Estrela para São João e em 1969 passou a morar na fazenda Cachoeirinha, onde comprou um terreno, loteou e vendeu os lotes. Mais tarde formou-se uma vila no local, que é atualmente o bairro de Cachoeirinha. Amélia, sua esposa, faleceu aos 44 anos, em junho de 1971. Florindo casou-se com Gersi do Carmo Rosa e teve as filhas Tatiana e Kelly.
- Exerceu mandato de vereador de 1967 a 1970; 1971 a 1972 e 1977 a 1982. Em março de 1978, o seu mandato foi extinto, pois Florindo passou a residir em Guarapari.
- Faleceu no dia 22 de junho de 2005, sendo sepultado na sede de Alfredo Chaves.



Fonte: Lourdes Paganini (filha).

■ Francisco Augusto José Alves

- Nasceu em Alfredo Chaves.
- Filho de Augusto José Alves e Silva (Augustão) e Macrina Rachel da Conceição.
- Era fazendeiro, teve escravos, gado e lavoura de café.
- Foi juiz distrital do povoado de Nossa Senhora da Assumpção (Alfredo Chaves) e prefeito de 1920 a 1922. Foi secretário da Câmara no período de 10 de junho de 1923 a dezembro de 1925 e presidente da Junta Militar de Alfredo Chaves em 1921, 1925, 1926 e 1927.
- Está sepultado em Alfredo Chaves.



Fontes: Arquivo da Prefeitura de Alfredo Chaves; Tito Togneri.

■ Geraldo Natal

- Nasceu no dia 19 de março de 1964 em São João, Alfredo Chaves.
- Filho de Antonio Imílio Natal e Elza Bravin.
- Concluiu o 1º e o 2º grau na escola de São João. Casou-se com Marinilza Paganini e teve as filhas Patrícia, Janaína e Mariana. Foi presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais no município, no período de 1998 a 2004.
- Na eleição de 2004 foi eleito com 504 votos pelo PP, sendo o vereador mais votado. Atuou como 1º vice-presidente em 2005 e 2006. Como vereador, foi à capital federal cinco vezes em defesa dos direitos dos produtores rurais. Participou de diversos cursos de capacitação voltados para vereadores e para sindicalistas.



Fonte: Geraldo Natal.

■ Gilson Luiz Bellon

- Nasceu no dia 16 de janeiro de 1958 em Alfredo Chaves.
- Filho de José Bellon Filho e Maria Donadello Bellon.
- Casou-se com Ivana Thereza Camilletti e teve os filhos Izabela, Gabriel e Gilson Luiz. Coursou o primeiro e o segundo grau no Ginásio e Colégio Pio XII, em Alfredo Chaves.



Substituiu o pai como tabelião do Cartório de Registro Civil do Distrito de Matilde.

- Em 03 de outubro de 2000 foi eleito vereador com 255 votos pelo PMDB para o mandato de 2001 a 2004. Nesse mandato foi 2º secretário. Na Câmara fez indicações para calçamento da rua principal e reforma da quadra de esportes de Matilde e criação do 2º grau no colégio Felipe Módolo, também em Matilde.
- Elegeu-se vereador para o mandato de 2013 a 2016, tendo sido eleito para presidir a Câmara em 2015 e 2016

Fonte: *Gilson Luiz Bellon.*

■ **Gilson Nunes Ávila**

- Nasceu no dia 17 de janeiro de 1948 em Anchieta (ES).
- Filho de Antônio José Ávila e Nylsa Nunes Ávila.
- Estudou o 1º grau em Anchieta e o 2º grau em Ipatinga (MG). Em 1972, passou a residir na sede de Alfredo Chaves. Foi casado com Maria da Graça Bermond e teve os filhos Rita de Cássia, Gilson Júnior e Maycon. Foi professor de Educação Física no Ginásio Pio XII. Na década de 70, trabalhou como escrivão judiciário eleitoral em Alfredo Chaves, aposentando-se em 1999.
- Foi eleito suplente de vereador para o mandato de 1993 a 1996. Ocupou o cargo no lugar de Alfredo Rosseto, no período de março a setembro de 1994. Como vereador, apoiou o projeto para implantação de transporte para alunos que cursavam a faculdade em Cachoeiro de Itapemirim.



Fonte: *Gilson Nunes Ávila.*

■ **Guilherme Paterlini**

- Nasceu em Alfredo Chaves, filho do italiano Giuseppe Paterlini.
- Estudou o primário em Alfredo Chaves e serviu o exército no Rio de Janeiro. Casou-se com Amélia Zangrande e teve quatro filhos: Luis, José, Guilherme e Haroldo Carlos. Trabalhou como carpinteiro, com pecuária e na produção de laranjas. Foi comerciante, teve uma confeitaria e barbearia, na década de 40.



O seu bar era referência para as pessoas que vinham do interior. Foi delegado de polícia em Alfredo Chaves.

- Atuou como vereador no período de 1947 a 1950 e 1951 a 1954, pelo PSD. Foi o Presidente da Casa de Leis em agosto de 1952 e no ano de 1954.
- Faleceu em 1977 e foi sepultado em Alfredo Chaves.
- Uma rua na sede tem seu nome.

Fontes: *Adriana Alvim Parterlini e Guilherme Paterlini Filho.*

■ **Haroldo Carlos Paterlini**

- Nasceu no dia 23 de outubro de 1935 em Alfredo Chaves.
- Filho de Guilherme Arthur Paterlini e Amélia Zangrande Paterlini.
- Casou-se em 1967 com Maria Luiza Ferreira Pinto e teve os filhos Fernando, Cristiane e Denise. Coursou a faculdade de Direito na UFES e fez pós-graduação em Técnica Criminalística, em Vitória. Fez cursos de Técnica Orçamentária e de Tributação Municipal. Foi gerente da Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves (CLAC). Dirigiu, como presidente, o time de futebol de Alfredo Chaves. Em suas propriedades cultivava frutas, café e criava gado.
- Participou do 1º Encontro de Prefeituras Municipais da Região Centro (1971), curso de Orçamento Programa a Nível Municipal (1974), curso de Orçamento Programa e Fundo de Participação dos Municípios (1975), curso de Controle e Execução Financeira e Orçamentária (1977). Exerceu seis legislaturas, em um total de 23 anos. Foi vereador no mandato de 1959 a 1962; 1963 a 1966; 1967 a 1970; 1971 a 1972; 1973 a 1976 e 1977 a 1982. Nessa última, foi eleito com 514 votos, pela Arena. Foi presidente da Câmara no período de 1975 a 1976 e 1979 a 1980; 1º secretário em 1961, 1963 e 1965, 1967 a 1970, 1971 a 1972; 2º secretário em 1960. Presidiu o Diretório Municipal da Arena. Trabalhou para a ampliação da eletrificação rural no município, tendo como um dos objetivos, como expressava, evitar o êxodo rural, e para a implantação da primeira emissora de rádio em Alfredo Chaves. Quando vereador, participou da criação dos distritos de São Bento de Urânia, Ribeirão do Cristo e Ibitiruú.
- Faleceu em 20 de setembro de 2005.



Fontes: *Maria Luiza F. Pinto Paterlini (esposa) e Denise Paterlini (filha).*

■ Herval Gaigher

- Nasceu no dia 26 de fevereiro de 1948 em Sagrada Família, Alfredo Chaves.
- Filho de Elisa Lourdes Pessali e João Theodoro Gaigher.
- Casou-se com Claudete Pinto Alves e teve as filhas Emanuelle e Lílian. Estudou o primário em Nova Estrela. Fez curso superior de Administração incompleto, em Cachoeiro de Itapemirim. Atuou como oficial de Registro Civil em 1981.
- Foi eleito prefeito de Alfredo Chaves para o mandato de 1989 a 1992, pela Frente Progressista Alfredense. Como prefeito construiu e ampliou ginásios de esporte, salões comunitários e quadras de esporte no interior do município e construiu o auditório escolar Darci de Paula Gaigher, anexo ao Colégio Pio XII. Instalou seis postos telefônicos no interior. Fez o calçamento de diversas ruas da sede do município e algumas do interior. Ampliou a iluminação pública no interior e bairros da sede. No Estádio de Futebol Carlos Soares Pinto, construiu e elevou o muro; construiu o vestiário, sanitários, as cabines de rádio e televisão; instalou iluminação em todo o estádio.
- Faleceu no dia 29 de janeiro de 1994 e foi sepultado em Sagrada Família.



Fonte: Valentim Cardoso.

■ Irineu Ramos Vidal

- Nasceu no dia 28 de junho de 1951 em Muqui (ES).
- Filho de Joaquim Vidal de Oliveira e Anália Ramos Vidal.
- Estudou na Escola Estadual de Muqui, onde concluiu o primeiro grau. Em 1977, casou-se com Kátia Alaíde de Rezende e teve os filhos Francisco e Pollyanna. Até 2005, foi bancário e se aposentou pela agência de Alfredo Chaves. Fez parte do Corpo de Jurados da Comarca de 1989 a 1994 e foi vice-presidente da Associação Pestalozzi. Foi um dos coordenadores da Romaria do Quarto Território ao Convento da Penha desde fevereiro de 2001. Recebeu o título de Cidadão Alfredense em 1998.
- Candidatou-se a vereador para o mandato de 2005 a 2008, sendo eleito suplente pelo PSB, com 310 votos. Ocupou o cargo de vereador quando o titular Darci Escandian assumiu a Secretaria Municipal de Obras, de 09 de março de 2005 a 02 de maio de 2007. Permaneceu no cargo até ser convidado pelo prefeito Fernando Videira Lafayette para a função de chefe de gabinete, na qual ficou até 31 de dezembro de 2008.



Fonte: Irineu Ramos Vidal.

■ **Ismael Iramos Bongestab**

- Nasceu no dia 14 de dezembro de 1932 em Domingos Martins (ES).
- Filho de Sebastião André Bongestab e Ana Margarida Krohling Bongestab.
- Estudou até o 3º ano primário em Santa Maria do Araguaia, em Marechal Floriano, depois mudou-se para Ribeirão, em Alfredo Chaves. Casou-se com Clementina Tavares e teve os filhos Irlei Regina, Catarina Sirlei, Reginaldo Sebastião, Daniel Antônio, Cláudia Ana, Maria Aparecida, João Luiz, Rogério e Lucineia. Sempre trabalhou como lavrador. Foi presidente da Cooperativa dos Produtores de Banana (Coopbel), em 1995. Hoje reside em Caco do Pote, Alfredo Chaves.
- Foi eleito vereador pela Arena (facção 1) para o mandato de 1977 a 1982. Atuou como 1º secretário no biênio 1977 e 1978 e como vice-presidente em 1981 e 1982. Como vereador, apresentou projetos para implantação de iluminação pública no interior, para doação de área pela Prefeitura para construção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alfredo Chaves e para construção de nova escola em Caco do Pote. Foi vice-prefeito do município no período de 1989 a 1992.



Fonte: *Ismael Bongestab*.

■ **Jair Breda**

- Nasceu no dia 22 de dezembro de 1934 em Alfredo Chaves.
- Filho de Giovanni Breda e Pascoa Angela Salvador Breda.
- Estudou até a 4ª série na Escola Singular de Crubixá (São João). Trabalhou como lavrador, comerciante e carreteiro transportando produção de café, e na fabricação de rédeas e de cangalhas para equipar animais de transporte na região. Foi substituto legal no Cartório de Crubixá. Casou-se com Hisena Venina Paganini e teve os filhos Jadir Sebastião, Edevanilde Goreti, Angela Tereza, Maria Verônica, Maurílio e Edemilson João Luís.
- Foi eleito vereador para o período de 1967 a 1970 com 280 votos e para 1989 a 1992 com 190 votos. Atuou como 2º secretário de 1968 a 1970. Presidiu a Fundação do Hospital e Maternidade Sant'Ana.
- Faleceu em 24 de março de 2001 e foi sepultado em São João.



Fonte: *Edevanilde Breda (filha)*.

■ Jamir Pietralonga

- Nasceu no dia 24 de novembro de 1955 em Nova Estrela, Alfredo Chaves.
- Filho de Ângelo Pietralonga e Luiza Lovatti Pietralonga.
- Estudou o 1º grau na Escola de Nova Estrela e Escola Camila Motta. Com 13 anos mudou-se para a sede com os pais. Fez o 2º grau no Colégio Passionista, em Vila Velha, e trabalhou como fotógrafo em Vitória. Casou-se com Ana Maria de Souza e teve os filhos Tatiane e Cleoner.
- No início dos anos 90, retornou para Alfredo Chaves. Foi eleito vereador para o mandato de 1997 a 2000 pelo PSDB, com 271 votos, tendo sido vice-presidente na Câmara na segunda metade da legislatura. Também presidiu a Comissão de Saúde. Como vereador, fez indicação para construção de uma quadra coberta na comunidade de Nova Estrela, de reservatórios de água (barragens) em propriedades do município e de fossas sépticas a fim de despoluir os cursos d'água e participou da construção delas. Incentivou a retirada de documentos para a população de um bairro carente da sede do município e de localidades do interior. As fotos 3X4 foram tiradas e doadas por ele. É autor da Lei Municipal 782, da obrigatoriedade de construir fossas sépticas e sumidouros no município, e de outras providências. Incentivou a atividade agrícola e a fiscalização da conservação de estradas do interior do município.
- Foi secretário municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos de 2004 a 2006, e subsecretário de 2007 até o presente. Organizou caminhadas ecológicas e promoveu mutirões para limpeza do Rio Benevente. Trabalhou com oficinas e feiras, com estande de distribuição de mudas, como na Ação Cidadã, em Alfredo Chaves. Realizou palestras sobre limpeza pública e meio ambiente, na sede e em Matilde. Em 2009, começou a atividade de produtor rural, com plantio de palmitos, em propriedade de sua família, em Nova Estrela. Mantém nesse sítio uma reserva florestal.



Fonte: Jamir Pietralonga.

■ Jerônimo Bissoli

- Nasceu no dia 29 de novembro de 1962 em Sagrada Família, Alfredo Chaves.
- Filho de Orestes Bissoli e Alzira Guerini Bissoli.
- Fez o primário em Alfredo Chaves e estudou o 2º grau em Campo Grande, Cariacica. Casou-se com Rosângela Bissoli e teve os filhos Daniel Orestes e Filipe. Trabalhou como



motorista, agricultor e foi sócio da Aguardente JJ, fabricada em Sagrada Família. Foi presidente do time de futebol da comunidade e da Associação Comunitária de Sagrada Família.

- Foi vereador pelo PDT para o mandato de 1993 a 1996, tendo sido 1º secretário na segunda metade do exercício.
- Faleceu no dia 30 de dezembro de 1998 e foi sepultado em Sagrada Família.

Fonte: Rosângela Bissoli (esposa).

■ João Bosco Costa

- Nasceu no dia 26 de abril de 1942 em Sagrada Família, Alfredo Chaves.
- Filho de Angelo Costa e de Luiza Bissoli Costa.
- Desde os sete anos trabalhou na agricultura com os pais. Aos 12 anos foi para o seminário dos padres jesuítas em Anchieta. Aos 15 anos transferiu-se para a Escola Agro-técnica de São João de Petrópolis, em Santa Teresa (ES), onde estudou até a 2ª série do ginásio. Casou-se aos 27 anos com Maria Hilda Grasselli e teve os filhos João Bosco, Luiza Helena, Luis Augusto e José Ângelo. É agricultor e pecuarista, e reside em Sagrada Família. Iniciou a vida pública a pedido da comunidade quando o distrito não tinha representante na Câmara de Vereadores. Foi presidente da Associação Comunitária de Sagrada Família, e por 12 anos presidente da igreja católica da comunidade.
- Na eleição de 03 de outubro de 1992, foi eleito com 389 votos, pela Coligação Frente Libertadora Popular, para o mandato de 1993 a 1996. Foi reeleito pelo PSDB para o mandato de 1997 a 2000. Para o mandato de 2001 a 2004, foi eleito com 537 votos também pelo PSDB. Foi eleito para o mandato de 2005 a 2008 com 427 votos pelo PSB. Nesse mandato foi presidente da Câmara Municipal nos quatro anos. No período em que atuou como presidente do legislativo municipal, a Câmara de Alfredo Chaves economizou quase R\$ 1 milhão, que retornaram aos cofres da Prefeitura. Além disso, repassou verba da Câmara para a obra do hospital do município e adquiriu terreno para construção da sede da Câmara, que funcionava em local provisório. Na eleição de outubro de 2008, foi eleito com 479 votos pelo PSB. Atuou como presidente no período de 2009 e 2010.
- Foi reeleito vereador para o mandato de 2013 a 2016 pelo PSB com 474 votos e atuou nos dois primeiros anos como presidente do Legislativo. Nesse período, reformou o prédio da Câmara, danificado pela enchente de novembro de 2012. Repassou para a Prefeitura o valor total da aquisição de um ônibus para trans-



porte de universitários e alunos de cursos técnicos que estudam em municípios vizinhos.

Fonte: João Bosco Costa.

■ João Aquino Malheiros

- Teve comércio de tecidos e padaria no centro de Alfredo Chaves.
- Foi vereador de 1947 a 1950 e de 1951 a 1954, tendo sido presidente da Câmara nas duas legislaturas. Foi eleito prefeito pela Coligação Democrática, em 03 de outubro de 1954, para o quadriênio de 1955 a 1958. Foi empossado no dia 31 de janeiro de 1955 e governou apenas 24 dias, vindo a falecer em 24 de fevereiro. Uma rua do bairro Ouro Branco tem o seu nome.



Fonte: Arquivo da Câmara Municipal de Alfredo Chaves.

■ João Fregonazzi Netto

- Nasceu no dia 06 de abril de 1920 em Alfredo Chaves.
- Filho de Victorio Fregonazzi e Maria Pagotto Fregonazzi.
- Fez o ginásio e o segundo grau em Vitória, onde morou por dez anos, e o curso superior em Farmácia no Rio de Janeiro. Em Alfredo Chaves montou uma farmácia, a segunda do município. Casou-se com Júlia da Penha Albergaria e teve os filhos João Luiz, José Augusto e Maria Luiza. Foi um dos fundadores do Ginásio Pio XII, seu professor de matemática e inspetor do convênio firmado entre o ginásio e o Governo do Estado. Foi um dos fundadores do Mepes. Em Vitória foi professor catedrático de matemática na rede pública estadual e secretário de Recursos Humanos, até se aposentar.
- Foi prefeito nos mandatos 1967 a 1970 e 1973 a 1976 e vereador de 1947 a 1950 e 1951 a 1954. Foi filiado à Arena (facção 2) e ao PMDB. Em 1990 mudou-se para Vitória. Como homenagem, uma das ruas do centro de Alfredo Chaves recebeu o seu nome.
- Faleceu no dia 02 de agosto de 2001, sendo sepultado em São Francisco do Batatal, Alfredo Chaves.



Fontes: Arquivo da Câmara Municipal; Anita Fregonazzi (irmã).

■ Joaquim da Costa Pinto

- Nasceu em Santa Maria do Conselho de Vila Nova, em Portugal.
- Filho de José Pinto de Araújo e Margarida da Costa Araújo.
- Depois de passagem pelo Rio de Janeiro, por volta de 1845 sua família se estabeleceu em Itapemirim, onde ele abriu um comércio. Adquiriu terras no Município de Anchieta, onde plantou café. Casou-se com Paula Peçanha Igreja, de Itapemirim, fixando-se mais tarde entre Dois Irmãos e Cachoeira Alta. Em 1878 abriu em Alfredo Chaves a Casa Grande, entreposto comercial de muito movimento com Anchieta através do rio.
- A partir da Proclamação da República, ele e correligionários desenvolveram gestões pela autonomia de Alfredo Chaves, junto ao Governo Provincial, o que foi conseguido através do Decreto nº 57 de 21 de novembro de 1890. O novo município compreendia “a freguesia de Alfredo Chaves e as secções de Mathilde e São João”.
- Em 1891, foi indicado primeiro prefeito do município, pela Assembleia Provincial.

Fontes: Benilda Mello de Lima e Dalva Mello (bisnetas).

■ Joaquim Magnago

- Nasceu no dia 13 de maio de 1879 no Quarto Território, Alfredo Chaves.
- Filho dos imigrantes Ricardo Magnago e Teresa Giacomelli.
- Casou-se com Joana Cipriano e teve os filhos Ademor, Durvelina, Aderaldo, Verano, Dileta e Zélia. Foi comerciante e subdelegado.
- Exerceu mandato de vereador no final dos anos 20 e na década de 30 e de 1951 a 1954.



Fontes: Arquivo da Prefeitura de Alfredo Chaves; Durvelina (filha).

■ Job Nascimento Igreja

- Nasceu no dia 24 de julho de 1951 no Quarto Território, Alfredo Chaves.
- Filho de Idirio Peçanha Igreja e Clarice Nascimento Igreja.
- Em 1963, a família mudou-se para o Rio de Janeiro, onde Job fez o curso de Administração na Faculdade de Economia e Finanças. Casou-se com Maria Alexandrina Ribeiro e teve as filhas Alexandra e Alessandra. Foi funcionário da Petróleo S.A., de 1974 a 2001, no Rio de Janeiro e Espírito Santo, e é filiado ao Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense.
- Foi eleito vereador para o mandato de 1993 a 1996, pelo PDT, com 179 votos. Nesse período, atuou como 2º secretário da Câmara de Alfredo Chaves em 1993 e 1994. Elegeu-se para o seu segundo mandato, no período de 1997 a 2000, com 268 votos, pelo PMDB. Para o exercício de 2001 a 2004, foi eleito vereador pelo PPS, com 301 votos. Nesse mandato, ocupou o cargo de presidente da Casa de Leis no biênio de 2003 e 2004. Como vereador apresentou, em parceria com Sérgio Bianchi, o projeto Câmara na Praça, em que eram realizadas apresentações culturais para a comunidade alfredense.
- Aposentou-se e atualmente reside em Cachoeira Alta, Alfredo Chaves.



Fonte: Job Nascimento Igreja.

■ José Antônio Bona

- Nasceu em 05 de agosto de 1957 em Nova Estrela, Alfredo Chaves.
- Filho de Adelino Bona e Arlinda Belmok Bona.
- Concluiu o 1º e o 2º grau no Pio XII, na sede do município. Casou-se com Maria Consuelo Giuri em 1986 e teve os filhos Cícero e Maria Alípia. Foi presidente do Esporte Clube de Alfredo Chaves por quatro anos. Reside na sede do município. Trabalhou como comerciante e na construção civil, área em que atua ainda hoje. Uma das suas obras que considera importante é o Paraíso Campestre Clube, em Caco de Pote.
- Foi eleito vereador com 445 votos, pelo PMDB, para o mandato de 1983 a 1988. Foi o candidato do Legislativo mais votado, quando o município tinha por volta de 4 mil eleitores. No período de 1983 a 1984 atuou como presidente da Câmara. Nessa função, assumiu por 30 dias o cargo de prefeito no ano de 1987, devido a uma viagem do titular e indisponibilidade do vice.



- Na década de 80 também assumiu interinamente, por curto período, o cargo de secretário de Saúde. De 1985 a 1987, ocupou o cargo de secretário de Bem-Estar Social. No ano de 1988, retornou à Câmara. Na eleição de 1988 recebeu 274 votos, pelo PMDB, para o mandato de 1989 a 1992, sendo o segundo mais votado. Atuou como vice-presidente no exercício de 1991 e 1992.

Fonte: José Antônio Bona.

■ José Aristóteles Calente

- Nasceu em 11 de novembro de 1934 no Distrito de Sagrada Família, Alfredo Chaves.
- Filho de José Calente e Zulmira Ferreira da Cunha.
- Estudou até a 4ª série do primário na localidade de Rio Veado. Casou-se com Zilda Cavatti e teve as filhas Lucinete Maria e Sandra Maria. Fez parte do Corpo de Jurados de Alfredo Chaves e da Associação Cultural de Alfredo Chaves. Trabalhou como agricultor, participou da vida comunitária e da igreja. Era referência para comunidade, procurado pelos moradores quando necessitavam de aconselhamento.
- Na legislatura de 1973 a 1976, atuou como vice-presidente nos dois últimos anos.
- Faleceu no dia 03 de outubro de 2005, em Alfredo Chaves.



Fonte: Sandra Maria Calente (filha).

■ José Bellon Filho

- Nasceu no dia 01 de junho de 1924 em Alfredo Chaves.
- Filho de José Bellon e Angelina De Martin.
- Casou-se com Maria Donadello e teve os filhos Maria José, José Olavo, Paulo Fernando, Gilson Luiz, Sandra Helena, Carlos Eduardo, Luciano e Rosane. Na década de 50 foi proprietário de uma fábrica de móveis em Matilde. Teve comércio varejista e padaria. Em 1963, assumiu o cargo de tabelião de cartório. Foi fundador e presidente do Matilde Esporte Clube.
- Filiou-se ao PSD quando ingressou na política em 1955. Foi vereador nos mandatos de 1955 a 1958 e 1959 a 1962, e em 1961 e 1962 atuou como presidente da Câmara. Foi eleito também para os períodos de 1963 a 1966, 1971 a 1972 e 1973 a 1976. Em 1973 e 1974, foi presidente da Câmara. Como arenista, exer-



ceu mandato de vereador de 1977 a 1980, eleito com 321 votos. Empenhou-se pela construção da estrada que liga Matilde a São Bento de Urânia, pela construção de prédios escolares, serviço de água para o Distrito de Matilde e instalação de uma torre de retransmissão de TV.

- Faleceu em 05 de setembro de 2008 e foi sepultado em Matilde.

Fontes: Livros “Forças Vivas da Nação – 1978”, p. 57-58; “Heróis das Montanhas”, p. 129.

■ José Gaigher (Bepe)

- Nasceu em 24 de outubro de 1884 em Santa Marinha D’Airosa (Caco do Pote), Alfredo Chaves.
- Filho dos italianos Tommaso Gaigher e Bersabea Vettorazzi.
- Autodidata, aprendeu a ler e escrever. Casou-se com Maria Pavesi Zerboni e teve os filhos Olinda, Iolanda, Ana, Pedro, Luiz, Geraldo, Osvaldo, Antônio Cláudio, Gilda, José Gaigher Filho e Luiz Pavesi (adoção). Era lavrador e mantinha uma pila de café e arroz, em Caco do Pote, onde sempre residiu. Tinha energia elétrica própria, que cedeu para a igreja. Em 1917 trouxe a primeira normalista do município, que foi para Caco do Pote. Organizava a celebração da Semana Santa na sede do município. Ele carregava a cruz na procissão. Em Caco do Pote, doou o terreno para construir a igreja e o antigo campo de futebol.
- Atuou como vereador no mandato de 1951 a 1954.
- Faleceu no dia 27 de abril de 1968, em Caco do Pote.

Fontes: Livro “Heróis das Montanhas”, p. 152 a 155; Arquivo da Prefeitura de Alfredo Chaves; Erta de Paula Gaigher (neta).



■ José Grasseli

- Nasceu no dia 05 de outubro de 1918 em Todos os Santos, Guarapari.
- Filho de João Batista Grasseli e Florinda Dalmagre.
- Mudou-se com os pais para Caco do Pote, Alfredo Chaves. Em 27 de julho de 1940, casou-se com Helena Gobi e teve os filhos Antônio Alaor, Maria Hilda, Lolita, Pedro, José Carlos, Maria Aparecida e Roberto. Foi lavrador, presidente da Cooperativa de Laticínios e do Sindicato Patronal Rural de Alfredo Chaves.



- Foi vice-prefeito de Alfredo Chaves no mandato de 1971 a 1972.
- Faleceu no dia 26 de setembro de 2009, sendo sepultado em Sagrada Família.

Fonte: Maria Aparecida (filha).

■ José Togneri (Giuseppe di Agostino Togneri)

- Nasceu em 04 de abril de 1846.
- Filho do Conde Cavaliere Togneri Agostino, de Segromino in Monte, Comuna de Barga, Província de Lucca, na Itália.
- Negociante, veio para o Brasil em 1870 para vender joias. Em 1874, casou-se com Rita Augusta Alves e Silva e teve os filhos José, Macrina e as gêmeas Rita Augusta e Amélia. Montou um comércio de grande porte para a época (localizada no casarão Togneri na saída norte da sede de Alfredo Chaves), a primeira casa comercial da região. Produzia e exportava café. Em 1877, vendeu para o governo parte da Fazenda Quatinga, que foi destinada a italianos que vieram se fixar em Alfredo Chaves. Foi sócio e tesoureiro da sociedade para beneficiamento do café, a Società Fratelanza Agricola Beneficente Italiana. Trouxe da Itália a imagem da Nossa Senhora da Conceição, esculpida em madeira, que foi colocada no altar da igreja matriz, na sede de Alfredo Chaves.
- Em 1883, Togneri Giuseppe se naturalizou brasileiro, passando a se chamar José Togneri. Recebeu patente honorária de Tenente Coronel Comandante do 11º Batalhão da Infantaria da Guarda Nacional do Império do Brasil. Foi o segundo prefeito do município, em 1893, e novamente reconduzido ao cargo em 1903 e 1906. Nos dias de festa, andava fardado.
- Faleceu em 30 de dezembro de 1911 e foi sepultado no Cemitério N. S. da Conceição, em Alfredo Chaves.



Fonte: Tito Togneri (bisneto).

■ José Togneri Jr.

- Nasceu no dia 26 de maio de 1875 na Fazenda Crubixá, Alfredo Chaves.
- Filho do italiano José Togneri e Rita Augusta Alves Togneri.
- Estudou em internato religioso em Petrópolis (RJ), onde completou o 2º grau. Em 1895, casou-se com Thereza Perin, de São Francisco do Batatal. Teve os filhos Augusto, Eleono-



ra, Heitor e Areodante. Depois que casou, mudou com a família para a sede do município. Trabalhava com comércio, comprava e exportava café. Quando seu pai viajava para a Itália, ele gerenciava o comércio e a fazenda da família.

- Foi prefeito no período de 1910 a 1913 e Delegado de Polícia. Construiu o cemitério do Morro da Macrina.
- Faleceu em junho de 1929 em Cachoeiro de Itapemirim, onde foi sepultado.

Fonte: *Tito Togneri (neto)*.

■ José Vanderley Benincá Zanetti

- Nasceu no dia 22 de março de 1968 em Anchieta (ES).
- Filho de Dila Benincá Zanetti e Neide Zanetti.
- Por volta de 1970, mudou-se com a família para Alfredo Chaves. cursou o ensino fundamental na sede de Alfredo Chaves, fez o científico na Escola Camila Motta e o curso de Contabilidade no Colégio Pio XII. Casou-se com Andrea Volponi e teve os filhos Victor e Caroline. Trabalhou com pecuária.
- Foi eleito suplente de vereador para o mandato de 1989 a 1992. Ocupou o cargo por um mês em 1992.



Fonte: *José Vanderley Benincá Zanetti*.

■ Josemar Parmagnani

- Nasceu no dia 14 de novembro de 1962 em Rio Veado, Alfredo Chaves.
- Filho de Erasmo Parmagnani e Edite Maioli.
- Casou-se com Kátia Regina Cecuti e teve os filhos Breno e Iara. cursou o primeiro grau (incompleto) na Escola Camila Motta, em Alfredo Chaves. Foi agricultor e hoje dedica-se ao comércio na sede do município.
- No período de 1997 a 2000 foi secretário de Obras do município. Concorreu por três vezes a vereador e em duas vezes foi primeiro suplente. Na eleição de 03 de outubro de 2000, foi eleito com 249 votos, sendo o mais votado do PSB.



Fontes: Livro *“Vultos Políticos do Estado do Espírito Santo – 2003”*, p. 35; *Kátia Regina Cecuti (esposa)*.

■ **Josmar Donna**

- Nasceu no dia 28 de setembro de 1972 em Alfredo Chaves.
- Filho de Jalcir Donna e Josefina Carriço Donna.
- Casou-se com Nilzete Guisso e teve os filhos Karoline e André. Estudou até a 6ª série do primeiro grau no Ginásio Pio XII, em Alfredo Chaves. É agricultor e reside na sede do município.
- Nas eleições de 2004, foi eleito com 442 votos pelo PSB para o mandato de 2005 a 2008. Nesse período atuou na Comissão de Finanças e Orçamentos e na Comissão de Obras e Serviços Urbanos. Na eleição de outubro de 2008, foi eleito com 418 votos pelo PSB para o período de 2009 a 2012. Junto aos vereadores Geraldo Natal e Mário Módolo aprovou o Projeto de Lei do voto aberto para a mesa diretora. Apresentou requerimento que reduziu o valor da taxa de iluminação pública.



Fonte: Josmar Donna.

■ **Júlio Savignon**

- Filho de Andrea Savignon e Maria Bassini.
- Residiu em Vila Nova de Ribeirão. Casou-se com Benilda Schiavino e teve os filhos Jovenal, Nilo, Ildefonso, Osiris, Modelinda, Artemízia, Maria, Benilda, Alzira, Antonieta e Jaci. Manteve casa de comércio.
- Foi eleito vereador para o mandato de 1951 a 1954.



Fontes: Arquivo da Prefeitura de Alfredo Chaves; Osete Pilon (neta).

■ **Juracy Antonico Breda**

- Nasceu em 09 de setembro de 1937 em São João, Alfredo Chaves.
- Estudou até a 4ª série do primário em São João, Alfredo Chaves. Casou-se com Sarinha Parteli e teve os filhos Rosimare, João Luís e José de Anchieta. Presidiu a Associação Comunitária de São João e fez doação de terreno para construção da quadra poliesportiva e cemitério de seu distrito. Trabalhou na agricultura.



- Foi eleito vereador para o mandato de 1971 a 1972, atuando como 2º secretário nos dois anos. Foi vereador também na legislatura de 1973 a 1976, sendo 1º secretário em 1975 e 1976.
- Faleceu no dia 04 de agosto de 1998, sendo sepultado em São João.

Fonte: Rosimare Breda (filha).

■ Lauro Ferreira da Silva Pinto

- Nasceu no dia 05 de abril de 1895 em Santo Antônio de Pádua (RJ).
- Filho do juiz Antônio Ferreira da Silva Pinto e Alexandrina Álvares de Azevedo Ferreira Pinto.
- Graduiu-se em farmácia pela Faculdade de Farmácia e Odontologia do Estado do Rio de Janeiro. Sua primeira farmácia foi em Sumidouro (RJ). Adquiriu em 1921, em Alfredo Chaves, a Farmácia Sanches, a que deu o nome de Farmácia Ferreira Pinto. Além de disponibilizar remédios fabricados em laboratórios, também comercializava medicamentos manipulados por ele. Cada paciente era individualizado e recebia medicamento com bula específica para o seu caso. Na ausência de médicos, ainda raros naquela época, era procurado por pacientes que apresentavam queixas de todo o tipo. Como tinha conhecimento adquirido no curso de medicina, atendia a todos, quaisquer que fossem os motivos. A sua dedicação lhe valeu muitos afilhados, compadres e comadres. Em 1922, casou-se com Yolanda Roversi Villar e teve os filhos Antônio, Alair, Ieda, Rolando, Berenice, Maria Enilse, Laura, Laurita, Maria Luiza, Roberto, Assunta e Sandra.
- Em 1943, o amigo e interventor do Estado, Jones dos Santos Neves, o convidou para ingressar na política. Foi nomeado prefeito no mesmo ano e buscou solução para um problema que há tempos se arrastava: o distrito de Sagrada Família, que tinha a vida de seus habitantes ligada a Alfredo Chaves mas pertencia a Guarapari. Lauro levou o pleito dos cidadãos daquele distrito ao governador, que determinou sua incorporação a Alfredo Chaves. Como deputado, serviu de ligação entre os prefeitos dos vários municípios que o procuravam e o Governo Estadual. Assim muitas obras foram realizadas em vários municípios, destacando-se em Alfredo Chaves: ligação permanente entre Alfredo Chaves e a rodovia que une Vitória ao sul do Estado (Alfredo Chaves – Placa), atualmente denominada Rodovia Lauro Ferreira Pinto; serviço de captação, tratamento e distribuição de água; serviço de esgoto sanitário; cadeia pública com instalações adequadas (a antiga utilizava o prédio da estação ferroviária); recursos financeiros para adquirir a área física onde o Ministério da Agricultura instalou o posto agropecuário; prédio adequado para o Grupo Escolar Camila Motta; usina de resfriamento e beneficiamento de leite, instalada em 1952, que mais tarde deu origem à Cooperativa de Laticínios da qual



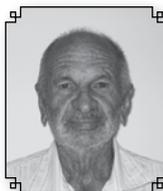
foi sócio fundador; área física própria para a instalação do serviço de telefonia DDD/DDI. Lauro foi parceiro de Jones dos Santos Neves na criação, em 15 de outubro de 1937, do Banestes (então Banco de Crédito Agrícola do Espírito Santo) para fomento da agricultura e da pecuária, com capital do Estado e também participação de acionistas privados.

- Em 1946 foi eleito deputado estadual pelo PSD, tendo sido constituinte em 1947 e presidente da Assembleia Legislativa em 1947 e 1948. Em 1950 reelegeu-se, e esteve à frente da Secretaria da Agricultura, Terras e Colonização de 18 de julho de 1951 a 28 de fevereiro de 1952.
- Em 1962, foi eleito prefeito para o mandato de 1963 a 1966. Dentre as atividades como deputado, secretário de Estado ou prefeito que mais beneficiaram o município destacam-se a abertura da estrada para São Bento de Urânia, o distrito mais distante da sede; a instalação do Posto de Puericultura (LBA), mais tarde posto de saúde; a instalação da agência do Banestes, uma das primeiras instaladas no interior do Estado; ampliação de abastecimento de água e calçamento de ruas centrais.
- Faleceu em 30 de dezembro de 1975 e foi sepultado em Alfredo Chaves.

Fontes: Maria Luíza e Roberto Ferreira da Silva Pinto (filhos); Centro de Memória da Assembleia Legislativa.

■ Leandro Belmok

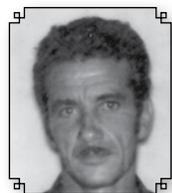
- Nasceu no dia 06 de outubro de 1929 em Nova Mântua, Alfredo Chaves.
- Filho de Antônio Belmok e Hermínia Orlandi Belmok.
- Estudou até a 4ª série no povoado em que nasceu. Na década de 50, casou-se com Naidés Lovatti e teve os filhos Roberto, Gilberto, Cláudio, Renato, Luiz, Dulcineia, Bernadete e Cláudia. Por volta de 1970, passou a morar na sede do município para os filhos estudarem.
- No período de 1980 a 1982, foi presidente do Diretório Municipal do PMDB. Foi vice-prefeito na administração de Ruzerte Gaigher, no período de 1983 a 1988.
- No final dos anos 80, fundou a Transportadora Belmok, da qual é proprietário. Manteve também atividade agropecuária e comercial.



Fonte: Leandro Belmok.

■ Luiz Boldrini

- Nasceu no dia 30 de junho de 1935 em Nova Estrela, Alfredo Chaves.
- Filho de Silvino Boldrini e Maria Caprini.
- Estudou até a 4ª série primária em Nova Estrela. Foi sócio da Cooperativa de Produtores de Banana de Alfredo Chaves. Na comunidade atuava como um mediador de conflitos e liderança religiosa. Dedicou-se a escrever e organizar peças de teatro religioso, que eram representadas na Quaresma e Semana Santa. Casou-se com Ana Oss e teve os filhos Claudenir José, Luiz Cláudio, Oliene, Maria Auxiliadora, Paulo Roberto e Fagner Luiz. Participou do Coral Italiano de Alfredo Chaves.
- Foi eleito vereador pela Arena para o mandato de 1977 a 1982, quando ainda residia em Nova Estrela. Atuou como vice-presidente da Câmara no exercício de 1977 a 1978 e como 1º secretário no biênio de 1981 a 1982.
- Faleceu em 19 de julho de 1989, sendo sepultado em Alfredo Chaves.



Fonte: Luiz Cláudio Boldrini (filho).

■ Luiz Carlos Ferreira Rangel

- Nasceu no dia 06 de novembro de 1956, em Alfredo Chaves.
- Filho de Arnaldo Ferreira Rangel e Flávia Gaigher Rangel.
- Casou-se com Assunta Maria Libardi e teve os filhos Luiz Eduardo e André. Formou-se em Letras na UFES, em Vitória. Em 1981, foi aprovado em concurso para o magistério estadual, retornando para Alfredo Chaves. Nos anos 80 e 90, foi jogador e dirigente do Esporte Clube.
- Foi eleito vereador pelo PMDB, com 357 votos, para o mandato de 1983 a 1988. De 1983 a 1984 e de 1987 a 1988, afastou-se da Câmara de Vereadores para atuar como secretário de Ação Social e Trabalho, dando ênfase à organização dos conselhos comunitários. Em 1983 foi 1º secretário da Câmara e, no período de 1985 a 1986, presidente. Foi eleito para o mandato de 1989 a 1992, pelo PDT, com 237 votos. Nos anos de 1989 e 1990, atuou como presidente da Câmara. No período de 1993 a 1996, ocupou o cargo de secretário municipal de Educação. Integrou as comissões que redigiram a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara.
- Foi diretor da Escola Estadual Camila Motta.



Fonte: Luiz Carlos Ferreira Rangel.

■ Luiz Gaigher

- Nasceu em 03 de outubro de 1920, em Caco do Pote, Alfredo Chaves.
- Filho de José Gaigher e Maria Pavesi Zerboni.
- Em 1929 foi estudar no Colégio Salesiano em Jaciguá, na época Município de Cachoeiro de Itapemirim. Aos 15 anos, começou a jogar futebol e recebeu o apelido de Mussolini. Aos 18 anos filiou-se ao PSD e foi fiscal do partido. Aos 19 anos, casou-se com Amélia Bernardi, falecida após 40 anos de casamento. Foi agricultor. No povoado de Cachoeira Alta, quando os serviços de saúde eram ainda precários, aplicava injeção nos moradores quando necessário. Em 1962, foi sócio-fundador da Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves, da qual foi diretor comercial por mais de 20 anos. Participou da fundação do Mepes, do Colégio Pio XII, e da Igreja Cristo Rei em Cachoeira Alta. Doou área para a construção da igreja, da Escola Maria Zerboni e do posto telefônico. Fundou o time de futebol e doou área para o estádio, que recebeu o nome de sua esposa, Amélia Bernardi Gaigher.
- Foi vereador nos mandatos de 1959 a 1962 e 1963 a 1966 e vice-prefeito de Alfredo Chaves no período de 1967 a 1970. Em 1961 e 1963 foi vice-presidente da Câmara.
- Faleceu no dia 26 de março de 1997 e foi sepultado em Alfredo Chaves.



Fontes: Arquivo Erta de Paula Gaigher; Lomar Gaigher Guerini (filha).

■ Marcos Cesar Siqueira de Souza

- Nasceu no dia 01 de junho de 1957 em Vitória.
- Filho de Gelson Perin de Souza e Jaci Siqueira de Souza.
- Trabalhou como jornalista por 16 anos nos jornais A Gazeta e A Tribuna. Em 1978, casou-se com Regina Celi Donadello e teve as filhas Marcela, Rina e Rovena. No início dos anos 80, por dois anos, atuou como assessor de imprensa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), no ES. Em 1990, foi morar em Alfredo Chaves e abriu um comércio de confecções, na sede do município, e uma granja, em Matilde.
- No mandato do prefeito Narcizo Grassi, de 1993 a 1996, foi assessor de gabinete por seis meses. Nesse mesmo mandato, foi secretário municipal de Saúde. Como secretário, viabilizou a realização de exame de vista no município, com a vinda de um oftalmologista, duas vezes por mês. Contratou seis ginecologistas para realização de preventivo. Fez parceria com farmácias do município



para oferecer insulina de graça aos portadores de diabetes. Foi presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura.

- Foi eleito vereador para o mandato de 1997 a 2000, com 296 votos, sendo o segundo vereador mais votado pelo PMDB e quarto no pleito geral. No primeiro ano de atuação como vereador, desfilou-se do PMDB, ficando mais de dois anos sem partido. Em 2000, filiou-se ao PSDB.
- Foi nomeado diretor administrativo do Ministério da Agricultura e do Abastecimento no ES. Em função no cargo, conseguiu em comodato a área de 2,3 hectares do Incaper para utilização da Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves (CLAC).

Fonte: Marcos Cesar Siqueira de Souza.

■ **Mário Roosevelt Espinosa Módolo**

- Nasceu no dia 10 de julho de 1981 no município de Alegre (ES).
- Filho de Roosevelt Módolo e Célia Santos Espinosa Módolo.
- Concluiu o primeiro grau em Matilde e o segundo grau em Ibitiruí. Foi casado com Miriam Faria Favero, é produtor rural e reside em Matilde. É casado com Tatiane Uliana Stein e pai de Pietra.
- Foi vereador no mandato de 2005 a 2008. Nessa legislatura foi 1º secretário da Câmara. Votou pela aprovação do Projeto de Lei do voto aberto para a mesa diretora. Na eleição de outubro de 2008, foi reeleito com 407 votos pelo PP. Foi o 1º vice-presidente da Câmara.

Fonte: Mário Roosevelt Espinosa Módolo.



■ **Miguel Antonio Mascoli**

- Nasceu em 30 de janeiro de 1917 em Ibitiruí, Alfredo Chaves.
- Filho dos imigrantes italianos Mascoli Nicola e Angela Ozelami Mascoli, que desembarcaram em Anchieta e casaram-se em Alfredo Chaves.
- Estudou até a 8ª série por correspondência. Casou-se com Adélia Ronfin e teve as filhas Maria das Graças, Regina Célia, Rita de Cássia, Angela Maria e Vera Lúcia. Trabalhou como agente chefe em várias estações da Estrada de Ferro Leopoldina. Aposentou-se como



ferroviário depois de 33 anos de trabalho, e passou a residir na sede de Alfredo Chaves em 1968.

- Foi vereador de 1959 a 1962, 1963 a 1966, 1973 a 1976. Para o mandato de 1977 a 1982, foi eleito com 359 votos pela Arena. Em 1977, 1978, 1981 e 1982 foi presidente da Câmara.
- Faleceu em 12 de setembro de 1988 e foi sepultado em Alfredo Chaves.

Fontes: Livro “Forças Vivas da Nação – 1978”, p. 58; Rita de Cássia (filha).

■ Narcizo de Abreu Grassi

- Nasceu no dia 04 de novembro de 1953 em Alfredo Chaves.
- Filho de Antonio Grassi e Ormy de Abreu Grassi.
- Formou-se em técnico agrícola na Escola Agrotécnica Federal de Alegre. Casou-se com Eliza Martha Bonella e teve os filhos Narcizo e Carolina. Trabalhou na Aracruz Celulose, em São Mateus; na Ruralplan Planejamento e Assessoria Agropecuária, desenvolvendo projetos para financiamento a produtores junto ao Banestes; e na Cooperativa dos Funcionários do Banco do Brasil do Rio de Janeiro.
- No período de 1983 a 1988, atuou como secretário de Administração e chefe do Setor Rodoviário da Prefeitura de Alfredo Chaves.
- Para o mandato de 1989 a 1992, foi eleito vereador pelo PMDB, com 424 votos. Afastou-se do cargo de vereador no período de 17 de fevereiro de 1989 a 16 de março de 1992 para assumir o cargo de chefe do Setor Rodoviário da Prefeitura de Alfredo Chaves.
- Em 03 de outubro de 1992, foi eleito prefeito do município pela Coligação Frente Alfredense. Criou o Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE); implantou 2.800 metros de eletrificação rural no município; oito pontes no interior; 820 metros de calçamento na sede e no interior; construiu a Escola de Quarto Território. Construiu a Unidade Mista de Saúde com atendimento 24 horas em convênio com a clínica do médico Klinger Minassa. Garantiu também convênio com a Clínica Santa Eliza, de Guarapari, para realização de exames. Entre 1997 e 2000, esteve à disposição da Prefeitura de Guarapari, em regime celetista.
- Nas eleições de 01 de outubro de 2000, foi eleito vereador pela Coligação Alfredo Chaves Livre, com 731 votos. Nos anos de 2001 a 2002, atuou como presidente da Câmara de Vereadores. Nesse período, reduziu o repasse de recursos para a Casa de Leis de R\$50 mil para R\$28 mil. Nas eleições de 05 de outubro de 2008, elegeu-se pela coligação Alfredo Chaves para Todos, com 553 votos. Foi eleito presidente do Diretório Municipal do PMDB de Alfredo Chaves.
- Reeleitou-se para o mandato de 2013 a 2016.



Fonte: Narcizo de Abreu Grassi.

■ Nelson Busato

- Nasceu em 12 de maio de 1942 em São Bento de Urânia, Alfredo Chaves.
- Filho de Henrique Busato e Hermínia Lorenzon.
- Autodidata, aprendeu a ler e escrever em casa. Trabalhou como agricultor e motorista, fazendo o transporte da própria mercadoria. É membro da Associação Comunitária dos Produtores de São Bento de Urânia, onde reside. Em 1973, casou-se com Inês De Nadi e teve os filhos Valdecir, Genésio, Marlene, Maria Inês, Dirceu, Luzia, Laucir, Maria Helena, Dinelsa, Ridinelsa, Regina e Marizete.
- Foi vereador no mandato de 1993 a 1996, pelo PMDB, na Coligação Frente Alfredense. Apresentou projeto para calçamento da sede de São Bento de Urânia, o que foi realizado mais tarde.



Fonte: Nelson Busato.

■ Nelson da Costa Mello

- Nasceu no dia 20 de março de 1899, em Alfredo Chaves.
- Filho de Inácio Coelho de Mello e Margarida da Costa Mello.
- Concluiu o ginásio, tendo se mudado para Cachoeira Alta em 1927. Casou-se com Alda Mello e teve a filha Aurenívia. Ficou viúvo e casou-se pela segunda vez, em 14 de fevereiro de 1942, com Aurenívia Alves de Paula. Teve as filhas Dalva e Diva.
- Trabalhou como contador (guarda-livros) e era produtor rural. Exerceu interinamente o cargo de procurador-tesoureiro da Prefeitura em 1931. Voltou à tesouraria em 1943. Passou a atuar na política do município em 1945, sendo prefeito de Alfredo Chaves nos anos de 1948 a 1951, pelo PSD. Empenhou-se em abrir e manter estradas e construir pontes, uma necessidade para a crescente demanda de transporte dentro do município. Assumiu o cargo de diretor do Instituto Brasileiro de Café (IBC) em 1954, sendo representante do Espírito Santo no instituto, com sede na Capital Federal. Em homenagem, parte da rodovia de Cachoeira Alta leva o seu nome.
- Faleceu no dia 21 de dezembro de 1959, sendo sepultado em Alfredo Chaves.



Fontes: Dalva Mello (filha) e Nelson Guimarães (neto).

■ Orlando Franzotti

- Nasceu em Araguaia, Município de Marechal Floriano (ES).
- Filho de Luiz Franzotti, imigrado de Trieste, na Itália, e Mariana Bourguignon.
- Estudou até o 4º ano primário na sede de Alfredo Chaves e transferiu-se para o recém-fundado Colégio Salesiano de Jaciguá, em 1925. Era carnavalesco e gostava de futebol, tendo sido tesoureiro do Alfredense Futebol Clube. Devoto de São Benedito, incentivou o Congo no bairro da Macrina. Foi coletor da Receita Estadual no município. Era primo em primeiro grau da escritora Haydée Nicolussi.
- Na vacância do cargo, foi nomeado prefeito para o período de 1947 a 1948. Foi filiado ao PSD.
- Faleceu no dia 06 de agosto de 2002.



Fonte: Rogério Franzotti (sobrinho).

■ Paulo Munaldi

- Nasceu no dia 25 de janeiro de 1945 em Cachoeira Alta, Alfredo Chaves.
- Filho de Argentino Munaldi e Maria Giori Munaldi.
- Estudou na Escola de Boa Vista até a 3ª série do primeiro grau. Foi agricultor e comerciante.
- Para o mandato de 2001 a 2004, foi eleito vereador com 531 votos. Foi reeleito para 2005 a 2008, com 418 votos. Nesse mandato, foi representante da Câmara Municipal como fiscal da merenda escolar. Foi o mais votado na eleição de outubro de 2008, sendo eleito com 706 votos. Atuou como presidente da Comissão Executiva do PMDB por 17 anos. Em 2000, deixou o PMDB e filiou-se ao PPS. Em 2012, reelegeu-se para o mandato de 2013 a 2016.



Fonte: Paulo Munaldi.

■ Pedro Berto Fiorin

- Nasceu no dia 17 de novembro de 1932 em Engano (hoje Ibitiruí), Alfredo Chaves.
- Filho de Fortunato Fiorin e Elisa Fiorot Fiorin.
- Casou-se com Arleyde Secchin e teve os filhos Roberto e Rogéria. Também é pai de Humberto Guedes Fiorin. Estudou até a quarta série do primeiro grau. Foi agricultor, proprietário de posto de gasolina e caminhoneiro.
- Atuou na política durante 25 anos em vários partidos, entre eles Arena e PMDB. Foi suplente de vereador no mandato de 1955 a 1958. Elegeu-se para as legislaturas de 1959 a 1962, 1963 a 1966 e 1967 a 1970, nesta última com 217 votos pela facção 1 da Arena. Reelegeu-se com 368 votos para o mandato de 1973 a 1976, também pela Arena. Atuou como vice-presidente no exercício de 1973 e 1974. Foi suplente de 1977 a 1982. É de sua autoria o projeto de criação do Distrito de Ibitiruí e da Escola de 1º Grau. O trecho da Rodovia ES-146 de Alfredo Chaves a Santo André tem seu nome.
- Faleceu em 04 de fevereiro de 2003 e foi sepultado em Santa Maria do Engano.



Fonte: Rogéria Fiorin (filha).

■ Pedro Fregonassi

- Nasceu no dia 27 de junho de 1924 em Batatal, Alfredo Chaves.
- Filho de Victorio Fregonazzi e Maria Pagotto Fregonazzi.
- Casou-se com Nice Costa e teve as filhas Letícia e Simone. Foi contador em Alfredo Chaves, a partir da década de 50, e diretor do Ginásio Pio XII. Exerceu os cargos de secretário e diretor comercial da Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves (CLAC) no período de 1967 a 1973 e foi presidente da Cooperativa de Produtores de Banana.
- Foi vereador no mandato de 1963 a 1966. Participou do Congresso Geral do Povo Alfredense como representante da classe dos comerciantes, em 27 de julho de 1984. A pedido da comunidade, o Ginásio de Esporte de Batatal tem seu nome.
- Faleceu em 25 de dezembro de 1991 e foi sepultado em Alfredo Chaves.



Fonte: Letícia Fregonassi (filha).

■ **Primo Armelindo Bergami**

- Nasceu em 03 de dezembro de 1947 em São João, Alfredo Chaves.
- Filho de João Batista Bergami e Iraci Guignoni Bergami.
- Casou-se com Marilda Bottechia e teve a filha Emanuela. Estudou na Escola de Recreio, em Alfredo Chaves, onde concluiu a 4ª série do primeiro grau. É agricultor.
- Foi eleito pela primeira vez vereador em 1992, pelo PSDB, para o mandato de 1993 a 1996, e reeleito para o mandato de 1997 a 2000. Em 2000 foi reeleito com 514 votos, ficando com a segunda colocação no partido e a quarta geral. Durante oito anos foi delegado do PSDB. Na eleição em 2004, foi eleito com 397 votos pelo PP, para o mandato de 2005 a 2008. No período de 2007 a 2008, foi 1º vice-presidente da Câmara. Na eleição de outubro de 2008, mesmo com 322 votos, não conseguiu legenda para ser eleito pelo PP. Em 2012, foi eleito com 385 votos.



Fontes: Livro “Vultos Políticos do Estado do Espírito Santo – 2003”, p. 33; Primo Armelindo Bergami.

■ **Rainor Breda**

- Nasceu no dia 26 de junho de 1945 em São João, Alfredo Chaves.
- Filho de Giovanni Breda e Paschoa Angela Salvador Breda.
- Formou-se em Farmácia e Bioquímica em 1972, em Vitória. Formou-se também em Ciências Jurídicas e Sociais em Cachoeiro de Itapemirim, em 1983. Fez curso de especialização em Recursos Humanos na Fundação Oswaldo Cruz, no Rio de Janeiro. Foi secretário do Conselho Regional de Farmácia e Chefe de Serviço de Saneamento da Secretaria de Saúde do Estado do Espírito Santo.
- Elegeu-se prefeito para o mandato de 1977 a 1982, com 2.076 votos, pela Arena. Foram as principais obras e serviços em seu mandato: ampliação do ensino de 1º grau para os distritos, posto de saúde para o interior, eletrificação rural, estradas vicinais, construção do Mercado Municipal, Salão Comunitário da Rua Macrina, construção do prédio dos Correios e Telégrafos, ampliação da 8ª série do 1º grau, criação do 2º grau da Escola Camila Motta, implantação da rede DDD e DDI em Alfredo Chaves; construção do Ginásio de Esportes. Fez convênio com o Governo Federal para assistência nutricional de crianças de zero a 4 anos. Em seu mandato, o governador Eurico Rezende recebeu em 24 de janeiro de 1982, em Alfredo Chaves, a Medalha do Mérito Municipa-



lista pelo asfaltamento da Rodovia Lauro Ferreira Pinto, que liga a sede do município à BR-101 Sul. Foi presidente da Associação Estadual de Prefeitos. Na agricultura, incentivou a produção da banana. Foi responsável por obras de rede de água e de esgoto da sede, Ibitiruí e Crubixá. Ampliou também a rede de esgoto de Matilde. Investiu na rede de esgoto e abastecimento de água do bairro Macrina e em tratamento de água por meio de fluoretação, na sede. Conseguiu a isenção do imposto sobre a banana no Espírito Santo.

- Eleger-se deputado estadual em 15 de novembro de 1986 e, na Assembleia Legislativa, foi líder do PDS. Foi membro da Assembleia Constituinte e participou da promulgação da Constituição do Estado do Espírito Santo, em 1989. Foi vereador pelo PFL, no período de 1997 a 2000. Atuou como presidente no exercício de 1999 e 2000. No período de 1989 a 2004 foi presidente da Fundação Assistencial de Alfredo Chaves, que mantinha o Hospital e Maternidade Sant’Ana.
- Casou-se com Jacqueline Trancoso Dias de Carvalho e teve os filhos Lara, Catarina Angela e Rainor Breda Filho.
- Atua como profissional autônomo (farmacêutico, bioquímico e advogado).

Fontes: Rainor Breda; Livro “Forças Vivas da Nação – 1978”, p. 58-59.

■ Regina Puppim

- Nasceu em 10 de novembro de 1933 em Ribeirão do Cristo, Alfredo Chaves.
- Filha de Agostinho Puppim e Julieta De Nadai.
- Fez a Escola Normal em Anchieta, formando-se professora em 1951. Em 1952 e 1953, deu aula para adultos em Ribeirão do Cristo. Em 1953, foi nomeada professora pela Secretaria de Educação do Estado, passando a dar aula para crianças de 1ª a 4ª série em Ribeirão do Cristo, em cuja igreja também foi catequista.
- Foi eleita vereadora para o mandato de 1959 a 1962, com 166 votos, pelo PSD. Fez indicação para destinação de verba para a Santa Casa de Cachoeiro de Itapemirim, onde muitos moradores de Alfredo Chaves eram atendidos.
- Em 1966, mudou-se junto com os pais para Vila Velha (ES), onde continuou a exercer o magistério até 1991. A partir de então, passou a dedicar-se ao voluntariado e ao ministério religioso.



Fonte: Regina Puppim.

■ Renato Vettoraci

- Nasceu no dia 18 de setembro de 1959 em Cachoeira Alta, Alfredo Chaves.
- Filho de Lourival Vettoraci e Cristina Cetto.
- Estudou até a 4ª série na escola de Cachoeira Alta.
- Foi eleito vereador para o mandato de 1983 a 1988, pelo PMDB, com 270 votos. Atuou como 1º secretário no exercício de 1987 e 1988. Quando vereador, fez indicação para construção da ponte de Joebinha para Boa Vista e para iluminação na estrada de Cachoeira Alta. Participou das eleições de 2004, pelo PPS, como candidato a vice-prefeito na chapa de Jorge Meneguel (PT), mas ambos não foram eleitos.
- Em 1990, casou-se com Ana Rita Bassetto e teve as filhas Maria Eduarda e Ana Renata. Também é pai de Carlos Tadeu. Tem comércio na sede do município.



Fonte: Renato Vettoraci.

■ Rinaldo Pedruzzi

- Nasceu em 1917 em Assunta, distrito de São João.
- Filho de Eugênio Pedruzzi e Virginia Sartori.
- Casou-se com Maria Rigoni e teve os filhos Virginia Luiza, Valdemar, Valtoir João, Valdina, Verônica, Vicente e Victória.
- Estudou até o 3º ano em São João. Em Alfredo Chaves, trabalhou como agricultor e dentista prático. Em 1968, mudou-se para Vila Velha, onde também atuou como dentista prático até 1975.
- Foi eleito vereador de Alfredo Chaves para o mandato de 1959 a 1962.
- Faleceu em 14 de março de 1977 e foi sepultado em Vila Velha.

Fonte: Arquivo da Câmara Municipal.

■ Roberto Fortunato Fiorin

- Nasceu no dia 20 de outubro de 1958 em Ibitiruí, Alfredo Chaves.
- Filho de Pedro Berto Fiorin e Arleyde Secchin Fiorin.
- Em 1981, formou-se em História na UFES. Em 1995, concluiu a faculdade de Administração em Colatina. Em segui-



da, fez pós-graduação em Planejamento Educacional na Faculdade Universo, no Rio de Janeiro.

- Foi prefeito no mandato de 1997-2000, pelo PSDB, tendo mais de 5.000 votos. Entre as principais realizações de sua gestão estão: viveiro municipal; desenvolvimento do projeto de microbacias para recuperação de nascentes; tratamento de esgoto em bairros da sede e em distritos; construção de cerca de 2 mil fossas; projeto de captação de água do região de Cafundó para atender à sede de Alfredo Chaves; calçamento e iluminação da sede até o bairro Cachoeirinha; construção de quadras cobertas e de escolas, reforma da Praça Colombo Guardia, na sede; instalação de 13 consultórios odontológicos, investimento considerado referência no Estado; montagem de biblioteca também considerada referência; instalação de telefones públicos no interior; captação e distribuição de água para diversas comunidades; instalação de Unidades de Saúde no interior; aquisição de máquinas, compactador de lixo e ônibus para transporte escolar; distribuição de bolsa-escola e cestas básicas para 400 famílias; inscrição de 450 crianças no Projeto Criança Cidadã; cursos profissionalizantes. Ao fim do mandato, deixou convênios e dinheiro em caixa para construção e reforma de quadras de esporte.
- Foi eleito vice-prefeito de Fernando Lafayette, sem vencimentos, para o mandato de 2005 a 2008. No final de 2005, solicitou afastamento da Administração e voltou a trabalhar no INSS e atuar como professor de história.
- De março de 2010 a maio de 2012, foi Secretário de Turismo de Alfredo Chaves. Em seguida, retornou ao INSS, onde ficou até julho de 2012, quando candidatou-se a prefeito, tendo sido eleito para o mandato de 2013 a 2016 pelo PSB com 5.615 votos. Depois da eleição, retornou ao INSS, onde trabalhou de outubro a dezembro de 2012.
- Nos dois primeiros anos da gestão como prefeito, adquiriu novos veículos para a prefeitura, inclusive seis para a Secretaria de Saúde e de Educação; ônibus para o transporte de estudantes para municípios vizinhos, compra realizada com recurso devolvido pela Câmara de Vereadores; construiu campos de futebol e novas pontes no interior; reformou quadras poliesportivas; iniciou a informatização da Escola Municipal Ana Araújo; concluiu o auditório da Secretaria Municipal de Educação, fez a reforma e adequação do Cmei José Anchieta e a recuperação de calçamentos de ruas danificadas pela enchente de 2012, entre outras obras.
- Em agosto de 2013, foi eleito presidente da Agência de Desenvolvimento do Turismo da Região da Costa e da Imigração (Adeturci). Como prefeito, participou das reuniões e ações para evitar a desativação da Ferrovia Leopoldina, que atravessa o centro do município.

Fonte: Roberto Fortunato Fiorin.

■ Romildo Casimiro Bettcher

- Nasceu no dia 14 de outubro de 1938 em Itapemirim (ES).
- Filho de Francisco Casimiro Cardoso e Berta Casimiro Bettcher.
- Estudou até o 1º ano do primário em Itapemirim. Casou-se com Odete Casteglione e teve as filhas Alzira, Teresa, Hilda, Jane, Sueli e Roberta. Em 1970, mudou-se para Alfredo Chaves e, em 1971, trouxe a família. Participou da fundação do Hospital Sant'Ana. Por 20 anos foi do Conselho Diretor e Fiscal da entidade. Também foi do Conselho Fiscal da Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves (CLAC) e administrou a frota de caminhões da entidade. Atuou por sete anos no Conselho Fiscal do Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB). Em 1976, com outros sócios, fundou a empresa Araponga Ltda., em Alfredo Chaves, para transporte e comercialização de banana. A organização chegou a ter 80 funcionários. De 1978 a 1982, atuou como presidente do Alfredense Futebol Clube; fundou o América Futebol Clube no bairro Cajá. Realizava compra de banana em todo o Estado, na Bahia e em Pernambuco. Por 23 anos, transportou banana para o Rio e São Paulo.
- Candidatou-se a vereador pelo PTB e foi eleito para o mandato de 1989 a 1992. Foi o terceiro mais votado, com 232 votos. Como vereador, participou da elaboração da Lei Orgânica do Município e apresentou projeto para a realização da feira que acontece na sexta-feira, ao lado da Igreja Matriz. O projeto foi implantado na gestão seguinte.
- Com Roberto Ferreira Pinto, criou o Clube do Cavalo, do qual foi presidente durante quatro anos. Nesse período, organizou cavalgadas para dentro e fora do município.



Fonte: Romildo Casimiro Bettcher.

■ Ronaldo Bianchi

- Nasceu no dia 21 de setembro de 1962 em São Bento de Batatal, Alfredo Chaves.
- Filho de João Bianchi e Lúcia Bastianello Bianchi.
- Estudou o 1º grau na Escola Pio XII, onde fez contabilidade. Fez o 2º grau para assistente administrativo na Escola Camila Motta.
- Casou-se com Regina Marcarini e teve os filhos Diego, Dayane e Dayara. Reside na sede do município e, desde 1982, tem uma oficina de reparação de veículos.



- Foi eleito vereador para o mandato de 1997 a 2000, com 265 votos, sendo o mais votado do PSB. Foi 1º secretário da Casa na segunda metade do mandato. Em 1998, apresentou o Projeto de Lei 797/98, referente a isenção do pagamento do IPTU para aposentados e pensionistas que ganhassem até um salário mínimo. Candidatou-se para vereador para a legislatura de 2001 a 2004, pelo PPS, sendo o 3º mais votado com 478 votos. No segundo ano do mandato, licenciou-se para assumir a Secretaria de Esportes de Alfredo Chaves.

Fonte: Ronaldo Bianchi; Arquivo da Câmara Municipal.

■ Ruzerte de Paula Gaigher

- Nasceu no dia 10 de junho de 1956 em Alfredo Chaves.
- Filho de Darcy de Paula Gaigher e Gilda de Paula Gaigher.
- Estudou o 1º grau no Grupo Escolar Camila Motta e na Escola Pio XII. cursou o 2º grau em Vitória. Em 1977, mudou-se para o Rio de Janeiro e, no ano seguinte, iniciou a faculdade de Engenharia Civil. Em 1981, retornou a Alfredo Chaves.
- No início dos anos 80, criou no município o diretório do PMDB. Foi eleito prefeito de Alfredo Chaves, com 26 anos, para o mandato de 1983 a 1988. No primeiro mandato como prefeito, para evitar o êxodo rural, incentivou a agricultura com investimentos em eletrificação rural, estradas, pontes, saúde e educação. Investiu no saneamento básico e calçamento de ruas no interior; colocou telefone nos distritos; implantou o 2º grau em Matilde e São João em convênio com o Estado. Criou o Congresso Geral do Povo Alfredense, que reunia associações, comércio, órgãos públicos, escolas e comunidade. Em 1983 e 1984, desenvolveu o Projeto Social da Macrina, que consistia no fornecimento de cestas básicas aos moradores carentes que tinham os filhos frequentando a escola. Em 1985 e 1987, viajou para a Itália, por convite da representação diplomática italiana. Foi representar os prefeitos capixabas em cujo município havia escolas do Mepes. É proprietário rural em Alfredo Chaves.
- No final dos anos 80, foi por 15 meses secretário de Estado do Interior. Nesse período implantou oito mil quilômetros de rede elétrica. Foi presidente interino da CESAN e presidente do Conselho Administrativo da COHAB e da CESAN de janeiro de 1989 a maio de 1990.
- Em janeiro de 1989, casou-se com Suelene Almeida Marchiori e teve o filho Darcy.
- Em 1990, candidatou-se a deputado estadual pelo PDT sendo o terceiro mais votado na apuração geral. No período de 1993 a 1996, foi vice do prefeito



Narcizo Grassi. Em 1995, ocupou o cargo de diretor geral da Assembleia Legislativa.

- Foi eleito pela segunda vez prefeito de Alfredo Chaves, para o mandato de 2001 a 2004.

Fonte: Ruzerte de Paula Gaigher.

■ Samuel Rossato

- Nasceu no dia 15 de janeiro de 1910 no Distrito de Sagrada Família, Alfredo Chaves.
- Filho de João Rossato e de Lúcia Ceruti.
- Casou-se com Maria Pessali e teve os filhos João Irineu, Adroaldo, Alzira, Altair, Adaltiva, Maria das Dores, José Maria, Laurita e Lauro.
- Foi vereador no mandato 1955 a 1958. Num segundo pleito, em 1971, ficou na suplência pela Arena com 233 votos (faltou um voto para ser titular). Seu maior empenho durante o mandato foi pela abertura da estrada de Sagrada Família para o Quinto Território. A estrada foi aberta seguindo o trajeto feito pelos primeiros imigrantes.
- Faleceu no dia 04 de dezembro de 2001 e foi sepultado em Campo Grande, Cariacica.



Fontes: José Maria (filho); Livro de Registro de Projetos, Resoluções e Leis, dezembro de 1955 e janeiro de 1956.

■ Sante Provedel

- Chegou da Itália em 19 de agosto de 1892, com 25 anos.
- Filho de Domenico Provedel e Angela Provedel.
- Casou-se com Joana Altoé e teve os filhos Angelina, Domingos, Atílio, Elvira e Antônio. Trabalhou de caixeiro em Matilde e teve um comércio em Carolina. Em 1914, abriu uma venda em Fruteiras. Em 1920, mudou-se para Matilde, em um sobrado perto da estrada de ferro. Em 1921, abriu em Duas Pontes uma filial da firma Sante Provedel e Filhos.
- Foi vereador no período de 1928 a 1930.
- Faleceu em 1930 em Vitória.



Fonte: Livro “Heróis das Montanhas”, p. 126 a 128.

■ Serafino Antonio Simoni

- Nasceu no dia 22 de maio de 1962 em São Francisco de Urânia, Alfredo Chaves, onde reside e trabalha como agricultor.
- Filho de Antônio Simoni e Maria de Lourdes Simoni.
- Casou-se com Euricledes de Fátima Gratieri e teve os filhos Rosane Aparecida, Renato Antônio e Renata Maria. Concluiu a 4ª série do primeiro grau na Escola Santa Luzia em São Bento de Urânia. Fez parte do Conselho da igreja de São Francisco de Urânia.
- Na eleição de 2004, foi eleito pelo PTB com 327 votos para o mandato de 2005 a 2008. Atuou como 2º vice-presidente no biênio 2005 e 2006. Em setembro de 2007, transferiu-se para o PSB. No período de 2007 a 2008, exerceu o cargo de 1º secretário da Câmara. Na eleição de outubro de 2008, obteve 298 votos mas não se elegeu. Em 2012, foi eleito vereador pelo PSB com 407 votos.



Fonte: *Serafino Antonio Simoni*.

■ Sérgio Bianchi

- Nasceu no dia 07 de janeiro de 1962 em Quarto Território, Alfredo Chaves.
- Filho de José Bianchi e Maria Ledelvina Rigoni Bianchi.
- Concluiu o primeiro grau na Escola Talma Sarmento de Miranda, no bairro de Campo Grande, em Cariacica (ES). Casou-se com Rozângela Bertoldi e teve os filhos Fabrício e Letícia. Passou a integrar o Conselho da Comunidade de Quarto Território, Conselho da Agricultura, Comissão de Educação do município e Conselho da Rádio FM Comunitária, da qual foi fundador.
- Foi eleito vereador para o mandato de 2001 a 2004, pelo PTB, com 275 votos. No biênio de 2001 e 2002 ocupou o cargo de vice-presidente. Para o mandato de 2005 a 2008 ficou como suplente, com 342 votos, pelo PP. Nesse período, foi subsecretário de Agricultura do município. Foi eleito vereador para o mandato de 2009 a 2012, pelo PP, com 594 votos. Atuou como 2º secretário da Mesa Diretora no biênio de 2009 e 2010 e como presidente em 2011 e 2012.
- Em 2001, foi um dos organizadores da caminhada que acontece de Quarto Território ao Convento da Penha. Em 2007, fundou e organizou os Motoqueiros da Fé, que também fazem o mesmo trajeto. Em 2003, participou da fundação do Comitê da Bacia do Rio Benevente e atuou como presidente da Comissão Provisória.



Fontes: Livro “Vultos Políticos do Estado do Espírito Santo – 2003”, p. 29; Sérgio Bianchi.

■ Sigefrido Colodetti

- Nasceu em 31 de dezembro de 1907 em Iriritimirim, Distrito de Matilde, Alfredo Chaves.
- Filho de Tomaso Colodetti e Ernesta Braggio, imigrantes italianos.
- Estudou até o 4º ano primário em Iriritimirim. Em 19 de julho de 1929, casou-se com Maria Prest e teve os filhos Ladyr, Lenize, Laudival, Lauber, Laudistone, Ledilma Ignez, Lúcia Ernesta e Luiz Alberto. Autodidata, nos anos 40 instalou uma pequena hidrelétrica em sua propriedade e gerou energia para a sua residência, introduzindo o rádio na localidade e cedendo iluminação para a igreja de São José. Utilizando a mesma tecnologia instalou energia elétrica em pequenas propriedades da região, e moinhos de fubá e quitungos para fabricação de farinha de mandioca. Nos anos 30 e 40, inovou com a criação de bicho da seda, sendo fornecedor da fábrica de fios de seda de Vargem Alta. Nesse mesmo período, fundou a fábrica São José, de gravatas e camisas de seda, em sua própria residência, em Iriritimirim. Com a ajuda da esposa, Sigefrido atendia à região, Vitória e Rio de Janeiro. Foi escrivão do cartório em São Marcos. Com a extinção do cartório, o acervo de documentos foi transferido para a sede da comarca. Desde os anos 30, hospedou em sua residência as professoras que davam aula em Iriritimirim. Manteve casa de comércio da década de 20 à de 60.
- Foi vereador no mandato de 1952 a 1954. Foi reeleito para o mandato de 1956 a 1958, com 119 votos, e ficou na suplência pela Aliança Popular Trabalhista (PTB-PRP) no mandato 1959 a 1962, com 102 votos. Em 1959 foi primeiro secretário da Câmara. Por seu empenho, diversos moradores de Iriritimirim se empregaram nas obras de abertura da BR-031 (hoje BR-262). Na década de 60, morou em Belo Horizonte e montou a firma Depósito Capixaba para venda de materiais de construção.
- Faleceu em 19 de novembro de 1968, em Belo Horizonte.



Fonte: Lúcia Colodetti (filha).

■ Telêmaco Galerani

- Nasceu em Campinho (Domingos Martins – ES). Quando criança mudou-se para Alfredo Chaves.
- Sua mãe, Luzia Pedroni Galerani, nasceu, estudou e casou na Itália. Ficou viúva, e com cinco filhos mudou-se no início do século XX para Vitória, onde se casou com Antonio Brasilis, que foi o primeiro dentista do município e montou



um cinema. Estudou até o 4º ano do curso básico, em Matilde. Era fotógrafo, maestro e tocava clarinete na Lira Alfredense. Era também artesão, e restaurou imagens de várias igrejas.

- Foi vereador e secretário da Prefeitura em 1931, e prefeito de 1935 a 1938, nomeado pelo interventor do Estado, João Punaro Bley.
- Faleceu em 1979, sendo sepultado no cemitério da sede de Alfredo Chaves.

Fonte: Rogério Franzotti (sobrinho).

■ Valtoir João Pedruzzi

- Nasceu no dia 21 de julho de 1943 no Distrito de São João, em Alfredo Chaves.
- Filho de Rinaldo Pedruzzi e Maria Rigoni.
- Estudou até a 4ª série na escola de São João. Em 1955, foi para um internato religioso em Vitória, onde fez a 5ª série. Casou-se com Zaudina Suave. Em um período de 30 anos, atuou como dentista, em Vila Nova de Maravilha e Iconha. Adquiriu os conhecimentos com o pai. No início dos anos 80, por um período de dois anos, foi presidente da Associação Sócio Beneficente de Crubixá.
- Foi eleito vereador para o mandato de 1983 a 1988. Atuou como vice-presidente no exercício de 1983, 1984, 1987 e 1988. No mandato de 1997 a 2000, foi eleito suplente pelo PSB. Exerceu o cargo no período de março de 1999 a dezembro de 2000. Foi autor do requerimento que resultou na implantação do 2º grau na Escola Municipal de São João.
- Aposentou-se como trabalhador rural.

Fonte: Valtoir João Pedruzzi.



■ Volmar Costa

- Nasceu no dia 25 de setembro de 1938 na sede de Alfredo Chaves.
- Filho de Arlindo Costa e Adamastora de Alcântara Costa.
- Estudou até a 4ª série do primário nas escolas Pio XII e Camila Motta. Prestou serviço militar no Rio de Janeiro, onde morou e trabalhou por quase cinco anos. Ainda na década de 60, retornou para Alfredo Chaves e abriu a sua própria oficina mecânica. Trabalhou com mecânica e elétrica e foi bombeiro hidráulico. Herdou os co-



nhcimentos de mecânica do pai. Casou-se com Maria Elba De Nadai e teve os filhos Cristiano e Cláudia. Trabalhou por 18 anos nos Correios em Alfredo Chaves. No Hospital Sant'Ana foi motorista da ambulância, durante 12 anos. Por algum tempo, foi simultaneamente motorista da ambulância do hospital e da Prefeitura, levando pacientes para a Capital, Belo Horizonte, Rio e São Paulo. Dirigiu ambulâncias durante 28 anos.

- Exerceu mandato de vereador no período de 1997 a 2000 pelo PSB e foi 2º vice-presidente nos dois últimos anos da legislatura.
- Em 1999, sofreu um acidente com a ambulância e se afastou do cargo, que foi exercido pelo suplente Valtair Pedruzzi.
- Faleceu em 18 de julho de 2012 e foi sepultado em Alfredo Chaves.

Fonte: Volmar Costa.

■ Wilians Pedro Fiorin

- Nasceu no dia 28 de dezembro de 1960 em Ibitiruí, Alfredo Chaves.
- Filho de Hilçon Antonio Fiorin e Arlete Secchin Fiorin.
- Estudou o primário no Distrito de Ibitiruí. Concluiu o ensino fundamental na Escola Polivalente Campo Grande, na cidade de Cariacica. Estudou na Escola de Segundo Grau Colombo Guardia, no distrito de Ibitiruí, em Alfredo Chaves. Casou-se com Amélia Vilela e teve os filhos Pedro e Francisco. Trabalhou como agricultor, pedreiro, caminhoneiro e motorista da Viação Alvorada. Foi também operador de máquinas na Prefeitura Municipal no período de 1999 a 2000.
- Chegou a ser filiado ao PMDB no início dos anos 90. Foi eleito vereador com 198 votos pelo PSB, para o mandato de 2001 a 2004, e 2º suplente para o mandato de 2005 a 2008, pelo PSB, com 255 votos, mas preferiu não assumir quando um titular se afastou.
- Em 2005, voltou a trabalhar como operador de máquina para a Prefeitura, primeiro como contratado e depois como concursado.



Fonte: Wilians Pedro Fiorin.

■ **Zózimo Murari**

- Lutou na Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Itália durante a Segunda Guerra Mundial. Ao retornar, manteve uma casa comercial.
- Foi eleito vereador pelo PSD para os mandatos de 1951 a 1954 e 1955 a 1958. Como vereador, preocupou-se com a construção e reforma de pontes do município. Por projeto de sua iniciativa, foi dado o nome de Colombo Guardia à praça central, então denominada Marechal Floriano.
- Em Iconha, a partir de 1963, exerceu dois mandatos como vereador.

Fontes: Arquivo da Prefeitura de Alfredo Chaves e da Câmara Municipal.

PARTE III

Gestão parlamentar

2005-2008 e 2009-2010

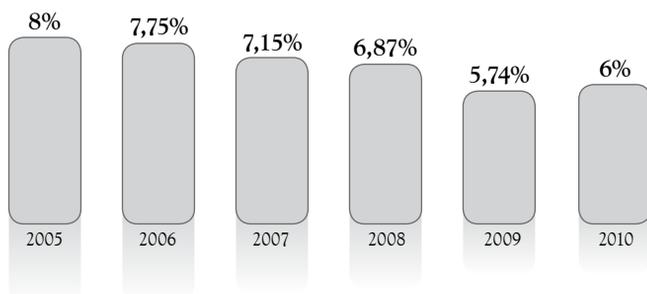
Mudanças na Câmara Municipal

No mandato de 2005 a 2008, o presidente da Câmara de Vereadores de Alfredo Chaves, João Bosco Costa, com os vereadores e colaboradores, realizou algumas mudanças na Casa de Leis: planejamento e organização do funcionamento da Câmara Municipal de Alfredo Chaves; redução do recesso parlamentar de 90 para 30 dias; melhorias na organização das sessões ordinárias e extraordinárias; prazo de 72 horas para os vereadores analisarem os requerimentos e os projetos que serão discutidos e votados na Sessão Ordinária; sessão extraordinária só é realizada em matéria de urgência urgentíssima, como em caso de calamidade; acabou a votação em regime de urgência urgentíssima, em que o projeto era apresentado, discutido e votado no mesmo dia e os vereadores votavam sem saber o que estavam aprovando ou não; o vereador que apresenta o projeto passou a ser obrigado a defendê-lo e apresentá-lo aos demais vereadores; durante a votação é feita a chamada nominal, o que permite ao vereador dar opinião sobre o projeto (ele não precisa mais permanecer sentado como forma de aprovação e levantar como resposta de desaprovação, como era feito antes); todos os vereadores têm acesso aos gastos do Legislativo, pois todos os meses é colocado um resumo dos gastos na pasta de cada vereador, como também é enviado para todas as secretarias municipais o balancete mensal; os vereadores não recebem mais remuneração das sessões extraordinárias (a despesa com pessoal na Câmara é pequena, pois os vereadores não têm assessores); houve uma redução em mais de 50% nos valores das diárias; foi feita a aquisição de um veículo para o Legislativo e do terreno para a construção do prédio da Câmara.

Diminuição do duodécimo

Conforme a Constituição Federal, nos municípios com até 100 mil habitantes as prefeituras devem repassar mensalmente para a Câmara de Vereadores 8% da arrecadação. Mas, desde 2006, houve uma redução desse índice. Essa queda do duodécimo representa economia para o Executivo, que pode investir em novas obras. Reeleito presidente em 2009, João Bosco Costa propôs uma nova redução no índice, em razão do aumento no orçamento municipal. A Câmara Municipal de Alfredo Chaves reduziu para 5,74% o índice do duodécimo que é repassado mensalmente ao Legislativo, garantindo para a Prefeitura uma economia R\$ 950 mil no ano. Em 2010, a Câmara passou a receber 6%, em vez dos 8% da arrecadação municipal.

Redução (em relação à arrecadação do município):



Devolução de dinheiro ao Executivo

Mensalmente a Câmara recebia R\$ 88 mil do Executivo, mas não gastava todo esse valor. O que sobrava, o presidente devolvia aos cofres públicos no final do ano. Seguindo a mesma rotina dos anos anteriores, a Câmara Municipal de Alfredo Chaves devolveu no final de 2009 recursos à Prefeitura. O valor de R\$ 132 mil foi repassado no dia 11 dezembro para ser utilizado pela Prefeitura na execução de projetos e celebração de convênios. Em 2008, a Câmara de Vereadores repassou R\$ 117 mil para a Prefeitura, importância utilizada para complementar a obra da Unidade Mista de Saúde do município. Nesse mesmo ano, a Câmara Municipal de Alfredo Chaves, na relação de gasto por vereador, ocupou o 77º

lugar entre os 78 municípios capixabas. Em 2007, houve um repasse de R\$ 240 mil para o início da obra da Unidade. Em 2006, repasse de R\$ 312 mil, utilizado para compra de maquinário para a Prefeitura. Já em 2005, o Executivo recebeu a devolução de R\$ 190 mil, utilizados para pagar contas da administração. De 2005 até 2009 foram devolvidos aos cofres da Prefeitura cerca de R\$ 1 milhão.

Investimento na Saúde

O Hospital e Maternidade Sant'Ana, que teve sua obra concluída na década de 70, mantinha um atendimento insuficiente. A Fundação Assistencial de Alfredo Chaves, instituição privada que era mantenedora da entidade, não reunia condições de atender às normas exigidas pelo Sistema Único de Saúde. Como consequência, o hospital foi fechado. A Prefeitura chegou a decretar como de utilidade pública o prédio onde funcionava o estabelecimento, mas não conseguiu a concessão do imóvel via processo judicial.

No município, a Unidade de Saúde já funcionava desde os anos 80. No mandato 2005 a 2008, foi implantado o Pronto Atendimento Municipal, que passou a funcionar no mesmo local da unidade. No princípio, o atendimento era feito apenas no final de semana, começando na sexta-feira, a partir das 19h, e encerrando na segunda-feira, às 7h. Em janeiro de 2006 passou a funcionar 24h.

Em agosto de 2007, foi iniciada a reforma da Unidade Sanitária da sede e a ampliação do Pronto Atendimento Municipal (PA). A obra foi planejada de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Saúde. A Prefeitura Municipal de Alfredo Chaves em parceria com a Câmara de Vereadores finalizou, em 2008, a obra da Unidade Mista de Saúde Municipal de Alfredo Chaves. O projeto para a ampliação e construção da Unidade de Saúde Mista Municipal custou cerca de R\$ 357 mil aos cofres públicos e foi totalmente financiado com o recurso devolvido à Prefeitura pela Câmara de Vereadores.

Serviços de radiologia do PA

O Legislativo passou a financiar os serviços de radiologia do Pronto Atendimento Municipal Klinger Minassa desde abril de 2010. O investimento incluiu

a contratação de técnico, médico radiologista, materiais e o funcionamento do aparelho de raio-x. O órgão devolveu mensalmente à Prefeitura R\$ 8.200,00, exclusivamente para o serviço.

Construção da sede do Legislativo

A Câmara Municipal de Alfredo Chaves sempre havia ocupado uma sede provisória. Em determinado período, os vereadores ocuparam a sala onde funciona atualmente o gabinete do prefeito. Depois, a Casa de Leis passou a funcionar em parte de um prédio da Prefeitura, que fica localizado à rua Cais Costa Pinto, s/nº - 2º andar, no Centro de Alfredo Chaves. Nesse espaço, o Legislativo ocupava três salas emprestadas para funcionamento do gabinete do presidente, sala de reunião e secretaria, que funcionava junto com a assessoria, contabilidade, arquivo e protocolo. Na estrutura, no mesmo pavimento, também estavam localizados um plenário para quase 40 pessoas, banheiro e cozinha.

A atividade legislativa foi ficando mais complexa e já não era mais possível funcionar em espaços improvisados. Assim, em 2005, fez-se uma previsão orçamentária para construção da sede própria do Legislativo. O terreno para a obra foi adquirido no mesmo ano, na mesma rua da sede provisória (rua Cais Costa Pinto, também conhecida como rua Beira Rio, no bairro Geovani Breda).

Desde 2006 estava prevista a edificação da sede da Câmara de Vereadores. O motivo de o projeto ter sido adiado foram os investimentos necessários que o órgão fez em parceria com a Prefeitura de Alfredo Chaves para beneficiar a população na área da saúde. Em abril de 2008, foi iniciada a construção da sede da Casa de Leis, concluída em 2009, e a solenidade de inauguração realizada em 29 de maio do mesmo ano, na presença da população, deputados e secretários de Estado. O então senador Renato Casagrande (PSB), também presente, recebeu o título de Cidadão Alfredense. Nesse mesmo dia, a Câmara Municipal lançou, em parceria com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, um selo postal comemorativo da nova sede. A obra, no valor R\$ 695 mil, foi realizada pela construtora Engecel Construções e Serviços Ltda.

A nova casa ocupa uma área construída de 720 m² e tem dois pavimentos, salas amplas, espaço cultural e plenário com ambiente climatizado e capacidade para 166 pessoas sentadas. A sede possui, no primeiro pavimento, estrutura para atender a portadores de necessidades especiais. O prédio é composto de nove

gabinetes para os vereadores, banheiros, salas para secretaria, arquivo, assessoria jurídica, de comunicação e contábil. O projeto do prédio da Casa de Leis foi desenvolvido pelo engenheiro Augusto Ferrari e os arquitetos Márcio Layber, Juliana Melo e Amália Zambom. O novo plenário foi denominado Brasilito Pilon, homenagem a um reconhecido benfeitor da população do município, e que exerceu mandato de vereador.

Em fevereiro de 2009, a Câmara Municipal de Alfredo Chaves reformulou o seu sistema administrativo e criou uma nova estrutura. Com a lei nº 228/2009, aprovada pelos vereadores, a Câmara Municipal de Alfredo Chaves passou a ter novos profissionais para atender aos vereadores e organizar os serviços da Casa.

Sala de Pesquisa

Em 2010 foi instalada a Sala de Pesquisa (documental e virtual) da Câmara Municipal, um espaço para estudo e capacitação, com acervo bibliográfico sobre política e com computadores ligados à internet, à disposição da população. Estão disponíveis também publicações informativas periódicas, semanais e mensais.

Registros da História

Em 2008, foi iniciado um trabalho de pesquisa para o desenvolvimento de um livro com a história do município e dos personagens da política de Alfredo Chaves, lançado no final de 2010 e reeditado em 2015. Outra iniciativa foi a galeria com as fotos dos vereadores que atuaram no município. O trabalho ainda está em andamento, mas os quadros referentes a algumas legislaturas já estão dispostos no corredor na Câmara.

Informativos e site da Câmara

Para publicação das ações do Legislativo, no período de 2006 a 2009, a Câmara veiculou informativos anuais. Atualmente, o Legislativo mantém um informativo trimestral, O Plenário, além da assessoria de imprensa para veiculação

de notícias nas redes de comunicação do Estado. Por meio do site da Câmara são divulgadas as leis, os editais, os projetos parlamentares, as receitas e despesas e informações do município. Esses veículos garantem a transparência nas ações da Casa de Leis e mais interação com a comunidade (www.camaraalfredochoaves.es.gov.br). O site entrou no ar em 2010, divulgando inclusive o resumo das sessões e o seu áudio na íntegra.

Visita de jovens e ações voluntárias

Em março de 2010, cerca de 550 alunos do 1º ao 9º ano da Escola Municipal Ana Araújo participaram de uma campanha social com o tema Olho Vivo no Dinheiro Público. Realizado pela Controladoria Geral da União, o objetivo do evento foi despertar nos estudantes a importância do controle social, além de promover a reflexão e o debate do tema na comunidade escolar.

A Câmara apoiou as campanhas realizadas pelo grupo Projovem Adolescente, desenvolvidas em parceria com a Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania. Nos meses de maio e junho foi realizada a Campanha do Agasalho, e uma caixa para arrecadação de doações foi colocada na Casa de Leis, um dos postos de coleta. No final de 2009, a Câmara também participou da arrecadação de brinquedos para doação no município.

2011-2012

Eleição da Mesa Diretora

A eleição dos novos membros da Mesa Diretora aconteceu em 15 de dezembro de 2010. A chapa vencedora era formada por cinco dos nove vereadores da Casa. Sérgio Bianchi (PP) foi eleito presidente, Mário Módolo (PP) vice-presidente, Narcizo Grassi (PMDB) 1º secretário, André Sartori 2º vice-presidente e Paulo Munaldi 2º secretário. A chapa concorrente era composta por Charles Gai-

gher (PSB), Darci Escandian (PSB) e Josmar Donna (PSB), e o atual presidente da casa, João Bosco Costa. A diretoria assumiu em 1º de janeiro de 2011.

Programa no rádio

Em fevereiro de 2011, a Câmara Municipal lançou o programa semanal Voz Alfredense na Rádio Comunitária de Alfredo Chaves Cultura FM. O quadro tinha duração de 15 minutos com apresentação às sextas-feiras, às 8h30. Além dos informes da Câmara, eram apresentados resumos das sessões e realizadas entrevistas.

Outubro Rosa

Um alerta sobre o câncer de mama, esclarecendo dúvidas sobre prevenção, sintomas e tratamento, destacando a importância do diagnóstico precoce da doença. Dessa forma o Legislativo Municipal manifestou apoio ao movimento Outubro Rosa. Em 2012, pela primeira vez a Casa de Leis aderiu à campanha, que tem dimensão internacional. Além de mesa-redonda com palestra, a fachada ganhou iluminação cor de rosa e os servidores afixaram fitas aos uniformes.

Concurso Público da Câmara Municipal

Em 2011, a Prefeitura de Alfredo Chaves publicou três editais de concurso público no município. No total, foram 222 vagas distribuídas entre a prefeitura, Câmara e Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE), com nove vagas para o Legislativo e jornada de trabalho de 40 horas semanais. Foram oferecidas oportunidades para candidatos de níveis fundamental incompleto e completo, médio e superior de escolaridade, para as funções de analista de comunicação, analista de contabilidade, analista de tecnologia da informação, oficial administrativo, motorista de gabinete, agente de serviços gerais e auxiliar de manutenção.

No dia 03 de setembro de 2012, os sete aprovados no concurso público da Câmara Municipal de Alfredo Chaves (Edital nº 001/2011) tomaram posse. Fo-

ram eles: Laiz Ariana Farias Fidalgo Pereira (Analista de Comunicação); Ivania Caprini Tamborini dos Santos e Brígida Botechia Bortolote Duarte (Oficiais Administrativos); Ana Paula Bastos Bazoni Alves (Motorista de Gabinete); Cíntia Tomazini Buzzette e Maria de Fátima dos Santos (Agentes de Serviços Gerais); Silvanei Henriques Leal (Auxiliar de Manutenção).

Transporte dos estudantes

Cerca de 160 jovens alfredenses cursavam faculdade ou curso técnico em Guarapari ou Cachoeiro de Itapemirim. O valor da locação dos veículos chegava a R\$ 23 mil todo mês. Em fevereiro de 2111, os estudantes se reuniram com o presidente da Câmara, Sérgio Bianchi, para reivindicar ajuda no transporte, que já era concedida nos anos anteriores. Bianchi sugeriu repassar R\$ 10 mil mensais para compra de um ônibus, mas a prefeitura informou que não poderia adquirir o veículo naquele ano. O prefeito acordou com os vereadores em contribuir mensalmente com outros R\$ 10 mil.

No final de maio se fez o primeiro repasse no valor de R\$ 10 mil ao Executivo, que corresponde a uma das oito parcelas programadas para ajudar no pagamento da locação. A parceria resultou no pagamento de mais de 80% por parte do Executivo e da Câmara, ficando rateado entre os estudantes o restante para completar o valor.

Enchente atinge prédio do Legislativo

Toda a parte térrea do prédio da Câmara de Alfredo Chaves foi atingida pela água, na enchente histórica de 30 de novembro de 2012, causando estragos na estrutura física, danificando equipamentos, móveis e documentos. A equipe do Legislativo trabalhou na recuperação e catalogação desses documentos. Alguns estavam muito danificados e outros foram salvos e colocados em pastas novas, mesmo com as marcas da enchente. O arquivo da Casa de Leis não foi atingido, pois está situado no segundo andar.

Houve perda de móveis, computadores, máquinas de impressão, arquivos de leis, protocolos e notas fiscais. Com os estragos do primeiro pavimento, os

setores de contabilidade, secretaria administrativa, comunicação, além de todo o atendimento e movimentação da Casa, tiveram que ser transferidos para o segundo piso. Houve danos também no Plenário. Para a limpeza imediata pós-enchente, os servidores realizaram um mutirão. Em dezembro de 2012, foi contratada uma empresa para executar o serviço de limpeza. O valor total pago pelo serviço foi de R\$ 37.450,00.

Sessões Legislativas

As Sessões Ordinárias da Câmara de Vereadores começaram a ser realizadas às quartas-feiras, em frequência quinzenal, a partir das 18h, no Plenário Brasilito Pilon.

Câmara abre CPI da Saúde

Em 2011, a Câmara aprovou a abertura de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na área da saúde por denúncias de que acadêmicos se passavam por médicos nos plantões do Pronto Atendimento (PA) e de compra de medicamentos além do necessário. Também foi motivo da CPI a contratação de uma ONG para administrar e executar os serviços de saúde.

Após seis meses de investigação, vereadores de Alfredo Chaves apresentaram, no dia 09 de dezembro de 2011, o relatório final da CPI da Saúde, pedindo o afastamento da secretária de Saúde, Edinéia dos Anjos Oliveira, e da chefe do Pronto Atendimento, Virgínia Junqueira Moreira, e também ação processante contra o gestor (prefeito municipal). De acordo com o relatório, foi constatado que houve omissão por parte das duas servidoras, pois, segundo o relatório, não foram tomadas providências em relação às denúncias. O parecer ainda solicitou que as informações apuradas fossem encaminhadas ao Ministério Público do Estado, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Tribunal de Contas do Espírito Santo e Tribunal de Contas da União. O exame das informações concluiu que não havia irregularidades e o processo foi arquivado.

Casa Lar do Idoso

A Casa Lar recebeu do Legislativo Municipal dois novos veículos para levar os idosos para consultas médicas, passeios e outras atividades. Os recursos foram obtidos por solicitação do vereador Narcizo Grassi, com intermédio do deputado estadual Sérgio Borges, ao Governo do Estado. Os veículos foram entregues em 22 de novembro de 2012.

2013-2014

Nova direção

João Bosco Costa assumiu pela quarta vez a presidência da Câmara Municipal de Alfredo Chaves e o seu sexto mandato como vereador. A solenidade de posse dos vereadores, prefeito e vice-prefeito eleitos foi realizada no dia 01 de janeiro de 2013 e contou com um público de mais de 200 pessoas. Alguns Projetos de Lei aprovados em 2013: criação da Controladoria Geral do Município de Alfredo Chaves; instituição do Fundo de Desenvolvimento Municipal (FDM); criação do Sistema Único da Assistência Social do Município (SUAS).

Outubro Rosa (2)

A Câmara aderiu à Campanha Outubro Rosa mais uma vez. Em parceria com a Associação Feminina de Educação e Combate ao Câncer (AFECC) e a Secretaria Municipal de Saúde, a Casa de Leis promoveu uma caminhada e a palestra “Saúde da Mulher: Prevenção do Câncer de Mama e Colo do Útero”. Durante o mês de outubro, a Secretaria de Saúde realizou exames preventivos e palestras no interior e na sede do município, para alertar o público feminino sobre

a importância do diagnóstico precoce. A Câmara de Alfredo Chaves teve a sua fachada iluminada de rosa.

Portal da Transparência

O Portal da Transparência foi lançado oficialmente na Sessão Ordinária do dia 08 de abril de 2013. Na página, o cidadão tem a acesso a licitações, relatório detalhado das despesas, contratos, folha dos servidores, relatório de gestão fiscal, entre outros assuntos. A ferramenta está disponível em um link no site da Câmara, o que permite ao cidadão acompanhar como o dinheiro público está sendo utilizado pelo Legislativo Municipal. A implantação do portal deu-se antes do prazo estipulado pelo Tribunal de Contas. No portal, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) permite um diálogo com quem o acessa (www.camaraalfredo-chaves.es.gov.br/transparencia).

Concluída obra de reforma pós-enchente

Por causa do cumprimento de dispositivos legais, a obra demorou alguns meses para sair do papel. Assim, a licitação para contratação da empresa aconteceu apenas no mês de setembro de 2013. O valor total da reforma ficou em R\$ 126.341,74, e foi realizada pela empresa vencedora da licitação, a Factor Construtora Ltda/ME, sendo a obra iniciada no dia 30 de setembro e concluída em 07 de janeiro de 2014. Todas as informações sobre a obra de reforma da sede da Câmara de Alfredo Chaves foram publicadas no Geo-Obras (software para gerenciamento de obras públicas), disponível no site do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE-ES). Em dezembro de 2013, foi realizada a licitação para aquisição de móveis e equipamentos de informática.

No primeiro piso, voltaram a funcionar o Plenário Brasilito Pilon, o Espaço de Pesquisa e Capacitação, a Secretaria, a Contabilidade, os Recursos Humanos, a Assessoria de Comunicação, a Diretoria Administrativa e outros setores. No segundo andar, permanecem a Assessoria Jurídica e os gabinetes dos vereadores. Nesse pavimento também funcionam o arquivo e o almoxarifado. De dezembro de 2012 até o início de 2014, todo o atendimento legislativo foi realizado no segundo

andar da Câmara Municipal. Em 2013, o Plenário e a biblioteca não funcionaram, tendo sido o Espaço de Pesquisa e Capacitação utilizado para realizar as sessões plenárias e as reuniões.

Devolução de dinheiro público ao Executivo

Atualmente, nos municípios com a até 100 mil habitantes, como é o caso de Alfredo Chaves, esse repasse deve ser de 7% de parte da arrecadação mensal da prefeitura. Mais uma vez os vereadores pediram à prefeitura para reduzir o valor do duodécimo do Legislativo, para direcionar mais recursos a obras e ações em benefício da qualidade de vida dos cidadãos.

Além da redução do duodécimo, foram devolvidos à Prefeitura mais de R\$ 100 mil, valor que os parlamentares sugeriram destinar para o Pronto Atendimento e a Policlínica Municipal, danificados desde a enchente ocorrida em 2012. Para essa reforma também foi repassado um recurso de R\$ 4.881,52, referente ao rendimento de aplicação financeira feita pelo Legislativo no período de julho a dezembro de 2013, investimento reservado à reforma pós-enchente na Câmara.

O prédio onde funcionam vários setores Secretaria de Saúde também recebeu melhorias, inauguradas em 31 de julho de 2014. As obras foram custeadas com recursos da própria municipalidade, com ajuda da Câmara Municipal. Com a reforma, o prédio que abriga a Farmácia Básica Municipal, a Agência Municipal de Saúde e as vigilâncias Ambiental, Sanitária e Epidemiológica recebeu melhorias, entre elas revestimento das paredes com aplicação de pastilhas; restauração de banheiros; troca de pisos, portas e portões; pintura externa e interna. No dia anterior, também foram inauguradas a Policlínica Municipal e o Pronto Atendimento Municipal.

O Pronto Atendimento e a Policlínica, situados na Rua Moacir Saudino, no Centro de Alfredo Chaves, receberam melhorias nas instalações, como pintura, troca de telhado, revestimentos das paredes, instalação de piso antiderapante e troca de portas. A Policlínica Municipal disponibiliza atendimento para 17 especialidades, além do acompanhamento de uma assistente social e enfermeiros.

Transporte dos estudantes (2)

Desde meados de 2013, foram repassados mensalmente R\$ 9 mil ao Executivo, sendo quase 90% desse recurso utilizados para custear o transporte dos estudantes do curso técnico e de graduação. Com isso, os estudantes passaram a pagar metade do valor da condução que os leva a Guarapari e Cachoeiro de Itapemirim. Desde 2005, a Câmara ajudava no subsídio de combustível e demais gastos do transporte dos alunos com repasse mensal médio de R\$ 8 a 10 mil. Em 2014, a Câmara Municipal devolveu ao Executivo R\$ 405 mil para compra de um ônibus para o transporte desses alunos. A devolução só foi possível devido a economias feitas pela Casa de Leis. Para isso, o Legislativo deixou de realizar a tradicional Sessão Solene e suspendeu a troca do carro oficial da Casa, prevista para esse ano. O ônibus, adquirido em 2014, tem itens como ar-condicionado, poltrona reclinável e banheiro.

Casa Lar do Idoso (2)

A Casa de Leis encaminha um repasse mensal no valor de R\$ 1 mil à prefeitura para ser destinado à Casa Lar Aconchego do Idoso de Alfredo Chaves. A instituição foi inaugurada em 2010 e atende idosos em regime integral, com cuidados de enfermagem, fisioterapia, assistência social, entre outros.

Fim do escrutínio secreto nas decisões legislativas

O fim do escrutínio secreto nas votações legislativas na Câmara Municipal aconteceu em 2006, assim como na Câmara Legislativa do Distrito Federal. A mudança ocorreu do voto secreto para nominal nas eleições da Mesa Diretora e comissões permanentes; aprovação de honorarias; perda de mandato de vereador e julgamento do prefeito por infração político-administrativa. O Legislativo de Alfredo Chaves foi um dos primeiros no país a extinguir o escrutínio secreto das decisões legislativas. A votação para apreciação de veto do prefeito passou de secreta para nominal em 14 de junho de 2010, por proposta de emenda de autoria dos vereadores Charles Gaigher, Josmar Donna e Sérgio Bianchi. Na Assembleia

Legislativa, o voto secreto foi extinto em 2007. Em 2013, o assunto foi pauta no país com a alteração da votação legislativa na Câmara dos Deputados.

Integração e capacitação dos servidores do Legislativo

Em agosto de 2013, foram implantadas as reuniões internas mensais para promover a integração entre servidores, compartilhar resultados e tomadas de decisão na Casa. Nos meses de maio e junho de 2014, foram realizadas capacitações de servidores. O 1º Treinamento Interno, com o tema Licitações e Contratos Administrativos, teve o objetivo de orientar e capacitar os servidores para execução de atos administrativos referentes ao procedimento de licitação e à formalização de contratos. Em junho, os servidores receberam orientações sobre os direitos e deveres instituídos pelas Leis nº 487/2014 e nº 488/2014, que tratam da reforma da estrutura administrativa do plano de cargos e vencimentos da Câmara. Foi também esclarecido aos servidores efetivos o procedimento de avaliação em estágio probatório. Durante 2013 e 2014, os servidores participaram de treinamentos online e presenciais, vários deles oferecidos em Vitória.

Sistema de ponto

A Portaria nº 007/2014 institui o sistema de ponto da Casa. Esclarecimentos foram dados sobre o funcionamento do equipamento biométrico e da contabilização do banco de horas.

Estrutura Administrativa e Plano de Cargos e Vencimentos

A Lei nº. 487/2014 é referente à nova Estrutura Administrativa da Câmara Municipal de Alfredo Chaves. A Lei nº. 488/2014 é referente ao Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Alfredo Chaves. A Câmara é composta por três funcionários contratados, três comissionados e sete efetivos.

Comissão de Avaliação

A Comissão de Avaliação dos Servidores Públicos Efetivos (CASPE) da Câmara de Alfredo Chaves foi nomeada pela Portaria n.º 010/2014, nos termos da Lei n.º 488/2014. A portaria dispõe sobre a designação de membros para a Comissão de Avaliação de Servidores Públicos Efetivos da Câmara Municipal em Estágio Probatório e dá outras providências. Foram designados para participar da Comissão: Luiz Claudio Pinto Junior, Ney Lamberti e Teresa Cristina Daniel Xavier. Os servidores designados para compor a comissão não fazem jus a remuneração. A primeira avaliação dos servidores efetivos foi realizada em setembro de 2014.

Criação do setor de patrimônio

Desde 2013, parte da equipe de servidores da Câmara de Alfredo Chaves está envolvida com a organização de documentos e registros fotográficos de todos os bens do Legislativo Municipal. No segundo semestre do ano, a equipe teve o apoio de uma consultoria contábil. Em 2014, o setor foi informatizado, o que facilita manter as informações do patrimônio sempre atualizadas, principalmente em relação à depreciação e valorização dos bens. A Comissão de Patrimônio foi nomeada no dia 1º de julho de 2014, e logo deu início ao levantamento e cadastramento patrimonial. A realização do inventário inclui principalmente verificar a localização de todos os bens e sua classificação, avaliar o estado de conservação e emitir relatórios com recomendações.

Comunicação e educação

A Câmara e Prefeitura de Alfredo Chaves realizaram o 1º Ciclo de Debates sobre Comunicação Social no dia 27 de junho de 2014, no Plenário Brasilito Pilon. Cerca de 50 servidores participaram do evento, que contou com palestras das jornalistas Bruna Borjaille (Rede Gazeta) e Gabriela Zorzal (Assembleia Legislativa do ES). No mês de agosto, o Legislativo Municipal recebeu o projeto Arca das Letras.

2015

Corte no salário

Com pouco mais de dois meses à frente da presidência da Câmara Municipal, o presidente Gilson Luiz Bellon oficializou perante o Plenário a decisão nº 003/2015, por meio da qual determinou, a partir daquele dia 11 de março, o corte no subsídio dos vereadores que se ausentassem do Plenário antes do término da Sessão. A medida foi motivada após o episódio de alguns vereadores se retirarem do Plenário, durante a sessão, como manobra para não emitir voto em matérias polêmicas ou, ainda, recusar votação de matéria do Executivo. A decisão apoiou-se em instrumentos como a Lei Ordinária n.º 204/2008, a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara.

Marcha a Brasília

O presidente, vereador Gilson Luiz Bellon, e o primeiro secretário da Casa, vereador Charles Gaigher, representaram Alfredo Chaves na XVIII Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios. No evento, eles buscaram articular apoio para atender às demandas da comunidade e reivindicar melhorias. Os vereadores recorreram a deputados e senadores capixabas para solicitar atenção à saúde no município, pleiteando o repasse de mais verbas, inclusive para a construção de uma nova unidade de atendimento, e ainda reiteraram uma reivindicação antiga das comunidades: a expansão do sinal de telefonia móvel para o interior do município.

Licitação para aquisição de veículo

Na gestão do presidente Gilson Luiz Bellon, foi aberto procedimento licitatório para aquisição de um novo veículo automotivo para atender às demandas da Casa, que incluem desde serviços administrativos até deslocamento de vereadores ou servidores. O antigo carro, um modelo Gol 2005/2006, em condições precá-

rias, exigia muitos gastos com manutenção. O veículo antigo deverá ser doado à Prefeitura, que conta com uma frota restrita.

Legislativo (Equipe Técnica e Assessoria 2013-2015)

- **Procurador Legislativo:** Ney Lamberti
- **Assessor Parlamentar:** Luiz Claudio Pinto Junior
- **Diretora Geral:** Teresa Cristina Daniel Xavier
- **Gerente de Pessoal, Patrimônio e Almoxarifado:** Brígida Botechia Bortolote Duarte
- **Gerente de Compras:** Raquel Vaneli
- **Analista de Comunicação:** Laiz Ariana Farias Fidalgo Pereira
- **Oficial Administrativo:** Ivania Caprini Tamborini dos Santos
- **Assessor Contábil:** Edison Antônio Boldrini
- **Analista de Tecnologia da Informação:** Sabrina Prêmoli Darós
- **Motorista de Gabinete:** Ana Paula Bastos Bazoni Alves
- **Agentes de Serviços Gerais:** Cíntia Tomazini Buzzette e Maria de Fátima dos Santos
- **Auxiliar de Manutenção:** Silvanei Henriques Leal

Executivo (2013-2016)

- **Prefeito:** Roberto Fortunato Fiorin
- **Vice-Prefeito:** Ademir José Boldrini
- **Controladoria Geral:** Edilézia Alves
- **Procuradoria:** Nelson Guimarães
- **Coordenadoria de Planejamento e Desenvolvimento:** João Luiz Monteiro
- **Coordenadoria do Núcleo de Atendimento ao Contribuinte:** Eloilson de Souza Cetto
- **Serviço Autônomo de Água e Esgoto (SAAE):** Osvaldo Sgulmaro

Secretarias

- **Agricultura:** Antônio Carlos Petri
- **Administração:** Edilézia Eduardo dos Santos Alves
- **Assistência Social e Cidadania:** Jacirley de Almeida Silva
- **Comunicação Social:** Dirceu de Souza Cetto
- **Educação:** Rogéria Lúcia Fiorin Gaigher
- **Esportes e Lazer:** Cledson Meira Guimarães
- **Finanças:** Edilézia Eduardo dos Santos Alves
- **Meio Ambiente e Serviços Urbanos:** Ronivaldo Gaigher Natali
- **Planejamento e Desenvolvimento:** Rotiléia da Penha Gaigher
- **Obras:** Orlando José Pessali
- **Saúde:** Gabrielle Roveta Melo
- **Turismo e Cultura:** Gabriel Fiorin

Presidentes da Câmara* e vereadores**

LEGISLATURA 1947 A 1950

Presidente | João Aquino Malheiros.

Vereadores | Angelo Pilon, Arthur Orlandi, Domingos Grillo, Erineu Noberto Salvador, Fiorino Puppín, Guilherme Paterlini, João Aquino Malheiros, João Fregonazzi Netto e Sigefrido Colodetti.

LEGISLATURA 1951 A 1954

Presidentes | Guilherme Paterlini e João Aquino Malheiros.

Vereadores | Arthur Orlandi, Fiorino Puppín, Guilherme Paterlini, João Aquino Malheiros, João Fregonazzi Netto, José Gaigher, Joaquim Magnago, Julio Savignon e Sigefrido Colodetti.

LEGISLATURA 1955 A 1958

Presidente 1955 a 1957 | Fiorino Pupin.

Presidente 1958 | Constantino De Nadai.

Vereadores | Arthur Orlandi, Constantino De Nadai, José Bellon Filho, Fiorino Puppín, Henrique Meilli Júnior, João Fregonazzi Netto, Sigefrido Colodetti, Samuel Rossato e Zózimo Murari.

Vereadores Suplentes | Augustinho José Bonella, João de Nadai, José Guerini, Emílio Camilette e Pedro Berto Fiorin.

LEGISLATURA 1959 A 1962

Presidente 1959 a 1961 | Arthur Orlandi.

Vereadores | Arthur Orlandi, Haroldo Carlos Paterlini, Henrique Meilli Júnior, Dionilo Isaías Costa, José Bellon Filho, Miguel Antonio Mascoli, Pedro Berto Fiorin, Regina Puppini e Rinaldo Pedruzzi.

Vereadores Suplentes | Augustinho José Bonella, Constantino De Nadai, Luiz Gaigher e Sigefrido Colodetti.

LEGISLATURA 1963 A 1966

Presidente 1963 a 1966 | José Bellon Filho.

Vereadores | Ademor Magnago, Arthur Orlandi, Haroldo Carlos Paterlini, Dionilo Isaías Costa, José Bellon Filho, Luiz Gaigher, Miguel Antonio Mascoli, Pedro Berto Fiorin e Pedro Fregonassi.

Vereadores Suplentes | Constantino De Nadai e Carlos Tobias.

LEGISLATURA 1967 A 1970

Presidente 1967 a 1970 | Carlos Tobias.

Vereadores | Ademor Magnago, Brasilito Pilon, Carlos Tobias, Clarindo Grillo, Constantino De Nadai, Florindo Paganini, Haroldo Carlos Paterlini, Jair Breda e Pedro Berto Fiorin.

LEGISLATURA 1971 A 1972

Presidente 1971 a 1972 | Arnaldo Ferreira Rangel.

Vereadores | Antônio Mariano, Arnaldo Ferreira Rangel, Florindo Paganini, Haroldo Carlos Paterlini, José Bellon Filho, Juracy Antonico Breda e Miguel Antonio Mascoli.

LEGISLATURA 1973 A 1976

Presidente 1973 a 1974 | José Bellon Filho.

Presidente 1975 a 1976 | Haroldo Carlos Paterlini.

Vereadores | Antônio Mariano, Haroldo Carlos Paterlini, José Aristóteles Calente, José Bellon Filho, Juracy Antonico Breda, Miguel Antonio Mascoli e Pedro Berto Fiorin.

LEGISLATURA 1977 A 1982

Presidente 1977 e 1978 | Miguel Antonio Mascoli.

Presidente 1979 e 1980 | Haroldo Carlos Paterlini.

Presidente 1981 e 1982 | Miguel Antonio Mascoli.

Vereadores | Antônio Cláudio Gaigher, Florindo Paganini,
Haroldo Carlos Paterlini, Ismael Iramos
Bongestab, José Bellon Filho, Luiz Boldrini e
Miguel Antonio Mascoli.

Vereador Suplente | Clarindo Grillo.

LEGISLATURA 1983 A 1988

Presidente 1983 e 1984 | José Antônio Bona.

Presidente 1985 e 1986 | Luiz Carlos Ferreira Rangel.

Presidente 1987 e 1988 | José Antônio Bona.

Vereadores | Aguinaldo Bissoli, Aílto Antonio Destefani,
Almir Antonio Fávero, José Antônio Bona,
Luiz Carlos Ferreira Rangel, Renato Vettoraci e
Valtoir João Pedruzzi.

Vereador Suplente | Domingos Laurindo Cola.

LEGISLATURA 1989 A 1992

Presidente 1989 e 1990 | Luiz Carlos Ferreira Rangel.

Presidente 1991 e 1992 | Antônio Negreiros Neto.

Vereadores | Almir Antônio Fávero, Aloísio Vanderley
Fornazier, Aguinaldo Bissoli, Alfredo Rosseto,
Antonio Domingos Almonfrey, Antônio
Negreiros Neto, Antonio Valdir Gobbi Buback,
Carlos Alberto Costa, Jair Breda, José Antônio
Bona, Luiz Carlos Ferreira Rangel, Narcizo de
Abreu Grassi e Romildo Casimiro Betecher.

Vereadores Suplentes | Domingos Laurindo Cola e José Vanderley
Benincá Zanetti.

LEGISLATURA 1993 A 1996

Presidente 1993 e 1994 | André Sartori.

Presidente 1995 e 1996 | Almir Antônio Fávero.

Vereadores | Alfredo Rosseto, Almir Antônio Fávero, André Sartori, Antônio Carlos Thomazine, Antônio Domingos Almonfrey, Antônio Valdir Gobbi Buback, Cleomir Gobbi Buback, Éder Vittorino dos Santos, Jerônimo Bissoli, João Bosco Costa, Job Nascimento Igreja, Nelson Busato e Primo Armelindo Bergami.

Vereador Suplente | Gilson Nunes Ávila.

LEGISLATURA 1997 A 2000

Presidente 1997 e 1998 | Antônio Cláudio Bissoli.

Presidente 1999 e 2000 | Rainor Breda.

Vereadores | André Sartori, Antônio Cláudio Bissoli, Antônio Domingos Almonfrey, Cleomir Gobbi Buback, Jamir Pietralonga, João Bosco Costa, Job Nascimento Igreja, Luiz Gilberto Bertholdi, Marcos César Siqueira de Souza, Primo Armelindo Bergami, Rainor Breda, Ronaldo Bianchi e Volmar Costa.

Vereador Suplente | Valtoir João Pedruzzi.

LEGISLATURA 2001 A 2004

Presidente 2001 e 2002 | Narcizo de Abreu Grassi.

Presidente 2003 e 2004 | Job Nascimento Igreja.

Vereadores | Almir Antônio Fávero, Antonio Cláudio Bissoli, Antônio Domingos Almonfrey, Gilson Luiz Bellon, João Bosco Costa, Job Nascimento Igreja, Josemar Parmagnani, Narcizo de Abreu Grassi, Paulo Munaldi, Primo Armelindo Bergami, Ronaldo Bianchi, Sérgio Bianchi e Wilians Pedro Fiorin.

Vereador Suplente | Antônio Moreschi Sobrinho.

LEGISLATURA 2005 A 2008

Presidente 2005 a 2008 | João Bosco Costa.

Vereadores | André Sartori, Darci Escandian, Geraldo Natal, João Bosco Costa, Josmar Donna, Mário Módolo, Paulo Munaldi, Primo Armelindo Bergami e Serafino Simoni.

Vereadores Suplentes | Irineu Ramos Vidal e Angelo Arpini.

LEGISLATURA 2009 A 2012

Presidente 2009 e 2010 | João Bosco Costa.

Presidente 2011 e 2012 | Sérgio Bianchi

Vereadores | André Sartori, Charles Gaigher, João Bosco Costa, Josmar Donna, Mário Módolo, Paulo Munaldi, Sérgio Bianchi, Darci Escandian e Narcizo de Abreu Grassi.

LEGISLATURA 2013 A 2016

Presidente 2013 e 2014 | João Bosco Costa

Vereadores | André Sartori, Charles Gaigher, Fernando Alves, Gilson Luiz Bellon, João Bosco Costa, Paulo Munaldi, Primo Armelindo Bergami, Narcizo de Abreu Grassi e Serafino Antônio Simoni.

Presidente 2015 e 2016 Gilson Luiz Bellon

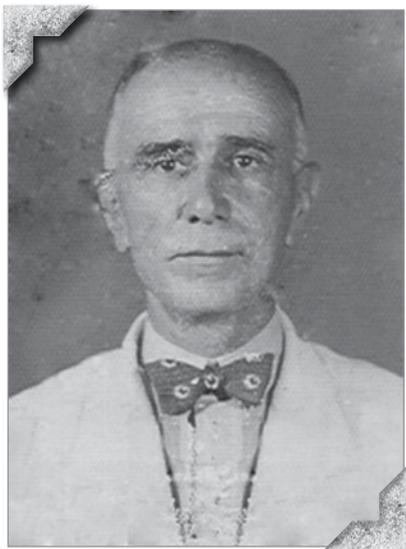
Vereadores | André Sartori, Charles Gaigher, Fernando Alves, João Bosco Costa, Narcizo de Abreu Grassi, Paulo Munaldi, Primo Armelindo Bergami e Serafino Antônio Simoni.

* *A composição da Câmara aqui publicada refere-se aos períodos dos quais foram encontrados registros completos.*

* * Vereadores entre 1918 e 1937: Adolpho Bottecchia, Aguinaldo Costa, Alfredo Bernabé, Angelo Botéchia, Angelo Bernabé, Angelo Puppim, Antônio Brasilis, Antônio Campeiro de Oliveira, Antonio Chrisanto Sant'anna, Antonio Pereira Lima, Antônio Soares Pinto Júnior, Bernardo Cavatti, Carlos Grassi, Carlos Soares Pinto, Celso Nazario de Paula, Colombo Guardia, David Bianchi, Domingos Provedel, Francisco Antônio Esteves, Francisco Mariani, Ítalo Campo Dall'Orto, Jacintho Brunoro, João Brais, João Fortunato Piovezan, Joaquim Lourenço de Jesus Mattos, Joaquim Magnago, José Togneri Júnior, Luiz Campo Dall'Orto, Mário Pires Martins, Pedro Boldrini, Pedro Secchin, Sante Provedel e Victorio Fregonazzi.

Prefeitos e vice-prefeitos

1891 a 1903	_____	Joaquim da Costa Pinto, José Togneri, Joaquim Antônio Pinheiro e Antônio Soares Pinto
1903 a 1915	_____	José Togneri, Guido von Doelinger, José Togneri Júnior e Colombo Guardia
1916 a 1918	_____	Antônio Soares Pinto Júnior
1918 a 1919	_____	Colombo Guardia
1919 a 1920	_____	José Ferreira Lima
1920 a 1922	_____	Francisco Augusto José Alves
1923 a 1927	_____	Colombo Guardia
1928	_____	Olival Brígido Vieira Pimentel
1929 a 1930	_____	Carlos Soares Pinto
1930 a 1931	_____	Aguinaldo Costa
1931 a 1932	_____	Joel da Escóssia
1933 a 1934	_____	Celestino Maurício Quintanilha
1934	_____	José Pereira de Mello
1935	_____	Celestino Maurício Quintanilha
1935 a 1938	_____	Telêmaco Gallerani



Antônio Soares Pinto

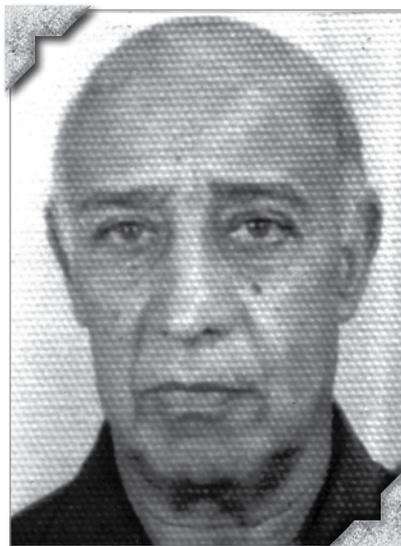


Joel da Escóssia

- 1939 _____ Feliciano Garcia
- 1939 a 1942 _____ Adílio Valadão
- 1943 a 1945 _____ Lauro Ferreira da Silva Pinto
- 1945 a 1946 _____ Carlos Soares Pinto
- 1946 _____ Armando Barbosa Quitiba
- 1947 _____ Orlando Franzoti
- 1948 a 1951 _____ Nelson da Costa Mello
- 1951 a 1955 _____ Eurico Bonacossa
- 1955 _____ João Aquino Malheiros
- 1955 a 1959 _____ Erineu Norberto Salvador
- 1959 a 1963 _____ Fiorino Puppim



Feliciano Garcia



Armando Barbosa Quitiba

1963 a 1966	Lauro Ferreira da Silva Pinto Eurico Bonacossa
1967 a 1970	João Fregonazzi Netto Luiz Gaigher
1971 a 1972	Darcy de Paula Gaigher José Grasseli
1973 a 1976	João Fregonazzi Netto Ademor Magnago
1977 a 1982	Rainor Breda Antônio de Almeida
1983 a 1988	Ruzerte de Paula Gaigher Leandro Belmok
1989 a 1992	Herval Gaigher Ismael Iramos Bongestab

1993 a 1996	Narcizo de Abreu Grassi Ruzerte de Paula Gaigher
1997 a 2000	Roberto Fortunato Fiorin Edevanilde Goreti Breda
2001 a 2004	Ruzerte de Paula Gaigher André Sartori
2005 a 2008	Fernando Videira Lafayette Roberto Fortunato Fiorin
2009 a 2012	Fernando Videira Lafayette Antonio Cláudio Bissoli
2013 a 2016	Roberto Fortunato Fiorin Ademir José Boldrini

Distâncias entre a sede e o interior

DISTRITOS	LOCALIDADES	KM DA SEDE
Sagrada Família	Sagrada Família (sede)	10
	Figueira	08
	Rio Veado	12
	Quinto Território	13
	Independência	17
Crubixá	São João (sede)	18
	São Vicente	22
	São Joaquim	21
	União	23
	Piemonte	26
	Nova Estrela	18
	Nova Mântua	12
	Assunta	17
	Recreio	14
	Bom Retiro	19
Ribeirão do Cristo	Ribeirão do Cristo (sede)	35
	Aparecida	28
	Ribeirão de Santo Antônio	24
	São Bento de Batatal	19
	Vila Nova de Ribeirão	18
S. Bento de Urânia	S. Bento de Urânia (sede)	41
	Redentor	48
	São Francisco de Urânia	47
	Santa Luzia de Urânia	48
	Três Cruzes	30
	Córrego Fortuna	45

DISTRITOS	LOCALIDADES	KM DA SEDE
Ibitiruí	Ibitiruí (sede)	16
	Ipê Açú	27
	Santo Antônio de Cachoeirinha	22
	Santa Maria do Engano	20
	Santa Luzia do Ipê	26
Matilde	Matilde (sede)	18
	São Marcos	10
	Santo André	14
	Duas Pontes	16
	São Pedro de Matilde	22
	Iritimirim	16
	São Martinho	18
	Carolina	22
	Cedro	26
	São Roque de Maravilha	26
	Deserto	30
	Vila Nova de Maravilha	36
	São Sebastião	11
	Maravilha de Matilde	30
	Itacurubi	30
	São Braz	31
Santa Maria Madalena	16	
Rio Novo de Matilde	22	
Sede	Cachoeira Alta	07
	Boa Vista	09
	Quarto Território	08
	Gavião	03
	Barra de Batatal	04
	Caco do Pote	06
	São Francisco de Batatal	13
	Cachoeirinha	02

Fé e história

A promessa

Em 1899, o imigrante italiano Amadeo Partelli deixou Alfredo Chaves para tentar a vida no Rio Grande do Sul. Lá, ele e a mulher foram roubados e, sem dinheiro, ele fez uma promessa a São Roque, santo de sua devoção: se conseguisse voltar levantaria uma capela em sua homenagem.

Conseguiu trabalho, juntou algum dinheiro, voltou e instalou-se no Quarto Território. A capela prometida foi inaugurada no topo de uma montanha em 16 de agosto de 1902, dia que o calendário católico dedica ao santo. Anos mais tarde, a construção de pau a pique pegou fogo. Em seu lugar foi levantado um cruzeiro de madeira, onde o vigário começou a celebrar missa uma vez por ano. Em 1943, foi erguida uma nova capela, que em 1997 ganhou torre e energia elétrica.

Um domingo por mês, um grupo do lugar vai lá nas alturas rezar o terço. Antes de chegar ao topo é preciso deixar o carro e subir mais 20 minutos a pé.

Romaria a Aparecida

Em 2007, o policial militar Ednei de Jesus Botelho e um grupo de amigos fizeram uma romaria de motocicleta até o Santuário de Aparecida, em Aparecida do Norte, um percurso de 720 km. Eles pediam intercessão pela saúde de uma criança de dois anos.

A romaria empolgou o grupo, que voltou no ano seguinte. Adesões foram aparecendo, e a viagem continuou, todo mês de setembro, sem interrupção. A sétima romaria, em 2013, teve 24 participantes. A de 2014 teve 38.

Ruínas em Figueira

Em 1901, o imigrante Pedro Zerboni começou a construir uma capela de madeira dedicada a São Pedro, no lugar que ganhou o nome de Figueira. Na região já estavam instaladas várias famílias de imigrantes. Ao mesmo tempo, Zerboni iniciou um pequeno comércio ao lado da igreja.

Zerboni era ligado à administração do recém-criado município de Alfredo Chaves. Ao mesmo tempo, outros imigrantes do Quinto Território pretendiam construir outra igreja no lugar hoje denominado Sagrada Família. Eram pessoas ligadas à distante Prefeitura de Guarapari. Segundo o costume dos imigrantes, nenhum lugarejo se formava sem uma igreja, de preferência em posição central.

Duas igrejas foram construídas. A igreja de Figueira, de grossas paredes de pedra, tinha sacristia, altar em plano elevado, torre, ampla nave central e três arcos na entrada. Na frente, cercado por gradil de ferro, um jardim. Ambos os lugares prosperaram, até que a partir de 1940, moradores dissidentes de Figueira começaram a frequentar a igreja vizinha de Caco do Pote. A de Figueira se esvaziou e nesse mesmo ano foi fechada.

Em 1943, apareceram rachaduras nas paredes. Imagens e outros objetos de culto foram retirados às pressas. Uma semana depois, a igreja ruiu. Setenta anos depois, restaram apenas três arcos em estilo romano à beira da estrada.

Três Cruzes

Uma tradição centenária é mantida todo mês de setembro por católicos de São Bento de Urânia: uma procissão de sete quilômetros até o alto de um morro, conhecido como Três Cruzes.

Quando ainda não existiam estradas na região e os primeiros moradores caminhavam a pé ou a cavalo nas picadas abertas nas matas da região, foi preciso alargar as trilhas para diminuir o sacrifício da viagem. Era preciso também sinalizar o caminho, porque o mato voltava a crescer. Um homem fez uma cruz e colocou no lugar mais alto, como ponto de referência, próxima de uma fonte.

Tempos depois, em períodos de seca, a cruz no alto do morro passou a ser referência de romarias e orações para pedir chuva. Como agradecimento, mais duas cruzes foram fincadas ao lado da primeira.

Rumo à Penha

A partir da promessa de um morador, uma romaria sai todos os anos do povoado de Quarto Território, desde 2001, em direção ao Convento da Penha, pouco antes da festa da padroeira do Estado. Os romeiros saem a pé, param na igreja matriz de Alfredo Chaves, recebem a bênção e seguem viagem.

O primeiro pernoite é em Guarapari, onde Prefeitura e população providenciam alojamento e alimentação. A noite seguinte é passada em Vila Velha, onde recebem o mesmo apoio. Nos primeiros anos foi uma caminhada espontânea ao longo da rodovia. Mais tarde passaram a receber proteção das polícias rodoviárias estadual e federal e das concessionárias que administram a BR-101 e a Rodovia do Sol.

No terceiro dia, sempre um domingo, sobem ao Convento, onde participam da celebração religiosa. O retorno é feito de ônibus. A primeira teve 30 romeiros. Em 2014, o número chegou a 135. Em 2015, foram 105.

Pedido de proteção

Há 51 anos, a família Favero plantou uma cruz de madeira no alto de uma montanha, a 977 metros de altitude, em Santa Luzia do Ipê. Era um pedido de ajuda contra raios e tempestades.

Nesse ano, 1964, a cruz já recebeu romeiros. A partir de então, todo início de maio, quando o calendário litúrgico católico relembra a cruz de Cristo, a romaria foi se firmando como tradição. Em 2011, a cruz de madeira foi substituída por outra de cimento, e o morro ganhou uma capela, onde é celebrada missa.

Outra tradição que se mantém é o almoço após a missa, com um detalhe: todos os anos são enterradas garrafas de vinho, que no dia da festa são tiradas do chão e o vinho servido aos participantes.

O Conventinho

Egisto Pinon, imigrante italiano, levantou uma capela dedicada a Nossa Senhora no alto de um morro de 850 metros de altitude, em sua propriedade, próximo do povoado de Carolina, no início do século 20. Toda de madeira, a construção foi se deteriorando, sendo substituída por outra de alvenaria.

Como a devoção a Nossa Senhora da Penha, padroeira do Estado, tornou-se popular, a capela passou a ser conhecida como Conventinho,

alusão ao Convento da Penha. E todos os anos, por ocasião da festa da padroeira, o Conventinho é ponto de convergência de grupos de romeiros.

O acesso à capela exige uma caminhada de meia hora por uma subida nada fácil. E, ao avistar a capela, o romeiro ainda tem que subir uma escada de 80 degraus.

O quadro da Madonna

Domenico Tobia Tartaglia chegou ao Brasil com 16 anos em 1873, acompanhando a mãe Giovanna Spadini, a irmã Teresa e o pai Francesco. Este trazia na bagagem um quadro da Madonna della Salute (Nossa Senhora da Saúde), que tirou da casa onde moravam em Casaletto, Província de Cremona.

A família foi para o Quinto Território, e a Francesco coube um lote bem central, do qual ele doou uma fração para ser construída a capela onde se reuniam as famílias dos imigrantes italianos todos os domingos. A população começou a se organizar em comunidade assim que chegou o missionário padre Marcellino Moroni D'Agnadello. Uma de suas primeiras medidas foi criar uma associação, com diretoria e estatuto, que zelasse pelo bem-estar das famílias e cuidasse da religião na ausência do padre.

Marcellino viu em Tobia, como era chamado, a melhor indicação para dirigi-la: jovem, recém-casado com a imigrante Cecília Carriera, pessoa conciliadora e de bom senso. Tobia cumpriu sua função enquanto viveu no Quinto Território. Entre suas iniciativas, construiu com a ajuda dos filhos uma capelinha no alto da Pedra do Quinto, a 650 metros de altitude, e lá colocou o quadro da Madonna. Puxava uma procissão todo mês serra acima até a capela.

Quando sua última filha Ludovina casou-se com José Arpini e foi morar em Boa Esperança, Município de Guarapari, onde já estavam outras duas filhas casadas, cedeu à insistência delas, vendeu a propriedade no

Quinto Território e se mudou. Quem veio depois dele não teve o mesmo cuidado. A capela foi abandonada e dela só restou a memória.

Cronologia

- Década de 60 (séc. XIX)** | Augusto José Alves e Silva (Augustão) ganha terras de D. Pedro II.
- 1870** | Chegada do imigrante italiano José Togneri.
- 1876** | Chegada dos imigrantes endereçados ao Quinto Território.
- 1877** | José Togneri vende um pedaço de sua propriedade para a Colônia Imperial do Rio Novo.
- 1878** | O Quinto Território é desmembrado da Imperial Colônia do Rio Novo e incorporado ao Município de Guarapari.
- 02/04/1881** | O povoado de Alto Benevente passa a se denominar Alfredo Chaves.
- 1882** | Instalação do serviço de correio em Alfredo Chaves.
- 24/01/1891** | Criação do Município de Alfredo Chaves.
- 1891** | Indicação do primeiro prefeito do município, Joaquim da Costa Pinto, pela Assembleia Estadual.
- 15/03/1902** | Inauguração das estações ferroviárias de Araguaia e Matilde.
- 27/06/1910** | Inauguração do trecho da ferrovia de Matilde a Cachoeiro de Itapemirim, com a presença do presidente Nilo Peçanha.
- 15/08/1910** | Fundado o Alfredense Foot-Ball Club por Carlos Soares Pinto.
- 1914** | Criado o distrito de Sagrada Família, então pertencente a Guarapari.

- 25/11/1917 | Instalação de uma Linha de Tiro em Alfredo Chaves.
- 1918 | Construção da primeira ponte sobre o Rio Benevente em Alfredo Chaves.
- 12/12/1919 | Matilde e São João são transformados em sedes de distritos.
- 1922 | Construção de uma pequena rede de esgoto e abastecimento de água para a sede de Alfredo Chaves.
- 01/08/1923 | Colombo Guardia inaugura uma rede de telefone a magneto.
- 21/05/1924 | A vila de Alfredo Chaves é elevada à categoria de cidade.
- 1926 | Criação da Escola Estadual Camila Motta, que recebeu esse nome em 1939.
- 1927 | Fundada a Cervejaria Alfredense.
- 1928 | Abertura de estradas de rodagem da sede de Alfredo Chaves a Sagrada Família e a Matilde.
- Abril de 1929 | Chegada do primeiro automóvel adquirido por um cidadão alfredense.
- 1938 | Primeiro levantamento cartográfico do Município de Alfredo Chaves.
- 03/11/1940 | Inaugurada a Biblioteca Municipal de Alfredo Chaves, criada pelo Decreto nº 4, no dia 25/10/1940.
- 31/12/1943 | O distrito de Sagrada Família é incorporado ao município de Alfredo Chaves.
- 1951 | Instalação do Posto Agropecuário ao lado do Rio Benevente, na sede do município.
- 19/08/1951 | Criação da Associação Rural de Alfredo Chaves, que mais tarde se tornou o Sindicato Patronal Rural de Alfredo Chaves.

- 16/12/1952 | Inaugurado o Posto de Puericultura pela Legião Brasileira de Assistência (LBA).
- 14/10/1958 | A Câmara aprova a criação dos distritos de Ribeirão do Cristo e São Bento de Urânia.
- Década de 60** | Instalação de uma antena repetidora de TV no município.
- Aquisição do terreno para construção do Hospital Sant'Ana.
- 29/10/1962 | Criação da Cooperativa de Laticínios de Alfredo Chaves (Clac).
- 15/07/1964 | Apresentação do requerimento que instituiu o Dia do Município de Alfredo Chaves, 24 de janeiro.
- 1966 | Instituição do Título de Cidadão Alfredense pela Câmara Municipal de Alfredo Chaves.
- 1968 | A Escola-Família Agrícola de Alfredo Chaves é declarada pela Câmara como de utilidade pública.
- Década de 70** | Alfredo Chaves ganha rede de telefonia comercial e domiciliar, em substituição ao posto público de telefone. Foi o primeiro município do Estado a integrar a rede DDD e, em seguida, DDI.
- Década de 1970** | A produção da banana-prata domina as terras baixas de Alfredo Chaves.
- 1971 | Criação da Festa da Banana e do Leite.
- 1972 | Fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alfredo Chaves.
- 1976 | Construção das instalações próprias do Fórum da Comarca de Alfredo Chaves.
- 1977 | Primeira comemoração do centenário da imigração italiana em Alfredo Chaves. A festa foi realizada no distrito de Sagrada Família.

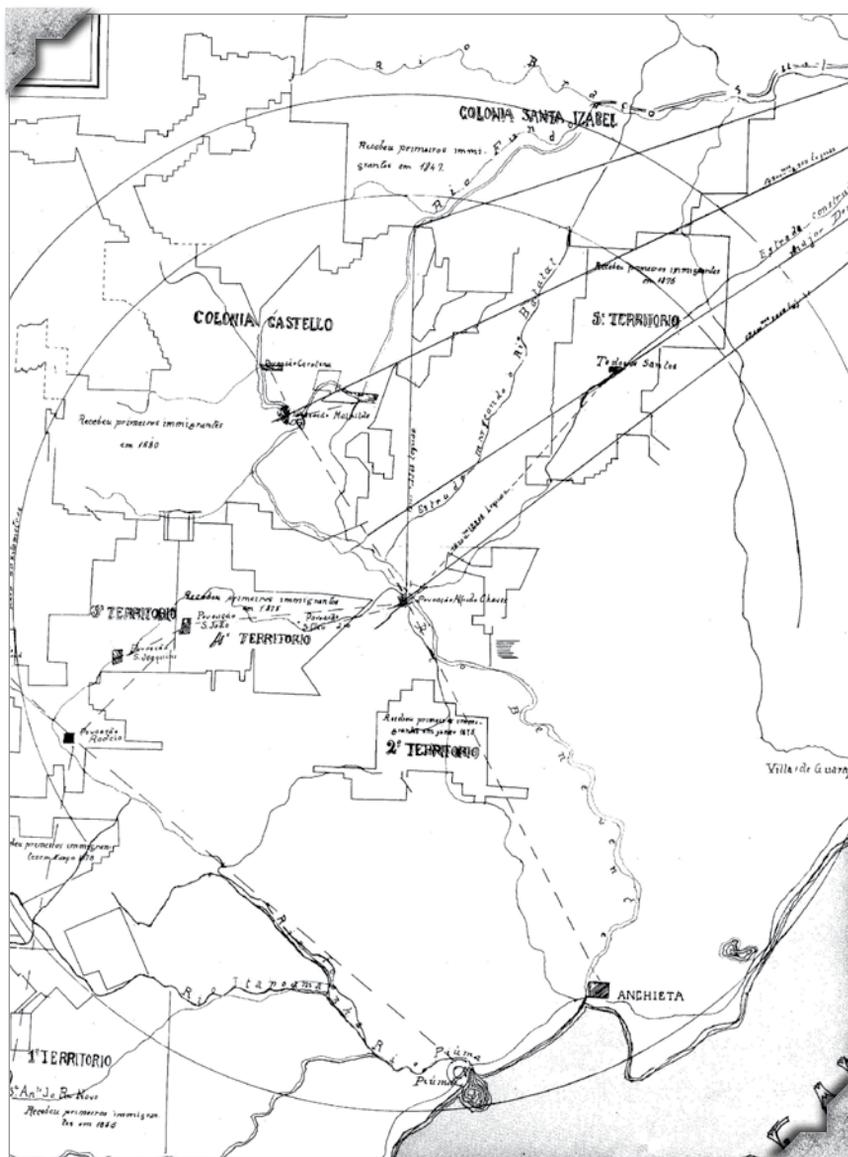
- 20/10/1979** | Inauguração da Rodovia Estadual Lauro Ferreira Pinto, ligando a sede de Alfredo Chaves à BR 101.
- 1980** | Paralisação das atividades da Estação Ferroviária de Matilde.
- 1982** | Primeiro voo livre realizado em Alfredo Chaves, na comunidade de Cachoeira Alta, por Morris Brown e Luiz Carlos Fragoso.
- 1985** | Quinze agricultores da região do Vêneto, na Itália, visitam a Escola do Mepes, em Alfredo Chaves.
- 1985 e 1987** | O prefeito Ruzerte Gaigher visita a Itália por convite da representação diplomática italiana.
- 11/11/1988** | Votação do projeto que devolveu a Crubixá o antigo nome de São João.
- 1989** | Instalação da primeira emissora de rádio no município, transmitindo em AM.
Fundação da Associação Alfredense de Meio Ambiente (ASAMA), extinta pouco tempo depois.
- 16/03/1990** | Aprovação da Lei Orgânica de Alfredo Chaves e, no mesmo ano, do Regimento Interno da Casa de Leis do município.
- 20/10/1992** | Criada a Associação Pestalozzi do município.
- 1993** | Instituição da Associação Comercial e Industrial de Alfredo Chaves.
- 19/10/1994** | Criação do SAAE em Alfredo Chaves.
- 1998** | Instituído o Círculo Italiano de Alfredo Chaves (CITAC), que promoveu a primeira festa italiana do município.
- 1999** | Instituição do Conselho Tutelar no município de Alfredo Chaves.

- 2000 | A Câmara de Vereadores de Alfredo Chaves conquista autonomia financeira.
Criação da Associação de Voo Livre de Alfredo Chaves (AVLAC).
- 2001 | Apresentação do Plano de Desenvolvimento Sustentável para Região Serrana do ES (2004-2024).
Início do funcionamento do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) no município.
- 27/10/2006 | Criada a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) denominada Oitrem, em Matilde.
- 29/08/2003 | Fundação do Comitê de Bacias Hidrográficas da Região do Rio Benevente.
- 2005 | O Hospital e Maternidade Sant'Ana encerra as atividades.
Compra do terreno para construção da sede própria da Câmara Municipal de Alfredo Chaves.
Criação da Associação Moto Trial de Alfredo Chaves (AMTAC).
- 2006 | Implantação do Centro de Referência e Assistência Social (CRAS) em Alfredo Chaves.
- 2007 | Aprovação do Plano Diretor do Município (PDM) de Alfredo Chaves.
- 2008 | Criação da Associação de Costureiras de Alfredo Chaves.
- 16/04/2008 | Início do funcionamento da Hidrelétrica São Joaquim.
- 30/11/2012 | A maior enchente registrada no Rio Benevente inundou dois terços da cidade e destruiu pontes no interior do município. A Prefeitura decretou estado de emergência.

27/12/2104 | Foi inaugurada a estrada asfaltada da sede ao distrito de Sagrada Família. Três anos antes, a estrada para Cachoeira Alta também recebeu asfalto, e Ribeirão do Cristo também foi ligada ao povoado de Aparecida.

Dez/2014 a mar/2015 | Na maior estiagem da história do município, o Rio Benevente teve sua vazão média de 25 mil l/s reduzida à sétima parte.

Retratos da história



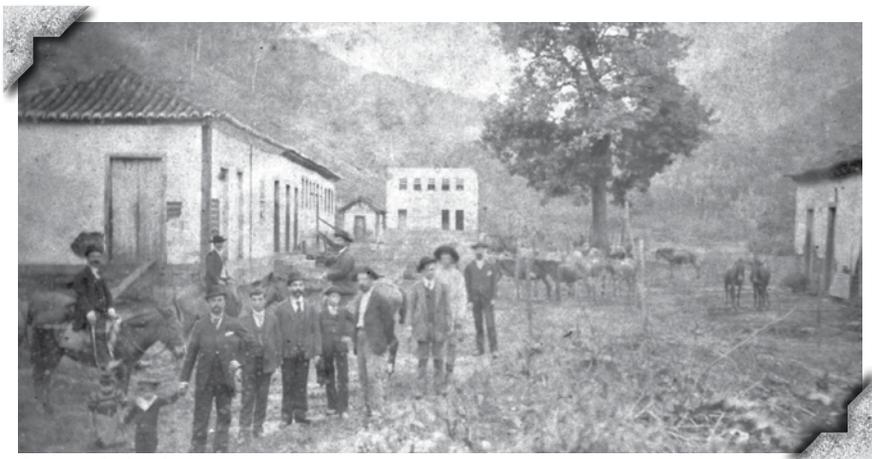
Colônia do Rio Novo e Núcleo do Castelo (Arquivo Público Estadual)



*Alfredo Rodrigues Fernandes Chaves,
Inspetor Geral de Terras e Colonização do Império*



Planta desenhada por Giuseppe di Agostino Togneri



Casarão da família Togneri (aprox. 1900 / Arq. Tito Togneri)



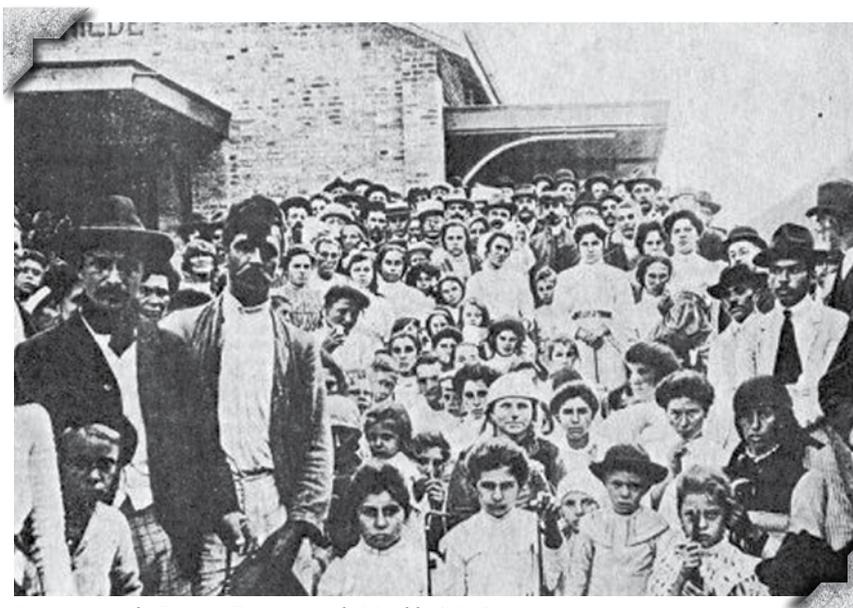
Titulares e reservas do primeiro time de futebol. No ombro dos colegas: Carlos Soares Pinto, goleiro. Em pé: Pedro Bonacossa (capitão), Luiz Franzotti, Antônio Soares Pinto Júnior, José Bosio, Resck Salim Caroni e José Pitanga dos Santos. Agachados: Luiz Saudino, José (vulgo Assunção), Luiz Villar, Aníbal Cardoso da Silva e Ivo Roversi. Sentados: Theobaldo Pinto, Rômulo Boanova, Zeferino Casotti (mascote), Públio Bellotti e Américo Pinto Fernandes (Arq. Lenita Bonacossa)



Prédio original da prefeitura



Tiro de Guerra



Inauguração da Estação Ferroviária de Matilde (1910)



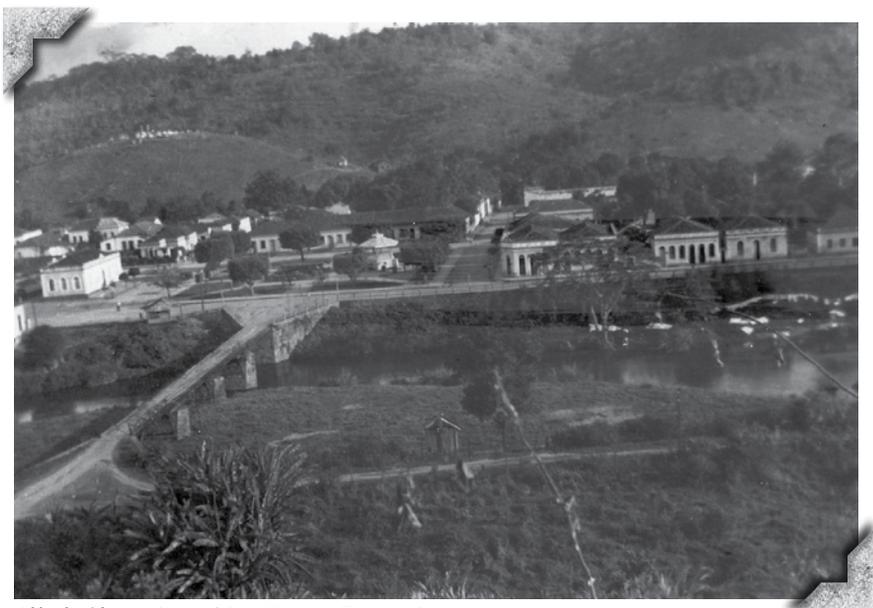
Casa da família Belmock construída em 1898, em Nova Mântua



Estação Ferroviária de Alfredo Chaves



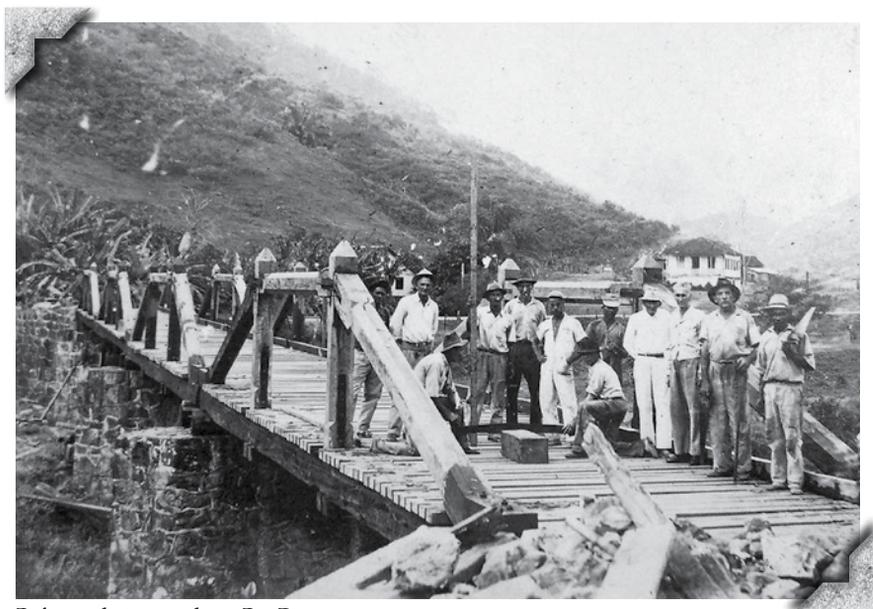
Banda de música (1932)



Alfredo Chaves (1946 / Arq. Rogério Franzotti)



Casa da Família Bonacossa, no centro da cidade



Reforma da ponte sobre o Rio Benevente



Festa ao redor do coreto na praça central



Enchente do Rio Benevente



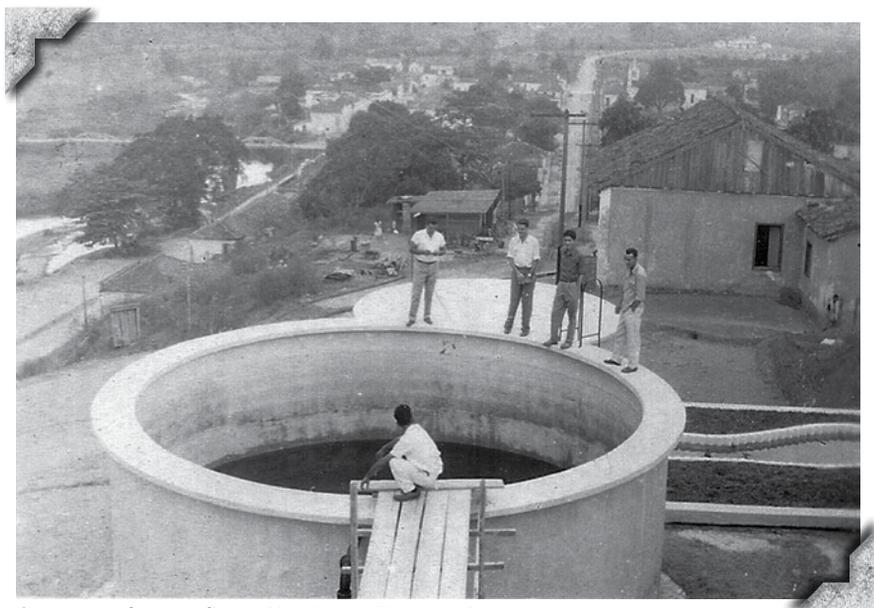
Marieta, Rosa, Lourenço, Serafina, Úrsula, Teresa e Ângelo, filhos do imigrante lombardo Costa Agostino (Arq. Família Costa)



Festa na antiga matriz de Alfredo Chaves



*Antiga capela de Santa Marinha D'Airosa, hoje Caco do Pote
(1931 / Arq. Erta de Paula Gaigher)*



Construção da caixa d'água (Arq. Lenita Bonacossa)



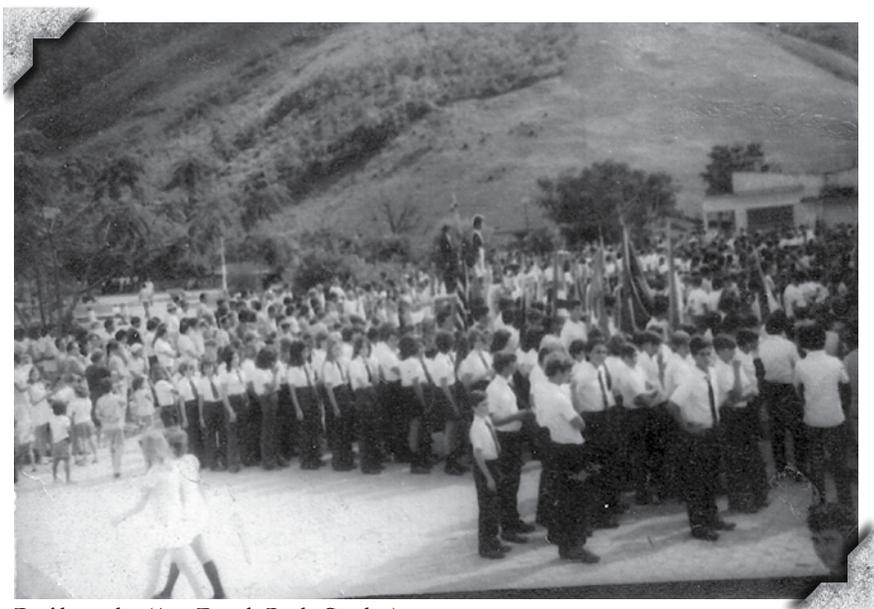
Casa Malheiros no centro da cidade



Sessão no Fórum (Arq. Erta de Paula Gaigher)



Centro de Matilde (1954 / Arq. Douglas Puppín)



Desfile escolar (Arq. Erta de Paula Gaigher)



Governador Jones dos Santos Neves inaugura o Posto de Puericultura (1952 / Arq. Família Ferreira Pinto)



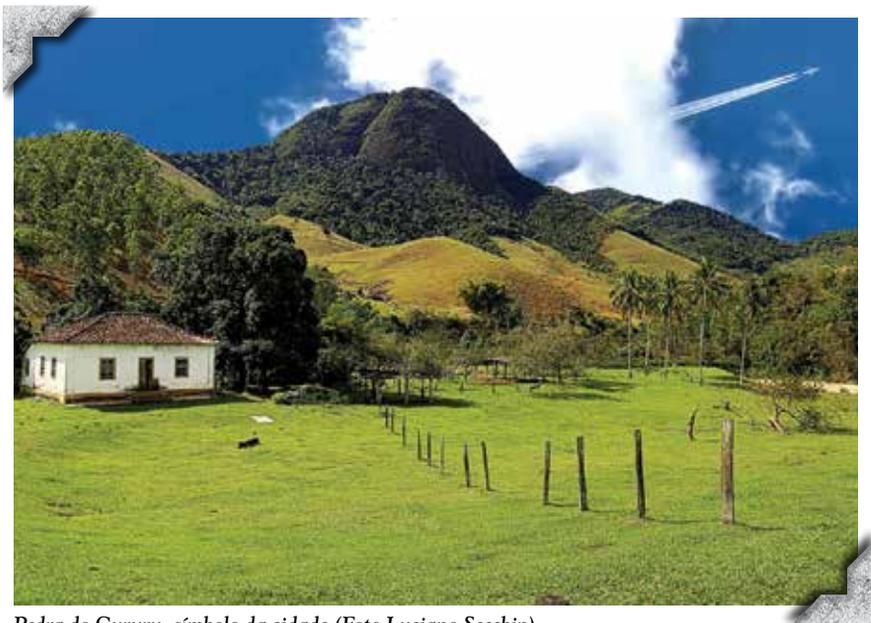
Ponte do Imperador sobre o Rio Benevente (1942 / Arq. Erta de Paula Gaigher)



Colégio Camila Motta (Foto Rainor Breda)



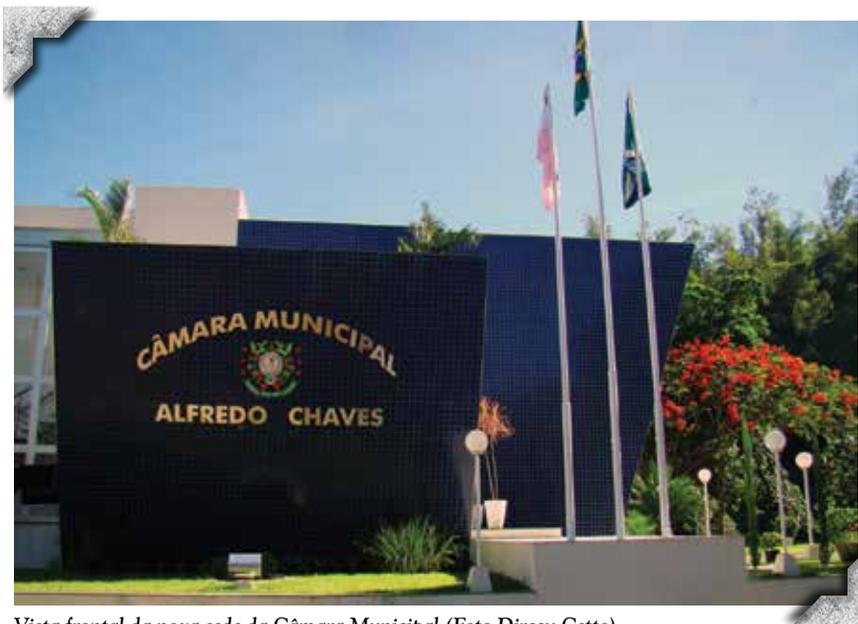
Concurso de gado leiteiro (1974)



Pedra do Gururu, símbolo da cidade (Foto Luciano Secchin)



Morris Brown, pioneiro do vôo livre no Estado, decola em Cachoeira Alta (1982)



Vista frontal da nova sede da Câmara Municipal (Foto Dirceu Cetto)



O novo prédio da Câmara: vista noturna (Foto Dirceu Cetto)



Viagem inaugural do Trem das Montanhas a Matilde (Foto Dirceu Cetto)



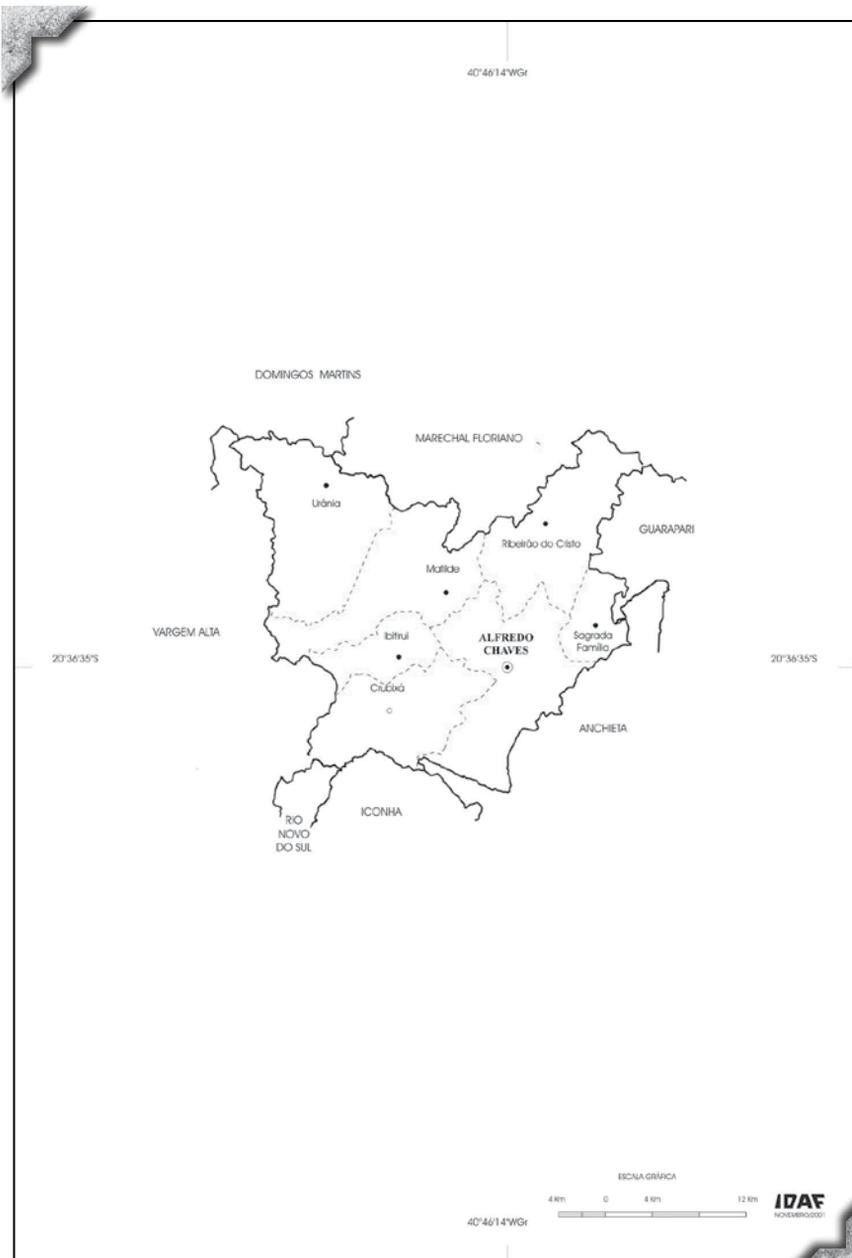
A cidade na enchente de 2012 (Fotos Rodolpho Cavalini)



João Bosco Costa, presidente da Câmara, dá posse ao vice Antônio Cláudio Bissoli (esq.) e ao prefeito Fernando Videira Lafayette (Foto Dirceu Cetto)



Posse do prefeito Roberto Fiorin e do vice Ademir Boldrini (Arq. Câmara Municipal)



Alfredo Chaves: divisão administrativa

Referências

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Relatórios de prefeitos ao interventor do Estado do Espírito Santo: 1938/1941.**

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO. **Subsídios para o Estudo da Evolução Política: principais resultados censitários. 1940.**

ATHAYDES, Ramilles Grassi. **Índios no Espírito Santo.** Alfredo Chaves, 2008. (inérito).

BERTONHA, João Fábio. **Os italianos.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BISSOLI, Oreste. **Memórias de um imigrante italiano.** Vitória: Fundação Ceciliano Abel de Almeida, 1979.

BITTENCOURT, Gabriel. **Café e modernização: o Espírito Santo no século XIX.** Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

BITTENCOURT, Gabriel. **Notícias do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.

BITTENCOURT, Gabriel. **História geral e econômica do Espírito Santo: do engenho colonial ao complexo fabril-portuário.** Vitória: Ed. Multiplicidade, 2006.

BONI, José Amarílio S. **Os imigrantes lombardos.** Vitória: Ed. do autor, 1997.

BORGO, Alexandre de Oliveira. **História da Comarca de Guarapari.** Vitória: Ed. do autor, 2006.

CASTIGLIONI, Aurélia H. (org.). **Imigração italiana no Espírito Santo: uma aventura colonizadora.** Vitória: UFES, 1998.

CASTRO, José Manoel Monteiro de. **Iconha: origem e história.** Vitória: IHGES, 2003.

CAVATI, João Batista. **História da imigração italiana no Espírito Santo.** Belo Horizonte: Ed. São Vicente, 1973.

COSTA, Máximo. **Tópicos históricos de um povo imigrante e descendentes: Sagrada Família (ES).** 1988. (datilografado).

DERENZI, Luiz Serafim. **Os italianos no Estado do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

- FRANZOTTI, Maria da Penha. **O Benevente**. Alfredo Chaves, 2008. (inédito).
- GANDINI, Marco. **Questione sociali ed emigrazione nel Mantovano 1873-1896**. 2. ed. Mantova: Editoriale Sometti, 2000.
- GROSSELLI, Renzo. **Colonie Imperiali nella terra del caffè: contadini trentini (veneti e lombardi) nelle foreste brasileiras**. Trento: Effe e Erre, 1987.
- HERZOG, Nerina Bortoluzzi (Trad.). **Relato do Cavalheiro Carlo Nagar: Cônsul Real em Vitória: o Estado do Espírito Santo e a imigração italiana**, fev. 1893. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1995. v. 1. (Coleção Canaã).
- INSTITUTO DE PESQUISAS MUNICIPAIS. **Forças Vivas da Nação 1978: nossos políticos do ES/RJ**. São Paulo: IPM – Comércio, Promoções e Marketing, 1978.
- INSTITUTO DE PESQUISAS MUNICIPAIS. **Forças Vivas da Nação 1989: nossos políticos**. São Paulo: IPM – Comércio, Promoções e Marketing, 1989.
- INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES. **Perfil Regional: metrópole expandida Sul**. Instituto Jones dos Santos Neves: Vitória, 2009.
- LAZZARO, Agostino et al. **Lembranças camponesas: a tradição oral dos descendentes de italianos em Venda Nova do Imigrante**. Vitória: Ed. dos autores, 1992.
- LIMA JUNIOR, Carlos Benevides; SOARES, Suely Carvalho; BONICENHA, Wallace. **Histórico das ruínas do Rio Salinas (Anchieta / ES)**. Vitória: Ed. Multiplicidade, 1993.
- MARCHESI, Firmo J. **Breve histórico da localidade denominada São Miguel do Rio Coryndiba, Guarapary (Estado do Espírito Santo)**. Mariana (MG): Typographia Archiepiscopal, 1930.
- MATTOS, Itagiba Augusto Viana. **Município de Alfredo Chaves**. Alfredo Chaves: Secretaria Municipal de Educação, 2005.
- PESSALI, Hesio. Andar com fé eu vou. **Revista Século**, Vitória, ano 3, n. 35, jan. 2003.
- PESSALI, Hesio. Seduzidos e abandonados. **Revista Século**, Vitória, ano 1, n. 8, out. 2000.
- PUPPIN, Douglas. **Do Veneto ao Brasil**. Vitória: Ed. do autor, 1981.
- PUPPIN, Douglas. (org.). **La vita di Vittorio: transcrição do diário de Vittorio de Monti**. Vitória: Ed. do autor, 1993.
- PUPPIN, Douglas. **La terra promessa – Ribeirão do Cristo: sua gente, sua história**. Vitória, IHGES, 2007.

PUPPIN, Douglas. **Os De Nadai:** Pietro – Benemérito da Libertação de Roma. Vitória: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, 2000.

PUPPIN, Douglas. **Heróis das montanhas.** Vitória: Ed. do autor, 2003.

RECENSEAMENTO do Brasil realizado em 1 de Setembro de 1920. **Relação dos Proprietários dos Estabelecimentos Rurais Recenseados no Estado do Espírito Santo.** Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923.

RIBEIRO, Lucílio da Rocha. **Pequena Contribuição à História da Imigração Italiana no Sul do Espírito Santo.** Vitória: Artgraf, 2003.

ROCHA, Levy. **Viagem de Pedro II ao Espírito Santo.** 3. ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. v. 7. (Coleção Canaã).

SALETTTO, Nara. **Donatários, colonos, índios e jesuítas:** o início da colonização do Espírito Santo. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 1998. v. 4. (Coleção Canaã).

SALVADOR, Erineu Norberto. **Narrativa do histórico da fundação do povoado de São João.** Alfredo Chaves, 1978. (inédito).

TOGNERI, Tito Fernando. A História da Família Togneri. <www.portalalfredochaves.com.br>. Acesso em: 05 nov. 2008.

VIEIRA, José Eugênio. **Castelo:** origem, emancipação e desenvolvimento 1702-2004. Vitória: Traço Certo, 2004.

Entrevistas

Adriana Paterlini

Aguinaldo Bissoli

Ailton Antonio Destefani

Alcino Lazzarini

Aldinei Cardoso

Alfredo Rosseto

Almir Antônio Fávero

Aloísio Vanderlei Fornazier

André Sartori

Anesio Baliane

Ângelo Arpini

Anita Fregonassi

Antônio Carlos Petri

Antonio Carlos Thomazine

Antônio Cláudio Bissoli

Antônio Cláudio Gaigher

Antônio de Almeida

Antônio Domingos Almonfrey

Antônio Mariano

Antônio Moreschi Sobrinho

Antônio Negreiros Neto

Antônio Valdir Gobbi Buback

Armando Destefani

Benilda Mello de Lima

Carlos Alberto Costa

Carlos Eugênio Tavares

Celina Tobias

Charles Gaigher

Clédson Guimarães

Cleomir Gobbi Buback

Clésia Guardia
 Constante Grillo
 Dalva Mello
 Darci Escandian
 Demócrito Torres Lafayette
 Dirceu de Souza Cetto
 Domingos Laurindo Cola
 Douglas Puppim
 Durvelina Magnago
 Éder Vittorino dos Santos
 Edevanilde Breda
 Edinéia Figueira dos Anjos
 Ednys Orlandi
 Elvira Bianchi
 Erta de Paula Gaigher
 Fernando Alves
 Fernando Videira Lafayette
 Gabriel Fiorin
 Gabrielle Roveta Melo
 Geraldo Natal
 Getúlio Salvador
 Gilda de Paula Gaigher
 Gilson Luiz Bellon
 Gilson Nunes Ávila
 Guilherme Paterlini
 Irineu Ramos Vidal
 Ismael Bongestab
 Ivete Gaigher
 Jacirley de Almeida Silva
 Jair Tobias
 Jamir Pietralonga
 João Bosco Costa
 João Bottechia
 José Antônio Bona
 José Maria Rossato
 José Vanderley Benincá Zanetti
 Josmar Donna
 Júlia da Penha Albergaria
 Kátia Regina Cecuti
 Leandro Belmok
 Lenita Bonacossa
 Letícia Fregonassi
 Liane Savergnini
 Lomar Gaigher Guerini
 Lourdes Paganini
 Lúcia Colodetti
 Lúcia Fiorin Gaigher
 Luiz Carlos Ferreira Rangel
 Luiz Cláudio Boldrini
 Marcos Cesar Siqueira de Souza
 Maria Aparecida Canal
 Maria Aparecida Grasseli
 Maria Grillo
 Maria Lúcia Canal Belmok
 Maria Luiza Ferreira da Silva Pinto
 Maria Pauma Bonella
 Mário Roosevelt Espinosa Módolo
 Moacir Botecchia
 Narcizo de Abreu Grassi
 Nelson Busato
 Nelson Guimarães
 Osete Pilon
 Paulo Munaldi
 Pedro De Nadai
 Penha Franzotti Donadello
 Primo Armelindo Bergami
 Rainor Breda
 Regina Puppim
 Renato Vettoraci
 Rita Mascoli
 Roberto Ferreira da Silva Pinto
 Roberto Fortunato Fiorin
 Rodolpho Cavalini
 Rogéria Fiorin
 Rogério Franzotti
 Rogério Legora
 Rolmar Botecchia
 Romildo Casimiro Betecher
 Ronaldo Bianchi
 Ronivaldo Gaigher Natali
 Rosimare Breda
 Rotiléia da Penha Gaigher
 Rosângela Bissoli
 Ruzerte de Paula Gaigher
 Sandra Maria Calente
 Santha Marta Mariano

Selma Magnago
Serafino Antonio Simoni
Sérgio Bianchi
Sergio Zamberlan
Sinval Rosa da Silva
Tito Togneri

Valentim Cardoso
Valtoir João Pedruzzi
Vanessa Grillo
Vera Bona
Volmar Costa
Willians Pedro Fiorin

- *Também foram consultados 60 volumes de registros do Arquivo da Prefeitura, da Câmara Municipal e periódicos da Biblioteca Nacional.*



Área central da cidade de Alfredo Chaves (1972 / Arq. Rita Destefani)



Câmara Municipal de
Alfredo Chaves